



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA

ALICE MARIA TEIXEIRA MCDANIEL

“EMPÓRIO DOS GÊNEROS DO SERTÃO E DO COMÉRCIO”: ELITE PROPRIETÁRIA
E TRABALHO INDÍGENA NO BAIXO AMAZONAS EM FINAIS DO SÉCULO XVIII E
ÍNICIO DO XIX (1780-1810).

BELÉM-PARÁ

2025

ALICE MARIA TEIXEIRA MCDANIEL

“EMPÓRIO DOS GÊNEROS DO SERTÃO E DO COMÉRCIO”: ELITE PROPRIETÁRIA
E TRABALHO INDÍGENA NO BAIXO AMAZONAS EM FINAIS DO SÉCULO XVIII E
ÍNICIO DO XIX (1780-1810).

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa
de Pós-graduação em História Social da Amazônia
da Universidade Federal do Pará, como requisito
parcial obrigatório para a obtenção do grau de
Mestre em História Social da Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Chambouleyron

BELÉM-PARÁ

2025

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

- T266e Teixeira McDaniel, Alice Maria.
Empório dos gêneros do sertão e do comércio: elite proprietária e trabalho indígena no Baixo Amazonas em finais do século XVIII e início do XIX (1780-1810) / Alice Maria Teixeira McDaniel. — 2025.
142 f. : il. color.
- Orientador(a): Prof. Dr. Rafael Chambouleyron
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2025.
1. Elite. 2. Trabalho indígena. 3. Baixo Amazonas. 4. Século XVIII . 5. Século XIX. I. Título.

CDD 981.03

ALICE MARIA TEIXEIRA MCDANIEL

“EMPÓRIO DOS GÊNEROS DO SERTÃO E DO COMÉRCIO”: ELITE PROPRIETÁRIA
E TRABALHO INDÍGENA NO BAIXO AMAZONAS EM FINAIS DO SÉCULO XVIII E
ÍNICIO DO XIX (1780-1810).

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial obrigatório para a obtenção do grau de Mestre em História Social da Amazônia

Data de Aprovação: 19/02/2025

Banca Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Rafael Chambouleyron – PPHIST/UFPA

Avaliador Interno: Prof. Dr. Karl Heinz Arenz – PPHIST/UFPA

Avaliador Externo: Prof.^a Dr.^a Vanice Siqueira de Melo – UFOPA

BELÉM-PA

2025

AGRADECIMENTOS

Apesar do longo esforço envolvido na elaboração desta dissertação, ela só foi possível graças à ajuda de muitas pessoas. A maioria delas estava distante, em uma distância de 6.287 quilômetros, mesmo com essa distância, o apoio de cada um foi fundamental para que eu pudesse concluir este ciclo.

Primeiramente, gostaria de expressar minha profunda gratidão à minha mãe, Tereza, pelo apoio incondicional em todas as etapas da minha vida, e ao meu pai, João (*in memoriam*), que, embora não esteja mais presente, acompanhou e apoiou o início desta jornada. Obrigada também por todas as oportunidades de estudo que só foi possível com o sacrifício de vocês dois. Agradeço também à minha tia Nazaré, aos meus irmãos Amanda e Rafael, e aos meus sobrinhos. Minha gratidão é eterna.

Um agradecimento especial a Kevin McDaniel, que esteve ao meu lado desde o início, oferecendo o melhor apoio possível, o que me permitiu concluir esta etapa com tranquilidade. Além disso, ele acreditou em mim e me incentivou em todos os momentos. Sou também muito grata a Toni e Scott McDaniel, pelo carinho e pela preocupação.

Agradeço imensamente aos meus amigos: Adriano Guimarães, André Lucas, Renata Botelho, Lúvia Santos, Bianca Aires, Alexa Mamédio e Thalia Ferreira, por serem amigos de verdade e para todas as horas.

Aos meus amigos da UFPA: Brenda Dias, Miguel Akel, Flávio Matos, Leonardo Augusto, Marcos Valadares, Diego Freitas, André Pompeu, Yannick Khalil e Alan Castro sou muito grata pela amizade e pelo apoio.

Gostaria também de agradecer ao Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (PPHIST) e aos seus professores, cujas disciplinas foram fundamentais para a construção desta dissertação, proporcionando debates enriquecedores e valiosas recomendações de bibliografia e fontes, para que assim eu pudesse desenvolver esta dissertação. Assim, como agradeço a Universidade Federal do Pará, por desde 2015, ter sido um importante local para a minha formação profissional e pessoal. Agradeço também a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

Meu sincero agradecimento ao meu orientador, Rafael Chambouleyron, que desde a graduação me orientou com competência e dedicação, sendo uma grande inspiração como historiador. Sou imensamente grata pelos comentários, pelas indicações de fontes e bibliografia, e, principalmente, pela paciência com esta jovem pesquisadora!

Por fim, muito obrigada a todos que contribuíram de forma direta e indireta para esta etapa fosse finalizada, pois certamente, eu nunca teria finalizado se estivesse sozinha nesta jornada.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo investigar a importância econômica e estratégica do Baixo Amazonas, região pertencente ao Estado do Grão-Pará e Rio Negro, especificamente na Capitania do Pará, por meio da análise da elite proprietária e do trabalho indígena, entre os anos de 1780 e 1810. A pesquisa se concentra na formação de uma “elite” colonial que emergiu no Baixo Amazonas a partir de meados do século XVIII, fortalecida pela ascensão do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo e pelas reformas pombalinas. Essas reformas, juntamente com a regulamentação do trabalho indígena por meio do “Diretório dos Índios”, reconfiguraram as políticas de utilização do trabalho indígena, o que teve grande impacto na coleta das “drogas do sertão” e na agricultura. A partir da análise de documentos da época, busca-se evidenciar a participação desses dois grupos e sua contribuição para a economia das drogas do sertão e para a agricultura da região do Baixo Amazonas no final do século XVIII e início do XIX.

Palavras-Chave: Elite; Trabalho indígena; Baixo Amazonas; Século XVIII; Século XIX.

ABSTRACT

This dissertation aims to investigate the economic and strategic importance of the Baixo Amazonas, a region belonging to the State of Grão-Pará and Rio Negro, specifically in the Captaincy of Pará, through the analysis of the landowning elite and indigenous labor, between the years of 1780 and 1810. The research focuses on the formation of a colonial “elite” that emerged in the Lower Amazon from the mid-18th century, strengthened by the rise of Minister Sebastião José de Carvalho e Melo and the Pombaline reforms. These reforms, along with the regulation of indigenous labor through the “Diretório dos Índios” (Indian Directorate), reconfigured policies regarding the use of indigenous labor, which had a significant impact on the collection of the “drogas do sertão” (hinterland drugs) and agriculture. Through the analysis of period documents, the dissertation seeks to highlight the participation of these two groups and their contribution to the economy of the “drogas do sertão” and to the agriculture of the Lower Amazon region at the end of the 18th and beginning of the 19th centuries.

Keywords: Elite; Indigenous labor; Lower Amazon; 18th century; 19th century.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Estado do Grão-Pará com as Vilas do Baixo Amazonas - Arquivo Nacional (1780)	22
Figura 2 - Mapa do rio Tapajós pelo Padre Manuel Ferreira 1750 – Biblioteca de Évora.	26

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Rendimento da agricultura das vilas do Baixo Amazonas (1780, 1781, 1788 e 1792, em réis)	114
Gráfico 2 - Rendimento da agricultura dividido por regiões do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, 1780, 1781, 1788 e 1792 (em réis).	115
Gráfico 3 – Rendimento da coleta das drogas do sertão nas Vilas do Baixo Amazonas 1780, 1781, 1788 e 1792 (em réis).	123
Gráfico 4 – Rendimento da coleta das drogas do sertão separados por regiões da capitania do Pará e da capitania do Rio Negro 1780, 1781, 1788 e 1792 (em réis).	124

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Sesmarias concedidas no Baixo Amazonas 1746-1821	64
Quadro 2 - Diretores que receberam sesmarias no Baixo Amazonas, com exceção do diretor Antônio José Malcher.	80

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Relação da quantidade de cacau enviada para Belém pela canoa de Santarém no ano de 1782 por particulares.	75
Tabela 2 - Relação de homens indígenas empregados nos serviços reais e nos serviços particulares em janeiro de 1792.	109
Tabela 3 – Relação de mulheres indígenas empregadas no serviço real e nos serviços particulares nas Vilas do Baixo Amazonas em janeiro de 1792.	111
Tabela 4 - Relação de indígenas nas canoas de comércio do ano de janeiro de 1792..	122

Lista de Abreviaturas

ABAPP – Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

APEP – Arquivo Público do Estado do Pará

Sumário

Introdução	12
Capítulo 1 - Expansão e colonização no Baixo Amazonas	22
1.1. “Memórias geográficas” sobre o rio Tapajós.....	23
1.2. A fundação de missões no Baixo Amazonas.....	32
1.3. As Vilas no Baixo Amazonas.....	41
1.4. O Baixo Amazonas em finais do século XVIII e início do XIX.	51
Conclusão.....	59
Capítulo 2 - Hierarquias agrárias e a formação de uma elite proprietária no Baixo Amazonas	60
2.1. A trajetória de uma elite proprietária nas Vilas do Baixo Amazonas	61
2.2. Diretores e o seu lugar na economia e na elite local.....	79
Conclusão.....	88
Capítulo 3 - “Ociosos e vadios jamais quero que estejam os índios desta povoação”. Trabalho indígena no Baixo Amazonas.....	89
3.1. O trabalho indígena sob a organização do “Diretório dos Índios” e a Carta Régia de 1798	91
3.2. Trabalho indígena e agricultura	102
3.3. Trabalho indígena e a coleta das drogas do sertão	116
Conclusão.....	125
Considerações finais	127
Fontes.....	129
Referências bibliográficas.....	137

Introdução

Santarem confluência de Tapajós e Amazonas o que faz ser como o empório dos gêneros do sertão, dahi he escala do commercio de toda a capitania do Rio Negro com esta capitania, ultimamente o numero dos seus habitantes que ja he de varias mil almas, vai aumentar quando desceremos indios mundurucus que provavelmente conseguirei estabelecelos ali perto na conformidade do que tive a honra de participar.¹

Em 1803, o então governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro, D. Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos, informou que Santarém destacava-se como o “empório dos gêneros do sertão”. A carta do governador dirigida ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. João Rodrigues de Sá e Melo, aponta o interesse das autoridades coloniais sobre a região mencionada, no que diz respeito às “drogas do sertão” encontradas naquela área. Além disso, no referido ofício, o Conde dos Arcos ressalta a importância estratégica de Santarém por fazer confluência entre a Capitania do Rio Negro e a Capitania do Pará, o que serviria como um lugar de escala para o comércio entre as duas capitanias. A partir de tal relato e dos desdobramentos dessa pesquisa, podemos afirmar que Santarém possuía uma significativa importância para a Coroa Portuguesa em finais do século XVIII e início do XIX, resultado da herança das políticas pombalinas que propiciou a dinamização da economia do Baixo Amazonas no período colonial e a ascensão da elite proprietária da região.

Outras vilas do Baixo Amazonas participavam ativamente do comércio do cacau e das “drogas do sertão”, juntamente com a Vila de Santarém, remetendo aos “negócios do sertão” da Capitania do Pará. Em carta enviada para o então governador do Estado do Grão-Pará, Francisco de Souza Coutinho em 1799, o tenente Antonio da Costa Sotto Maior, diretor da Vila de Santarém sinaliza o envio de quatro canoas pertencentes a várias povoações: duas grandes partem de Faro conduzindo cacau e outros negócios de Vila Franca, além de uma canoa saindo de Boim conduzindo negócios da vila de Alter do Chão,² mostrando que, apesar de Santarém ser o “empório dos gêneros dos sertões”, as outras vilas pertencentes à região também

¹ Ofício do governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro 8º conde dos Arcos D. Marcos de Noronha e Brito, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar visconde de Anadia D. João Rodrigues de Sá e Melo, sobre a necessidade de se realizar uma relação individual dos distritos e de vilas notáveis do Estado do Pará, pela falta de juizes de Fora e de actividades culturais e comerciais nas populações, nomeadamente nas vilas de Santarém e Cameté e na ilha de Marajó. Pará, 29 de novembro de 1803. **AHU**, avulsos do Pará, cx 128, doc. 9799.

² Ofício do diretor da Vila de Santarém, Manuel Antonio da Costa Sotto Maior para o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Francisco de Souza Coutinho. Vila de Santarém, 8 de janeiro de 1799. **APEP**, correspondências de diversos com o governo, código 561, doc. 2.

contribuíam para a importância econômica do Baixo Amazonas para os interesses da Coroa Portuguesa e dos colonos.

Esta pesquisa tem como objetivo contribuir com a historiografia colonial que está em constante expansão, estudando sob a perspectiva econômica e social uma região que oferece diversas possibilidades de pesquisas, além de um importante e vasto acervo documental que necessita ser explorado. O período escolhido é marcado pelo funcionamento das políticas pombalinas, que, embora iniciadas sob a administração de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, persistiram após seu governo, durante o reinado de D. Maria I (1777-1792) e a regência de D. João VI, que assumiu o trono devido ao afastamento da rainha dos negócios da Coroa Portuguesa. No Grão-Pará, esse período foi marcado pelos governos de José Nápoles Telo de Meneses (1780-1783), Martinho de Souza e Albuquerque (1783-1790) e, especialmente, pelo governo de Francisco Maurício de Souza, que governou o Estado do Grão-Pará e Rio Negro entre 1790 e 1803. Durante sua administração, destaca-se a dissolução do Diretório dos Índios, com a promulgação da Carta Régia de 1798. Assim se notam importantes mudanças sociais, econômicas e políticas introduzidas pelo Estado Português, sobretudo na região norte da América Portuguesa.

O interesse em investigar a região do Baixo Amazonas e sua importância econômica e estratégica a partir dos dois principais grupos que atuaram na duas principais atividades econômicas deste período — a elite proprietária e os trabalhadores indígenas — surgiu a partir das leituras das produções historiográficas sobre a região. Primeiramente com a obra de Mark Harris intitulada *Rebelião na Amazônia: cabanagem, raça e cultura popular no norte do Brasil, 1798-1840*. Neste livro, o autor tem como tema a Cabanagem e seus antecedentes na região do Baixo Amazonas; Harris questiona sobre a organização social, política e, sobretudo, econômica da região, mostrando a concessão de sesmarias e a formação de dois tipos de organização: camponesa e escrava.

O intuito de Harris, para além de entender os antecedentes da Cabanagem no Baixo Amazonas, é mostrar as conexões entre as famílias abastadas e as articulações adotadas para fortalecer seus interesses políticos e econômicos, principalmente como uma forma de organizar a força de trabalho e os escassos recursos que eles detinham no Baixo Amazonas. A partir do Catálogo Nominal de Posseiros,³ o autor elenca as sesmarias concedidas a 45 indivíduos com o objetivo de mostrar que esses representavam a elite local, responsável pelas atividades

³ Catálogo nominal dos posseiros de sesmarias”. In: Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará. Tomo III. Belém: Instituto Lauro Sodré, 1904.

agrícolas que impulsionavam a economia a economia da região. No entanto, essa observação não especifica as atividades econômicas com maiores detalhes a participação desses sujeitos, muito menos detalhes sobre os indígenas que trabalhavam para eles, o que é importante para entender as dinâmicas socioeconômicas da região.

Outra pesquisa que se apropria dos debates entorno da implantação e dos efeitos das políticas pombalinas no Baixo Amazonas é a tese de Ricardo Folhes,⁴ onde o autor adota uma abordagem histórica e etnográfica para compreender fatores de ordem social e ambiental que influenciaram a ocupação, apropriação e o uso conjugado dos recursos naturais em Lago Grande do Curuai, Vila Franca. A importância desse trabalho se deve em razão de analisar o impacto da distribuição de sesmarias sobre a estrutura fundiária colonial da região. Sendo assim, nos situando sobre a formação das oligarquias no Baixo Amazonas e abrindo para uma investigação das hierarquias agrárias e a estrutura agrária.

Um outro trabalho que se destaca é a obra “Negros do Trombetas”⁵ das pesquisadoras Rosa Acevedo-Marin e Edna Castro, que investigam sobre a presença negra no Baixo Amazonas, mais especificamente na região do Trombetas. A ocupação por colonos e missionários foi alvo de análise das autoras que buscaram por meio das fontes analisar o processo de colonização da região do Baixo Amazonas, marcado pela concessão de sesmarias para os colonos para a plantação de cacau, assim como a utilização da mão de obra indígena e de escravizados negros. Apesar de não ter sido o objetivo da pesquisa dissertar sobre o trabalho de escravizados africanos, por ter como objetivo focar no trabalho indígena e no papel da elite colonial da região, este trabalho foi deveras importante para entender a região e a participação de escravizados negros, da qual não podemos esquecer a sua participação na sociedade colonial.

As pesquisas sobre o desenvolvimento agrário de outras regiões amazônicas, o Vale do Tocantins e as terras baixas do rio Guajará, mostram a organização da estrutura agrária e as atividades econômicas exercidas nessas regiões, o que certamente contribui para o entendimento na área que propomos estudar que é o Baixo Amazonas, justamente por esses trabalhos possuírem um caráter analítico do período colonial. Rosa Acevedo Marin expõe a falta de estudos sobre a região do Baixo Acará, objeto de sua pesquisa, as poucas análises

⁴ FOLHES, Ricardo Theophilo. **O Lago Grande do Curuai: história fundiária, usos da terra e relações de poder numa área de transição várzea-terra firme na Amazônia**, Tese (Doutorado), Universidade Federal do Pará, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais; Université Paris 3 Sorbonne Nouvelle, Institut des Hautes Etudes de L'Amérique Latine, Ecole Doctorale 122, Belém/Paris, 2016.

⁵ ACEVEDO, Rosa; CASTRO, Edna. **Negros do Trombetas: guardiães de matas e rios**, 2. ed. Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 1998.

apresentando “um estilo resumido, secundário, fora de um esquema interpretativo”.⁶ Utilizo de sua afirmação para me referir aos estudos dirigidos ao Baixo Amazonas, tendo em vista que muitos trabalhos apenas contextualizam de forma geral e possuem um viés pouco analítico sobre o período e principalmente na interpretação e uso das fontes.

A historiografia tradicional, mais especificamente os trabalhos de Arthur Cezar Ferreira Reis, sobre Monte Alegre⁷, Óbidos⁸, Santarém,⁹ e revelam aspectos sobre a formação social e econômica do Baixo Amazonas, porém não são suficientes para entender a lógica econômica que se desenvolveu nessas localidades. Entretanto, as obras de Arthur Cezar Ferreira Reis foram fundamentais para iniciar os questionamentos sobre as particularidades econômicas da região desde o início do período colonial. O autor indica a importância da lavoura dos gêneros alimentícios e a busca pelas drogas do sertão durante o período colonial no Baixo Amazonas:

Já por fins do século XVIII, essas preocupações com drogas e lavouras não tinham sido abandonadas, mas acrescidas de uma intensa cultura de outros gêneros agrários, que pesavam na economia regional, e de uma utilização constante dos campos, naturais ou abertos a fogo, para a criação de gado *vacum cavalari*.¹⁰

A Vila de Santarém, antiga aldeia do Tapajós, antes de passar à condição de vila por Mendonça Furtado, é vista desde os primórdios como uma fronteira econômica, onde se encontravam “as melhores fontes de suprimento na movimentação de tais negócios comerciais. A ‘droga do sertão’ era abundante ali. E se representava em cacau, cravo, salsa e guaraná”.¹¹ Com o decorrer do período colonial, a principal atividade econômica do período colonial foi o cultivo do cacau, e não ocorreu diferente em Santarém, onde a lavoura do cacau foi percussora do desenvolvimento econômico da região, fazendo do Tapajós um dos grandes centros econômicos do interior amazônico.

⁶ ACEVEDO-MARIN, Rosa E. Camponeses, donos de engenhos e escravos na região do Acará nos séculos XVIII e XIX. **Papers do NAEA**, n. 153, 2000.

⁷ REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Monte Alegre: aspectos de sua formação histórica**, Belém: [s.n.], 1949.

⁸ REIS, Arthur Cezar Ferreira. **História de Óbidos**, 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

⁹ REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Santarém: seu desenvolvimento histórico**, 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

¹⁰ REIS, **História de Óbidos**, p. 96.

¹¹ REIS, **Santarém: seu desenvolvimento histórico**, p. 157.

O historiador Arthur Cezar Ferreira Reis questiona sobre a falta de dados e assim a limitada investigação sobre a questão econômica, não só do Tapajós, mas sobre o que se produzia no Baixo Amazonas. Atualmente, com maior acesso à documentação, tanto por meio do Arquivo Histórico Ultramarino como na documentação encontrada no Arquivo Público do Estado do Pará, há como se realizar tal pesquisa principalmente pela diversidade das fontes.

Se, por um lado, é verdade que a historiografia produzida sobre o Baixo Amazonas colonial avançou na compreensão de elementos sociais e políticos que particularizaram a formação histórica da região, por outro, é igualmente verdade que os termos em que se operou o desenvolvimento econômico no Baixo Amazonas, entre os meados do século XVIII e o limiar do século XIX, continuam a representar uma zona de opacidade nessa mesma historiografia. Em face da relevância dessa região específica na formação socioeconômica da Amazônia como um todo, evidencia-se necessário investigar, mais a fundo, as dinâmicas sociais e econômicas da região sob a égide das chamadas políticas pombalinas, analisando os seus possíveis efeitos em finais do século XVIII e início do século XIX.

A investigação a ser desenvolvida vincula-se à história econômica e social tendo em vista as dinâmicas e as particularidades da região do Baixo Amazonas, quanto a sua formação histórica e aos processos que ocorreram durante o período colonial. Portanto, considera-se importante analisar as dinâmicas produzidas pelos sujeitos sociais, políticos e principalmente econômicos que fizeram do Baixo Amazonas um núcleo importante no Estado do Grão-Pará durante o período colonial. Para isso, primeiramente adotamos a visão da História Social, partindo do pressuposto que os atores sociais e suas experiências são fundamentais para compreender as proporções da multiplicidade do fazer histórico.¹² Em segundo lugar, a História Econômica e a perspectiva de explicar a sociedade e a economia a partir de estruturas mais gerais.¹³

Com a finalidade de investigar as questões propostas de maneira mais abrangente, esta dissertação tem como recorte o final do século XVIII e princípios do século XIX (1780-1810) e, particularmente a região do Baixo Amazonas, a partir das localidades de Monte Alegre, Óbidos, Alenquer, Alter do Chão, Pinhel, Faro, Boim, e principalmente, Santarém. Estes são os locais em que se observou a participação de colonos, e sobretudo do trabalho indígena na coleta das drogas e da agricultura na região proposta a estudar. Para isso foram feitas as seguintes

¹² HOBBSAWM, Eric. **Sobre História: ensaios**, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 83–105.

¹³ ARMITAGE, David; GULDI, Jo. Le retour de la longe durée: une perspective anglo-américaine. *Annales, Histoire, Science Sociales, Paris*, v. 70, n. 2, p. 189–318, 2015.

perguntas: quais foram os impactos das políticas pombalinas? Qual foi a importância das drogas do sertão e do cultivo do cacau para as dinâmicas socioeconômicas? Quem eram os proprietários de terra? Como se formaram as hierarquias agrárias? Como estava regulamentado o uso da mão de obra indígena? Qual foi a participação indígena na coleta das drogas do sertão e na agricultura? Quanto foi produzido por esses indígenas?

A problemática da pesquisa como se pode perceber, permite pensar as explicações atribuídas pela historiografia tradicional à reestruturação econômica da Amazônia em meados dos Setecentos e início do Oitocentos, ou seja, das implantações das políticas pombalinas ao final do período colonial, no que diz respeito ao desenvolvimento econômico do estado do Grão-Pará e sobretudo no Baixo Amazonas e que são pautadas nas visões clássicas de que a administração pombalina na Amazônia no decorrer da segunda metade do XVIII pôs em prática toda uma série de medidas com objetivo de transformar uma economia extrativista, suportada pela mão-de-obra indígena, em um complexo econômico eminentemente agrícola, pautado, principalmente, nas culturas do cacau, do algodão, do arroz e, em menor medida, do açúcar; e compostas pela escravidão negra e no trabalho livre (de indígenas e colonos).

Estas explicações permitem refletir sobre como agiu o diretório pombalino no Estado do Grão-Pará e Maranhão até a promulgação da Carta Régia de 1798, e partem como princípio para os questionamentos sobre o impacto econômico na região. Um dos primeiros desdobramentos que a historiografia conhece é a condição de Vila autorizada por Francisco Xavier Mendonça Furtado, em 1757. A partir desse momento, diversas localidades do Baixo Amazonas, juntamente com a aldeia de Tapajós passaram à condição de vila, junto a outros núcleos do Baixo Amazonas. A nova posição adotada por essas localidades fortaleceu diversos grupos e principalmente aqueles que estavam vinculados às atividades econômicas, notadamente pelo fortalecimento dos proprietários rurais com a maior concessão de sesmarias.

No entanto, para pensar o impacto das políticas econômicas no Baixo Amazonas é preciso ir além das questões visíveis que as medidas proporcionaram; é necessário entender como essas medidas se estruturaram no interior das localidades e como esses proprietários se articularam na região. Mark Harris aponta que muitos indivíduos proprietários de terra e que movimentavam a economia da região se articulavam provavelmente por meio dos laços de parentesco para se fortalecer economicamente, socialmente e politicamente na região do Baixo Amazonas.

Entretanto, Harris faz essa análise por meio dos sobrenomes dos proprietários nas listas de concessão de sesmarias. Analisar a articulação desses indivíduos por meio dos sobrenomes é um tanto perigoso para entender como se estabeleceu a relação entre esses

sujeitos, tendo em vista que a diversidade de famílias com nomes análogos é grande em meio ao grande contingente populacional. Pretendemos levar em consideração essa interpretação para o entendimento das relações estabelecidas entre os proprietários, no entanto se faz necessário ir além disso, mostrando a partir do cruzamento das fontes, uma suposição da articulação entre esses indivíduos.

Dentro dessa dinâmica é necessário ter a perspectiva da consolidação da economia cacauera, pois, como aponta Alden,¹⁴ na segunda metade do século XVIII, o cacau se tornou o principal produto de exportação, assim começando um ciclo econômico importante que contribuiria para o cultivo e ocupação da terra no Baixo Amazonas. O potencial agrícola e pecuário das várzeas associado a inundações regulares e a boa disponibilidade de solos aluviais foi essencial para o sucesso do cultivo do cacau e de outros gêneros.

Sabe-se que em um primeiro momento as especificidades ambientais amazônicas foram um entrave para o desenvolvimento agrícola devido à tentativa de implantar os modelos de ocupação e produção baseados na agricultura de *plantation*; no entanto, ao mesmo tempo essas especificidades proporcionaram o estabelecimento de sistemas de exploração baseados no extrativismo de gêneros conhecidos como Drogas do Sertão (cacau, cravo, pimenta, guaraná, manteiga de tartaruga, entre outros).

Foi durante o período de 1780 -1810 que a produção do cacau na Amazônia é mais diversificada e abundante, se tornando o principal centro exportador. Conforme os dados apresentados por Dauril Alden, a porcentagem média da exportação do cacau no Pará nesse período chegou a 50,39%. A partir dessas explanações é necessário questionar qual foi a contribuição do Baixo Amazonas para a consolidação da economia cacauera no Grão-Pará e Maranhão. O que se tem conhecimento é que durante a segunda metade do século XVIII, o Baixo Amazonas foi um dos mais prósperos produtores de cacau e no empenho da coleta das drogas do sertão. No entanto, Alden faz o seguinte questionamento:

foi o cacau que promoveu a colonização da Amazônia durante o século XVIII e que proporcionou uma boa parte dos rendimentos da Coroa naquela região. A longo prazo, porém, o cacau pode ter sido desvantajoso para o crescimento econômico regional. Certamente, não trouxe prosperidade ilimitada. Como no caso dos produtos principais em outras áreas de produção, a prosperidade de alguns, tais como os mercadores de Belém e Lisboa, significava a miséria de outros, incluindo-se entre estes os remadores indígenas, os escravos negros e muitos proprietários de plantações marginais. Mas quais foram as pessoas que verdadeiramente lucraram, onde e até que ponto se beneficiaram com a

¹⁴ ALDEN, Dauril. **O Significado da Produção de Cacau na Região Amazônica**, Belém: NAEA/UFPA, 1974.

produção do cacau, essas questões cujas respostas ainda precisam ser encontradas.

Portanto, além de questionar qual foi o papel do Baixo Amazonas para a consolidação da economia cacaeira é necessário também questionar quem foram os sujeitos que conseguiram lucrar com o cultivo do cacau e das drogas do sertão, principalmente analisar a principal mão de obra: a indígena. A estrutura agrária e o efeito do boom do cacau para a sociedade local são um dos pontos relevantes para esta pesquisa. Sabe-se que o aumento da produção é consequência do aumento das plantações e do uso da mão de obra indígena, a qual, apesar da introdução da mão de obra negra escravizada, ainda foi a principal mão de obra para a agricultura e sobretudo para a ida aos sertões para a coleta das drogas do sertão.

Com vistas a entender a importância econômica do Baixo Amazonas, assim como a elite proprietária que se estabeleceu na região e os trabalhadores indígenas que foram primordiais para a economia entre finais do século XVIII e o início do século XIX, este estudo propõe analisar um amplo espectro de fontes documentais, recenseamentos antigos, correspondência entre sesmeiros e o governo e listagens nominativas de posseiros do Baixo Amazonas, dentre outros.

Dentre as fontes consultadas, os mapas de famílias do ano de 1778, pertencentes ao Projeto Resgate, possuem informações sobre os cabeças de família que habitaram a capitania do Pará. Esta documentação foi enviada em 1785 pelo governador da capitania do Rio Negro para João Pereira Caldas e para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro contendo os mapas anuais da população. Essa fonte é primordial para identificar os sujeitos das localidades de Monte Alegre, Óbidos e Santarém encarregados das atividades econômicas, principalmente aqueles ligados à produção do cacau.

As correspondências utilizadas nesta dissertação foram encontradas no acervo documental do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP). Nesse acervo foram consultados códices chamados “correspondências de diversos com o governo”, onde há troca de cartas entre lavradores e o governo, em que se descreve o uso do trabalho indígena e os percalços que esses moradores enfrentavam com os trabalhadores; além destes foram utilizadas as correspondências do governo com os diversos, ou seja, cartas do governador Francisco de Souza Coutinho durante o seu período de governo com os diretores das vilas e colonos. O uso da correspondência, segundo Bacellar, possibilita compreender o funcionamento do Estado Imperial, em que muitos casos os súditos se comunicavam diretamente com as altas autoridades, rompendo a lógica de

comunicação entre escalões intermediários.¹⁵ Consultamos, igualmente, a documentação digitalizada do *Arquivo Histórico Ultramarino* (AHU) fruto do Projeto Resgate, onde constam correspondências e dados sobre a produção agrícola e da coleta das drogas do sertão que foram fundamentais para entender a produção indígena do Baixo Amazonas em relação as outras localidades do Grão-Pará.

Foi ainda visto o catálogo com a concessão de terras a sesmeiros, chamado Catálogo Nominal dos posseiros de sesmarias, onde é possível ver a freguesia, o nome do plantador, o número de escravos e a localização das sesmarias concedidas no Baixo Amazonas durante o período de 1740 e 1821, pertencente à antiga Biblioteca e Arquivo Público do Pará. Este catálogo já foi utilizado em diversas pesquisas como já foi citado com o intuito de identificar quem eram os sesmeiros e a localização de suas terras, sendo assim fundamental para a pesquisa proposta.

Outra documentação importante e que foi necessária para entender os aspectos geográficos e dos sujeitos da região, corresponde às crônicas e diários de viajantes, religiosos e funcionários da Coroa Portuguesa que descreveram observações sobre a região do Baixo Amazonas, como os escritos do padre João Felipe Bettendorff, do bispo João de São José Queiroz, do engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra, do vigário-geral do rio Negro José Monteiro de Noronha, do bispo Frei Caetano Brandão, e de Francisco José Rodrigues Barata. Essas fontes foram fundamentais para analisar as características geográficas e dos sujeitos que viviam no Baixo Amazonas colonial. O diário de viagem do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira (1888) que percorreu a Amazônia até o Mato Grosso entre 1783 e 1792, descrevendo a agricultura, fauna e flora da região, e dos bávaros Johan Baptist Von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius, que percorreram o Brasil e a Amazônia, entre 1817 e 1820, recolhendo informações sobre botânica, linguística e o cotidiano das localidades serão utilizados devido a suas observações sobre o Baixo Amazonas.

A dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro, denominado: "Expansão e colonização no Baixo Amazonas", temos como objetivo destacar as particularidades do processo de colonização do Baixo Amazonas, primeiramente investigar as particularidades do Rio Tapajós e dos motivos de ser uma região estratégica da qual se consolidou a vila de Santarém, Além disso, entender o processo de fundação das missões do Baixo Amazonas pela Companhia de Jesus e dos Capuchos da Piedade, e também entender o processo de elevação

¹⁵ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Fontes documentais: Uso e mau uso dos arquivos, *in*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.), **Fontes históricas**, São Paulo: Contexto, 2005.

destes aldeamentos em Vilas, com a chegada de Francisco Xavier de Mendonça Furtado e seus desdobramentos.

O segundo capítulo “Hierarquias agrárias e a formação de uma elite proprietária no Baixo Amazonas” tem como propósito analisar a elite proprietária que se estabeleceu na região; homens que muitas da vezes possuíam patentes militares e que também ocupavam cargos como diretores, se utilizaram do seu privilégio para se estabelecerem como proprietários de terras, donos de canoas e plantadores de cacau, principalmente por meio do trabalho indígena.

No terceiro e último capítulo, “Ociosos e vadios jamais quero que estejam os índios desta povoação”: Trabalho indígena, agricultura e a coleta das ‘drogas do sertão’ no Baixo Amazonas” busca-se analisar o cotidiano do trabalho indígena e a produção destes para as atividades de coleta e de agricultura do Baixo Amazonas, e por meio da documentação demonstram-se que a força de trabalho indígena, mesmo com os entraves com a falta de trabalhadores, foi essencial para a consolidação do Baixo Amazonas como um das principais áreas de coleta das drogas do sertão e da agricultura.

Capítulo 1 - Expansão e colonização no Baixo Amazonas

Em 1768, o padre José Monteiro de Noronha, então vigário-geral do Rio Negro, fazia observações sobre sua passagem pelas Vilas do Baixo Amazonas, em seu *Roteiro da Viagem da cidade do Pará até as últimas colônias do sertão da Província*. Ao alcançar a barra do rio Tapajós, o religioso localiza as principais povoações daquela região, como a Vila de Santarém localizada na parte oriental do rio Tapajós; rio acima, as vilas de Alter do Chão e Vila Franca na margem ocidental da fronteira com Alter do Chão. Além disso, vila de Boim e Pinhel, localizadas na margem ocidental. Finalmente, as vilas de Óbidos, Alenquer e Monte Alegre, nas margens do rio Amazonas,¹ conforme vemos no mapa abaixo

Figura 1 - Mapa do Estado do Grão-Pará com as Vilas do Baixo Amazonas - Arquivo Nacional (1780)



O cenário descrito por Monteiro de Noronha, em meados do século XVIII, nos remete às principais vilas do Baixo Amazonas. Essas povoações, assim como outras localidades que naquele momento compõem o território de domínio português, denominado durante esse período como Estado do Grão-Pará e Rio Negro,² já haviam passado por transformações devido

¹ NORONHA, José Monteiro. **Roteiro da Viagem da Cidade do Pará até as últimas colônias do Sertão da Província. Escrito na Vila de Barcelos pelo Vigário Geral do Rio Negro, o padre Drº José Monteiro de Noronha no ano de 1768**, Pará: Typographia de Santos & irmãos, 1862, p. 22–23.

² Antes de ser instituído como Estado do Grão Pará e Rio Negro, a primeira nomenclatura deste território era conhecido como Estado do Maranhão. Em 1654 foi denominado como Estado do Grão-Pará e Maranhão. Com a chegada do período pombalino o Estado do Maranhão é extinto e é criado o Estado do Grão-Pará e Maranhão.

ao processo de colonização, o que ocasionou amplas mudanças na organização do seu espaço e das densas sociedades originárias que já estavam presentes havia séculos nesse território.

Embora esta dissertação se concentre nos anos finais do período colonial no Baixo Amazonas, neste capítulo pretendemos destacar alguns aspectos fundamentais do processo de colonização que ocorreu nessa região, com base em relatos de viajantes, cronistas e funcionários da Coroa. Esses documentos oferecem uma visão das particularidades do espaço em torno dos rios Tapajós e Amazonas. Ao analisar a região do Baixo Amazonas, faço uma síntese dos aspectos físicos do rio Tapajós, que se destacou como um ponto estratégico para a Coroa Portuguesa e atraiu as investidas europeias. A implantação da missão dos Tapajós e de outras missões religiosas que se estabeleceram nas margens do Amazonas e do Tapajós e, posteriormente, a fundação de vilas nesta região, que transformaram essa localidade em um importante centro para o domínio português, influenciando as dinâmicas socioeconômicas da área.

É crucial, no entanto, reconhecer os diversos sujeitos que, ao longo do período colonial, contribuíram para a construção e reinvenção desse espaço. Como destaca o geógrafo Rogério Haesbaert, essa perspectiva é essencial para compreendermos a região como um artefato: um espaço que é, simultaneamente, uma criação dos grupos humanos e um fato produzido e articulado ao longo do tempo. Essa abordagem nos permite entender a complexidade da formação social e territorial do Baixo Amazonas.³

1.1. “Memórias geográficas” sobre o rio Tapajós

Desde o início do século XVI, há diversos relatos sobre o rio Amazonas e seus afluentes, no que diz respeito à navegação dos rios. Dentre os rios descritos por cronistas europeus, viajantes e funcionários da Coroa encarregados de supervisionar e descrever a região, temos o rio Tapajós, que, durante o período colonial, foi palco de intensas expedições de nações europeias. O rio Tapajós, assim como outros rios da Amazônia, tornou-se fundamental em meio ao processo de penetração territorial e colonização, em que o conhecimento sobre a navegabilidade dos rios foi fundamental para se chegar aos mais afastados sertões do território

Entre 1772-1774 estabeleceu-se uma nova divisão e criou-se o Estado do Maranhão e Piauí e o Estado do Grão-Pará e Rio Negro. Ver SAMPAIO, Patricia Maria Melo. **Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia**. – Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012, p.42.

³HAESBAERT, Rogério. Por outra regionalização: a região como artefato, *in*: **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 110.

amazônico, com o objetivo de dominar territórios, capturar mão de obra indígena e explorar as mais diversas especiarias nativas que poderiam encontrar na vasta floresta.

A mobilidade pelos rios, como aponta Heather Roller, foi essencial para o funcionamento do sistema colonial português, em que as formas de se movimentar e viajar pela região foram fortemente moldadas pelos indígenas, que apesar de facilitarem a mobilidade de autoridades coloniais, ainda eram alvo de protestos devido a suas escolhas de se estabelecerem longe dos centros coloniais. Simultaneamente, os mesmos sujeitos que serviam à Coroa Portuguesa estimulavam longas expedições ao sertão com o objetivo de obter os gêneros provindos do sertão e visando os interesses geopolíticos.⁴ Rafael Chamboleyron reforça em sua análise que remete para o início do processo da colonização na Amazônia, que a mobilidade estava intimamente ligada às atividades econômicas, em que as idas ao sertão e a roças estabelecidas nos rios tornaram-se importantes para a mobilidade e para o povoamento da região.⁵

Como resultado das expedições realizadas no território correspondente à área do rio Tapajós ao longo dos séculos XVI e XVII, no final da primeira metade do século XVIII, encontramos as primeiras informações detalhadas sobre a configuração deste importante rio. As informações foram registradas pelo Padre Manuel Ferreira em 1742, durante uma expedição sob o comando de Leonardo de Oliveira, que teve início em maio daquele ano. De acordo com Vanice Siqueira de Melo, a viagem do cabo Leonardo de Oliveira, natural da Ilha da Madeira, teve como objetivo a busca por depósitos de ouro, uma vez que os reservatórios de ouro em Cuiabá estavam provavelmente esgotados, o que gerou um incentivo para a exploração de novos locais, assim o rio Tapajós foi utilizado como rota para se chegar ao Pará.⁶

A partir do Mato Grosso, os expedicionários cruzaram a Serra dos Parecis, e desceram os rios Juruena e Tapajós até sua foz no Amazonas, alcançando-a em agosto. Estabeleceram contato com diversas comunidades indígenas, especialmente aquelas que habitavam a região do Juruena.⁷ De acordo com Miguel Menéndez, esse fato ocorreu porque, durante o século XVII

⁴ ROLLER, Heather F. **Amazonian Routes: Indigenous, Mobility and colonial communities in Northern Brazil**, Stanford University Press, Stanford, 2014, p.8.

⁵ CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)**, Belém: Açai, 2010, p. 34.

⁶ MELO, Vanice Siqueira de. **Caminhos fluviais e mobilidade: os rios Guaporé, Mamoré e Madeira e a rota entre o Mato Grosso e o Grão-Pará (séculos XVII e XVIII)**, Tese (Doutorado), Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programas de Pós-Graduação em História, Belém, 2022, p. 60–61.

⁷ MENÉNDEZ, Miguel. Uma contribuição para a Etno-História da área Tapajós-Madeira, **Revista do Museu Paulista**, v. XXVIII, 1981, p. 297.

e a primeira metade do século XVIII, a navegação pelo rio Tapajós, através do rio Amazonas, foi bastante limitada, não ultrapassando as cachoeiras situadas no curso inferior da região.⁸ Serafim Leite complementa que os jesuítas que se estabeleceram na região não fizeram longas entradas no rio, mas chegaram até os afluentes e até as cachoeiras.⁹

Diferentemente disso, os sertanistas que vinham de Cuiabá adentraram o rio Tapajós, da qual resultou em um maior reconhecimento sobre a localidade, não é à toa que boa parte dos relatos que utilizaremos aqui foram produzidos por homens que vieram da região do Mato Grosso.

De acordo com Karl Arenz, dois documentos foram nomeados pelo missionário com o mesmo nome “Breve notícia do Rio Tapajóz” do qual o primeiro datado de 16 de agosto de 1750 relata a localização geográfica dos cinco aldeamentos pertencentes ao rio Tapajós, que será discutida detalhadamente no próximo tópico. Nesse documento, Ferreira se refere ao rio Tapajós como um dos maiores rios que desembocam no rio Amazonas “sempre correndo de Sul a Norte”. Ferreira também localiza a Fortaleza do Tapajós, e a povoação indígena estabelecida perto da fortaleza, da qual possui o mesmo nome. Além de pontuar a existência desta povoação, ele relata a existência de outros aldeamentos como Borari, Arapiuns, Santo Ignácio e São José.¹⁰

Arenz chama a atenção para o fato de o missionário não prover novas informações sobre as missões estabelecidas no rio Tapajós, porém o principal objetivo de seu relato é expor o rio Tapajós como uma rota de acesso às regiões das minas localizadas ao sul.¹¹ Posteriormente outros viajantes também com o intuito de mapear a rota Tapajós-Cuiabá trouxeram maiores detalhes não só sobre essa ligação entre esses rios, mas também aspectos sobre a particularidade do rio Tapajós. Outro documento resultante dessa expedição foi um mapa elaborado pelo Padre Manuel Ferreira em 1750, no qual estavam descritas não apenas as características do rio, mas também os grupos indígenas que habitavam seu curso.¹²

⁸ *Ibid.*, p.297

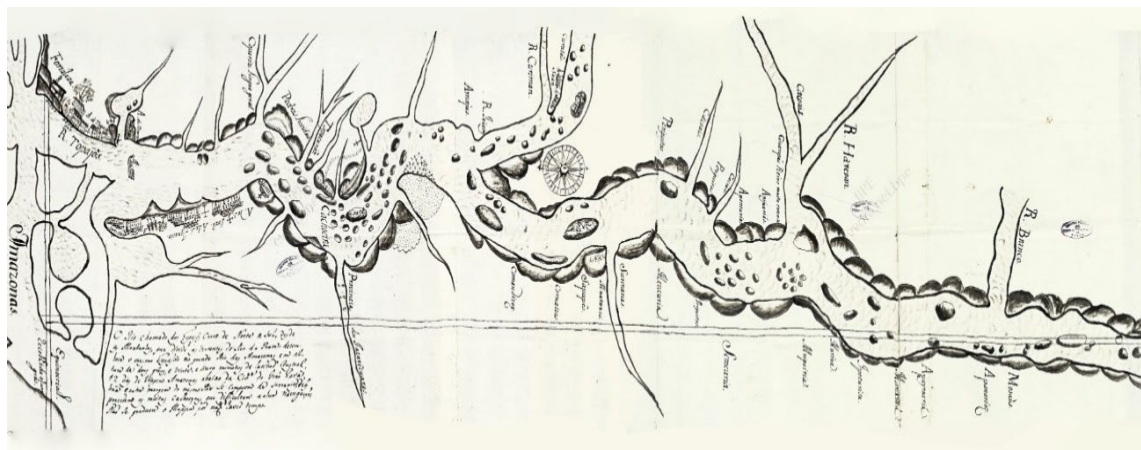
⁹ LEITE, Serafim. Rio Tapajós, in: **História da Companhia de Jesus no Brasil**, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1943, v. Tomo III, p. 365.

¹⁰ ARENZ, Karl Heinz. “Uma porta de entrada para muitas nações”: As missões jesuíticas no vale do Tapajós (séculos XVII-XVIII), in: ARENZ, Karl Heinz; LAURINDO JUNIOR, Luiz Carlos; GOIS, Diego Marinho de (Orgs.), **Baixo Amazonas: Histórias entre rios, várzea e terra firme**, São Paulo: Intermeios, 2022, p. 79.

¹¹ *Ibid.*

¹² BELIK, Daniel. **Indigenous Routes: interfluves and interpreters in the upper Tapajós river (c.1750 to c. 1950)**, University of St Andrews, St Andrews, 2018, p. 30–31.

Figura 2 - Mapa do rio Tapajós pelo Padre Manuel Ferreira 1750 – Biblioteca de Évora.



Fonte: BELIK, Daniel. Indigenous Routes: Interfluves and Interpreters in the Upper Tapajós (c. 1750 to c. 1950)

No mapa produzido pelo missionário observa-se as características do rio Tapajós, que influenciavam diretamente na navegação do rio, em que se destacam as estruturas rochosas que dificultavam a navegação, além de cacauais que já existiam pela região e de outras formações geológicas como uma cachoeira. Karl Arenz complementa que as rochas localizadas no rio Tapajós ficavam cobertas por água em período de aumento do nível do rio, entre dezembro e maio, e no período de seca, entre junho e novembro, formavam-se corredeiras que poderiam ocasionar acidentes com a circulação de pessoas e produtos.¹³

As notícias sobre o rio Tapajós provindas da viagem de Oliveira e Ferreira colaboraram para a expedição do sertanista João de Sousa Azevedo vindo do Mato Grosso que alcançou o rio Tapajós, no ano de 1746. Com uma comitiva de 58 pessoas e seis canoas, Sousa Azevedo percorreu toda a extensão do rio Tapajós em que coletou importantes dados sobre novas vias de comunicação entre Belém e o Mato Grosso.¹⁴ As observações do sertanista reiteram o que foi descrito no mapa elaborado por Ferreira, como as cachoeiras que estavam

¹³ ARENZ, “Uma porta de entrada para muitas nações”: As missões jesuíticas no vale do Tapajós (séculos XVII-XVIII), p. 80.

¹⁴ MENÉNDEZ, Uma contribuição para a Etno-História da área Tapajós-Madeira, p. 297–298.

presentes durante a rota que dificultavam a navegação e as formações rochosas, além de indígenas e brancos que encontravam pelo caminho, assim até chegar a Fortaleza do Tapajós.¹⁵

Alguns anos após a expedição de Leonardo de Oliveira e do Padre Manuel Ferreira e João de Sousa Azevedo, temos o relato do secretário de Estado do Maranhão e Grão-Pará, José Gonçalves da Fonseca no ano de 1749, cujo objetivo foi mapear o rio Madeira como precaução devido à expansão das missões de Moxos, pertencente à Companhia de Jesus para o oeste do eixo do rio, onde estavam localizados os rios Madeira, Mamoré e Guaporé, e tal fato também estava atrelado ao controle da navegação da rota entre Mato Grosso e Pará, proibida pela Coroa Portuguesa por meio daqueles rios.¹⁶ Por meio do relato de Gonçalves da Fonseca, houve a coleta de informações importantes sobre os rios, cachoeiras, montes e planícies, assim como as aldeias espanholas que estavam instaladas no rio Madeira.¹⁷ Para além disso, Gonçalves da Fonseca também descreveu o rio Tapajós em sua breve passagem.

Vindo do rio Amazonas, ao aportar no rio Tapajós, Gonçalves da Fonseca o define como bastante caudaloso, onde a origem do rio provém do Sul para o norte, e paralelo ao rio Xingu e que, navegando mais adentro, encontram-se muitas cachoeiras que dificultariam a navegação. Ainda de acordo com suas descrições, as suas cabeceiras possuíam amplos campos, chamados Parecis. Na boca do rio Tapajós, na parte esquerda ele observou a importante Fortaleza dos Tapajós, além das águas transparentes do rio, que ele diz serem mais claras do que a do rio Xingu; notou também a abundância do cravo que segundo ele era de difícil acesso devido aos indígenas da região. Ao situar a localização do rio Tapajós, ele pontua a existência de outros rios que se comunicam com o referido rio, como o rio Arinos, Sumidouro e Preto.¹⁸

A viagem de reconhecimento e mapeamento do rio Tapajós realizada por Gonçalves da Fonseca foi crucial para entender a importância desse rio e sua conexão com o Mato Grosso. Embora as descrições do Tapajós não tenham sido tão detalhadas quanto as do seu destino

¹⁵ AZEVEDO, João de Sousa. Notícia da viagem de João de Sousa Azevedo, *in*: FONSECA, João Severino da (Ed.), **Viagem ao Redor do Brasil (1875-1878)**, Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C, 1880, v. 1, p. 68–72.

¹⁶ ALMEIDA, André Ferrand. A viagem de José Gonçalves da Fonseca e a cartografia do rio Madeira (1749-1752), **Anais do Museu Paulista**, v. 17, n. 2, p. 215–235, 2009, p. 215–216.

¹⁷ MELO, **Caminhos fluviais e mobilidade: os rios Guaporé, Mamoré e Madeira e a rota entre o Mato Grosso e o Grão-Pará (séculos XVII e XVIII)**, p. 70.

¹⁸ FONSECA, José Gonçalves. Da navegação feita da cidade do Gram Pará até a bocca do rio da madeira pela escolta que por este rio subio às minas do Mato Grosso por ordem mui recomendada de Sua Magestade Fidelissima no anno de 1749, escripta por José Gonçalves da Fonseca no mesmo anno [1749], **Collecção de Noticias Para a Historia e Geografia das Nações Ultramarinas, que vivem nos dominios portuguezes, ou lhes são visinhas: publicada pela Academia Real das Sciencias**, v. Tomo IV, n. Num.1, 1826, p. 12.

principal, o rio Madeira, elas foram fundamentais para o conhecimento geoestratégico da região, especialmente para a Coroa Portuguesa.

Além de descrever o rio Tapajós, Gonçalves da Fonseca também descreveu a rota e a navegação no rio Amazonas, que tinha como destino a aldeia de Gurupatuba, mais tarde conhecida como Vila de Monte Alegre. Em seu relato, o secretário descreve o braço do rio para chegar à aldeia e os seus enormes lagos; a região é descrita por ele como formada por planícies da qual a parte norte e oeste estão cercadas de árvores, e faz menção à “montanha” e às serras que compunham a paisagem do lugar.¹⁹ De acordo com João Palma Muniz, o aspecto topográfico da região influenciou o nome qual com a elevação para a condição de vila foi denominada Monte Alegre.²⁰ Além disso, essas informações serviram como base para outros expedicionários que exploraram a área em décadas posteriores como a viagem de José Monteiro de Noronha.

O vigário-geral do Rio Negro, José Monteiro de Noronha, no ano de 1768, também fez importantes considerações sobre o rio Tapajós, que caracteriza como tendo “as suas fontes junto a cordilheira das Geraes. Desce de Sul ao Norte paralelo aos rios Xingu, e Madeira e deságua na margem Austral do Amazonas em 2 graus, e 25 minutos ao mesmo polo do Sul”.²¹ Tal como os expedicionários citados anteriormente, sobre a rota do Tapajós para o Mato Grosso, Monteiro de Noronha sinalizou que já estava sendo utilizada por viajantes e comerciantes desde a segunda metade do século XVIII. Porém, foi somente em finais do século XVIII que ela se tornou de fato importante para a circulação de mercadorias entre as vilas do Baixo Amazonas e a capital Belém.²² A navegação pelo rio Tapajós, não se mostrou somente como rota para chegar em capitânicas importantes como o Mato Grosso e Pará, mas também como um lugar estratégico em meio à longa distância para se chegar à sede administrativa do Grão-Pará, a cidade de Belém. Apesar da importância do relato de Monteiro de Noronha, o expedicionário que colheu mais detalhes sobre o rio Tapajós foi o tenente Almeida Serra.

¹⁹ *Ibid.*, p. 11.

²⁰ MUNIZ, João Palma. Limites Municipais do Estado do Pará, *Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará*, v. t.9, 1916, p. 550.

²¹ NORONHA, José Monteiro de. **Roteiro da Viagem da Cidade do Pará, até às últimas colônias do Sertão da Província. Escrito na Vila de Barcelos pelo Vigário Geral do Rio Negro o Padre Dr.º José Monteiro de Noronha no ano de 1768.** Pará: Tipografia de Santos & Irmãos, 1862, p.21-2.

²² LOPES, Siméia de Nazaré. **As rotas do comércio do Grão-Pará: negociantes e relações mercantis (c.1790 a c. 1830)**, Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História Social, Rio de Janeiro, 2013, p. 214–215.

Ricardo Franco de Almeida Serra foi um engenheiro português que navegou do Tapajós até o Mato Grosso em 1797 sob ordens do governador e capitão-general do Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. Em sua primeira observação sobre o rio Tapajós, pontuou o referido rio como um dos grandes afluentes do rio Amazonas, e caracterizado por “nascer nos campos dos Parecis” e que “se enlaçam outras contravertentes para o sul das cabeceiras do rio Paraguay, e dos seus braços o rio Cuyabá, o Sipotuba, e o Jaurú, ficando entre elas pequenos trajetos de terra”.²³ Além das suas ligações com outros rios, o funcionário da Coroa pontua os furos e baías da região, que se comunicam com o rio Amazonas, e também não deixa de evidenciar a abundância da fauna da região e os gêneros do sertão que se encontravam pelo caminho, haja vista que um dos objetivos, além de mapear a região, era informar aquilo que interessava a Coroa Portuguesa, como as drogas do sertão.²⁴

Ao descrever o rio Tapajós, o tenente-coronel Almeida Serra sinaliza aspectos que de acordo com ele, implicariam na navegação pelo rio, como a existência de algumas cachoeiras pelo caminho que trariam certa dificuldade para os navegantes, tal como foi observado pelo Padre Manuel Ferreira e por José Gonçalves da Fonseca, porém com mais detalhes do que foi descrito nas expedições anteriores. De acordo com Almeida Serra, as cachoeiras dificultariam a navegação em 12 dias, dos 28 dias que navegando até a sua confluência no rio Arinos e no rio Juruena.²⁵ Cabe aqui a sua descrição sobre uma das cachoeiras que encontrou:

Do [rio] Capituã em pouco mais de meio dia se chega ao Jacaré-mirim: e daqui em duas horas se chega a primeira cachoeira do Tapajós, chamada Trocuã que fica a 5 dias de navegação acima do lugar Tapajós-Tapera. Esta cachoeira se compara no tamanho e forma ao da Perdeneira no rio Madeira; não é grande, e é vencível com algum trabalho e pouco risco.²⁶

Além de observar as cachoeiras, durante o decorrer de sua expedição pelo Tapajós, o oficial chama a atenção para os lagos, os altos montes, alguns situados no meio do rio, grutas, que segundo ele estavam repletas de ouro, além das margens formadas por matos gerais e campos, Almeida Serra também sinaliza as águas do rio Tapajós, como “grande e saudável” pela diversidade da fauna que ali poderia ser encontrada. As nações indígenas habitantes do rio

²³ SERRA, Ricardo Franco de Almeida. Navegação do Rio Tapajós para o Pará pelo tenente coronel Ricardo Franco de Almeida Serra, escripta em 1779, sendo governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro, **Revista trimensal de História e Geographia**, v. Tomo IX, n. 2, 1869, p. 1.

²⁴ *Ibid.*, p. 2.

²⁵ *Ibid.*, p. 5.

²⁶ *Ibid.*, p. 2-3.

Tapajós também foram alvo das observações de Almeida Serra pela forte presença indígena de sul ao norte do rio Tapajós.²⁷

As informações descritas pelo tenente-coronel Ricardo Almeida Serra sobre o rio Tapajós decorreu de sua experiência como Sargento-mor do Real Corpo de Engenheiros do Exército Português, em que ocupou um importante cargo como chefe da 3ª Comissão de Limites do Tratado de Santo Ildefonso em 1777, responsável pela demarcação de novas fronteiras entre os domínios de Portugal e Espanha.²⁸ No ano de 1797, sob ordem do governador do Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda Montenegro que o nomeou “Comandante dos Estabelecimentos Portugueses do Paraguai”,²⁹ o tenente-coronel Almeida Serra foi encarregado de mapear a região do rio Tapajós, além de discorrer sobre as características geográficas da região do rio Tapajós. Ricardo Franco de Almeida Serra descreveu rotas que poderiam se fazer por meio de tal rio, e sobretudo pontuou a facilidade da navegação do rio Tapajós até a Capitania do Mato Grosso. Segundo ele:

A navegação do Tapajós, olhada por diversas faces, parece a mais natural, útil e cômoda para a capitania de Mato Grosso, e vantajosa para as minas do Cuiabá: sendo-o igualmente para a do Pará, a que só falta um comércio ativo com as minas: o que poderia igualá-la ao do Rio de Janeiro e Bahia, que florescem em razão do comércio de minas.³⁰

Para além das descrições de indivíduos que estavam a serviço da Coroa Portuguesa, nos utilizaremos aqui de algumas informações provinda de estudiosos para entender melhor a região. O rio Tapajós é considerado o sexto maior rio em terras brasileiras com cerca de 13.500 de extensão e é tido como um rio com boa parte do seu percurso navegável.³¹ Tal como o Xingu e o Tocantins, é caracterizado pelas águas clara, ácidas e pobres em nutrientes. A calha do rio Tapajós é de característica arenosa, o que propicia a formação de extensas áreas de praias as

²⁷ *Ibid.*, p. 3–5.

²⁸ NASCIMENTO, Silvio Melo. Real Forte Príncipe da Beira: História e estórias do imaginário popular no Vale do Guaporé, **Dossiê: “As questões no campo e as humanidades: um labirinto de problemas e possibilidades”**. *Revista Labirinto*, n. 18, 2013, p. 117.

²⁹ FERREIRA, Maria Delfina do Rio. **Das Minas Gerais a Mato Grosso. Gênese, Evolução e Consolidação de uma Capitania. A ação de Caetano Pinto de Miranda Montenegro**. Dissertação (mestrado), Faculdade de Letras. Universidade do Porto, Porto, 1996, p. 94.

³⁰ SERRA, Navegação do Rio Tapajós para o Pará pelo tenente coronel Ricardo Franco de Almeida Serra, escripta em 1779, sendo governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro, p. 12.

³¹ SOUSA, Enilson da Silva. **Uso integrado de dados de sensoriamento remoto para o estudo da geologia da área da foz do rio Tapajós, Santarém-PA**, Dissertação (mestrado), Instituto de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Geociências. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009, p. 25.

margens dos rios e em áreas mais longe, uma vegetação mais aberta. O rio Tapajós é um dos mais importantes afluentes do rio Amazonas juntamente com outros rios importantes como o Huallaga e Ucayali, localizados no Peru.³²

Além dos rios, a área é conhecida por ser uma região de várzea extensa, e favorável para a ocupação e plantio, além da maior parte da atual cidade de Santarém estar localizada sobre uma barranca alta e livre de inundações do rio Amazonas.³³ A região do Baixo Amazonas apresenta predominantemente grandes lagos rasos, além de uma cobertura vegetal em que 90% é de presença de campo natural e 10% floresta, paisagem que pode se distinguir em quatro elementos: “os grandes canais de rio, restingas com florestas naturais beirando os canais, lagos de várzea permanentes que ocupam grande parte do interior da várzea e campos inundados sazonalmente que cobrem a zona de transição entre restingas e lagos”.³⁴

As características aqui descritas são resultado dos escritos de homens que navegaram pela região com o propósito de mapear e inspecionar aquilo que serviria para o interesse dos seus administradores e da Coroa Portuguesa, como a população indígena que ali habitava, as rotas que poderiam alcançar tanto a principal cidade da capitania do Pará, como a região do Mato Grosso, e até mesmo outras localidades de interesse que poderiam se chegar por meio do Tapajós, além disso os gêneros que poderiam ser encontrados na região, em que notou-se certa abundância pelos olhares destes expedicionários. Assim, por meio do diálogo entre o conhecimento adquirido nestas expedições direcionadas para esta região e os estudos atuais sobre a geografia e a configuração do território foi possível explanar e entender melhor os aspectos geográfico e geoestratégico do rio Tapajós.

Além disso, é importante pontuar que o conhecimento sobre os aspectos físicos que se tem sobre o rio Tapajós e suas várzeas começaram bem antes das expedições do século XVIII que aqui foram expostas (José Gonçalves da Fonseca, Ricardo Franco de Almeida e Serra e José Monteiro de Noronha), já que foram produto de antigos sujeitos que em tempos anteriores já estavam navegando por estas áreas e que contribuíram para a coleta de informações aprimoradas que se conseguiram com decorrer das expedições que gradualmente eram

³² REZENDE, Tadeu Valdir Freitas. **A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras**, Tese (Doutorado em História Econômica), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História Econômica. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p. 22.

³³ RAPP PY DANIEL, Anne *et al.* **Uma Santarém mais antiga sob o olhar da Arqueologia**, Belém: MPEG, 2017, p. 7.

³⁴ MCGRATH, David G *et al.* Políticas e Instituições: Uma abordagem Ecológica de Manejo de Várzea no Baixo Amazonas, **Papers do NAEA**, n. 243, 2009, p. 7.

realizadas; por isso, não podemos deixar de sinalizar as primeiras investidas europeias na região em que notou-se as importantes sociedades milenares que habitavam as várzeas densamente povoadas desse importante rio; além de grupos de europeus interessados na região, também é necessário apontar a ação dos missionários e o papel estratégico das missões que se instalaram no Baixo Amazonas, porém sem deixar de incluir os povos originários que por meio dos seus conhecimentos milenares construíram a região.

1.2. A fundação de missões no Baixo Amazonas

Quarenta léguas mais abaixo para banda do sul desemboca o grande e vistoso rio dos Tapajós, onde tive o bem de ser primeiro missionário de todo o rio Amazonas, posto pelo padre Antônio Vieira ano de 1661. Tem este belo rio muitas nações pela terra dentro e rios minas de prata, com muitas belas terras e mantimentos assim de mandioca, milho, como caça, pássaros, peixe, até peixe-boi e tartarugas; é a nação dos Tapajós gente briosa, mas já toda rendida aos portugueses com a fortaleza que lá se fez.³⁵

Em finais do século XVII, em sua importante *Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, o padre jesuíta João Felipe Bettendorff descrevia sua passagem por um dos principais afluentes do rio Amazonas: o rio Tapajós. Bettendorff cita em sua crônica, as diversas populações indígenas que viviam em seu interior, além de pontuar as “belas terras” com uma variedade de gêneros e de animais que habitavam florestas e rios e, especialmente, sinaliza o grupo indígena que deu nome ao famoso rio, os Tapajó, que, segundo ele, já estavam sob controle português.

A diversidade dos grupos que habitavam a foz do rio Tapajós foi observada por Gaspar Misch, missionário da aldeia do Tapará, que visitou a região antes de João Felipe Bettendorff. Em carta a Bettendorff, o padre Gaspar ressalta surpresa e admiração com relação aos costumes dos indígenas, como a nudez, perfurações nos lábios, as constantes festas regadas a danças, a relevância dos xamãs, o resguardo dos homens ao nascimento de um filho e a mumificação dos antepassados. Além disso, o padre ressalta sobre os hábitos alimentares como uma alimentação à base de mandioca e milho e pesca e caça. A fisionomia dos indígenas foi descrita como

³⁵ BETTENDORFF, João Felipe. *Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, 1. ed. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2010, p. 66.

“nobre” pela estatura mediana e por terem o corpo harmonioso, além de afirmar a similaridade com o biotipo dos franceses, segundo o padre Gaspar Misch.³⁶

Em pesquisas sobre sociedades indígenas, o estudo etno-histórico de Miguel Menéndez destaca que as comunidades que habitavam as várzeas dos rios Tapajós e Amazonas eram compostas por grupos indígenas que estabeleciam conexões tanto por meio das atividades econômicas quanto por meio da guerra e abrigavam importantes formações políticas hierarquizadas.³⁷ Os rios eram as principais ligações estabelecidas pelas etnias que habitavam os rios Nhamundá, Trombetas e Tapajós. Por meio desses três rios, a arqueologia que estuda essa região supõe que havia troca de materiais cerâmicos, além de migrações populacionais e o comércio de diversos produtos.³⁸

Outro ponto importante que configura a importância desses grupos, está relacionado ao uso dos recursos da floresta para a sua própria alimentação. De acordo com Robin Wright, as sociedades que viviam nas margens dos rios na Amazônia, além de serem populações densas, eram horticultores sedentários. Wright também aponta que os sujeitos que habitavam a região praticavam o cultivo e domesticavam alguns animais.³⁹ Daiana Travassos Alves em estudo arqueológico, afirma que foram encontrados eco vestígios, ou seja, restos de plantas e animais em ocupações antigas no Baixo Amazonas que demonstram intervenções humanas e o manejo de gêneros para a subsistência e o estabelecimento de uma vida sedentária.⁴⁰

Em relação ao domínio português, Mark Harris aponta que as investidas europeias fizeram com que uma parte do grupo Tapajó abandonasse a região da foz do rio Tapajós e se direcionasse para o interior da floresta, como uma ação estratégica e defensiva que possibilitou o reagrupamento deste grupo, além de provavelmente ter impactado a organização dos grupos que já estavam estabelecidos mata adentro.⁴¹

³⁶ ARENZ, “Uma porta de entrada para muitas nações”: As missões jesuíticas no vale do Tapajós (séculos XVII-XVIII), p. 59.

³⁷ MENÉNDEZ, Uma contribuição para a Etno-História da área Tapajós-Madeira, p. 289–388.

³⁸ RAPP PY DANIEL *et al.* **Uma Santarém mais antiga sob o olhar da Arqueologia**, p. 8.

³⁹ WRIGHT, Robin M. Destruction, Resistance, and Transformation - Southern, Coastal and Northern Brazil (1580-1890), *in: The Cambridge History of the Native Peoples of the Americas*, Cambridge: Cambridge University Press, 2008, v. 3: South America, p. 290.

⁴⁰ ALVES, Daiana Travassos. Alimentação na Amazônia pré-colonial: um estudo sobre a produção e o consumo de alimentos entre os Tapajó, *in: ARENZ, Karl Heinz; LAURINDO JUNIOR, Luiz Carlos; GOIS, Diego Marinho de (Orgs.), Baixo Amazonas: Histórias entre rios, várzea e terra firme*, 1. ed. São Paulo: Intermeios, 2022, p. 14–15.

⁴¹ HARRIS, Mark. Sistemas regionais, relações interétnicas e movimentos territoriais: os Tapajó e além na história ameríndia, **Revista de Antropologia**, v. 58, n. 1, p. 33–68, 2015, p. 45.

Harris complementa que os europeus, ou seja, os colonos e missionários reconfiguraram as redes de relações da qual antes faziam parte somente os indígenas, assim tornando-se parte da disputa pelas áreas ao longo das várzeas do Amazonas e de seus afluentes.⁴² Portanto, as missões fundadas no Baixo Amazonas tiveram um papel crucial na manutenção do interesse da Coroa Portuguesa, da qual obtiveram controle não só dos rios, mas também do comércio das drogas do sertão e da mão de obra indígena.

É importante lembrar que o contexto do século XVII é marcado por estratégias da Coroa Portuguesa em expandir e consolidar domínios em meio às dificuldades de se ocupar a imensidão do interior amazônico. Sobretudo, com o avanço colonial estrangeiro que penetrava os sertões amazônicos e estabelecendo feitorias. De acordo com Alírio Cardoso, os ‘invasores’ (franceses), ‘piratas’ e traficantes (ingleses e irlandeses), ‘rebeldes’ (holandeses) e os ‘aventureiros’ (italianos), sobretudo ingleses e franceses nas últimas décadas do século XVI e os holandeses nas primeiras duas décadas do século XVII, eram tidos como um perigo para o domínio do comércio atlântico português por meio do avanço militar, do comércio oceânico e no empreendimento de pequenas fortalezas e entrepostos comerciais em zona de fronteira.⁴³

Assim, as Ordens Religiosas tiveram uma função estratégica ao adentrar lugares em que a presença lusa não estava tão bem efetivada, como os rios Tapajós, Madeira, bacia do rio Negro e Branco, além da bacia dos Solimões.⁴⁴ O papel dos missionários, de acordo com Arthur Cezar Ferreira Reis, ia além de converter os indígenas ao cristianismo, estendendo-se também ao domínio político europeu e ibérico. Assim, o processo de conversão envolvia profundas mudanças no comportamento dos indígenas. Entre as principais mudanças, destacam-se: a adoção de novos hábitos, como o abandono do suposto nomadismo; o ensino da língua portuguesa; a capacitação para os ofícios mecânicos; a reestruturação das antigas aldeias indígenas, transformando-as em núcleos urbanos; a implementação de um regime de trabalho disciplinado, com foco na agricultura; e a reformulação dos modos de vida social, com a criação de uma estrutura familiar cristã e a formação de novos vínculos sociais.⁴⁵

⁴² *Ibid.*, p. 45–46.

⁴³ CARDOSO, Alírio. A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626), *Revista Brasileira de História*, v. 31, n. 61, p. 317–338, 2011, p. 321.

⁴⁴ CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. **Índios cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1643-1769)**, Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de Campinas, Campinas, 2005, p. 51.

⁴⁵ REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A conquista espiritual da Amazônia**, São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1942, p. 8.

É por meio da função dos missionários que o jesuíta João Felipe Bettendorff teve como destino a foz do rio Tapajós, com a responsabilidade de fundar um aldeamento em um lugar estratégico, conforme os interesses da Coroa Portuguesa.⁴⁶ A missão de Nossa Senhora da Conceição, também conhecida como Missão dos Tapajós, tornou-se o principal aldeamento da região, em que se concentrou uma larga quantidade de indígenas que foram descidos de diversas partes da região.

O padre José Moraes em sua obra *História da Companhia de Jesus na Extinta Província do Maranhão e Pará*, sinaliza que “Este rio Tapajós e a sua primeira aldeia teve por primeiro missionário, que introduziu nela a fé, ao Padre João Felipe Bettendorff...”.⁴⁷ Entretanto, os indígenas da região do Tapajós, já vinham recebendo visitas pastorais por partes dos missionários estabelecidos na aldeia do Tapará entre a foz do Xingu e o forte de Gurupá, no que atualmente seria a cidade de Porto de Moz.⁴⁸ Porém, foi somente com a chegada de Bettendorff que se estabeleceu o primeiro missionário residente na região. Nesse contexto, celebrou-se uma missa e, em seguida, realizou-se um rito de acolhimento aos missionários, dividido em três partes, conforme descrito por Arenz: primeiro, a condução dos recém-chegados a uma cabana preparada para eles; em seguida, a apresentação dos chefes locais — no Tapajós, havia cinco, cada um com seus respectivos clãs; e, por fim, a troca de presentes, conhecidos como “putabas”.⁴⁹

A partir disso, a missão jesuítica no Vale do Tapajós teve início, com uma série de ações coordenadas. Primeiramente, contou-se com a ajuda do sertanejo João Corrêa e de indígenas intérpretes, que prepararam resumos concisos do catecismo católico nas línguas mais faladas na região, como a Língua Geral, a dos Tapajós e a dos Urucus. Em seguida, o missionário focou no batismo das crianças indígenas com menos de sete anos, que ele denominava “inocentes”, por considerá-las desprovidas de razão. Além disso, ordenou a construção de uma capela e de casas, contando com o auxílio dos indígenas, aos quais ele ajudou a escolher a madeira e a trabalhar na mata. Durante esse processo, enfrentou dificuldades como

⁴⁶ ARENZ, Karl Heinz. Do Alzette ao Amazonas: vida e obra do padre João Felipe Bettendorff (1625-1698). *Revista de Estudos Amazônicos*, v.5, n. 1, 2010, p.30.

⁴⁷ MORAES, José. *História da Companhia de Jesus na extinta Província do Maranhão e Pará pelo Padre José de Moraes da mesma companhia*, Rio de Janeiro: Typographia do Commercio de Brito & Braga, 1860, p. 510.

⁴⁸ ARENZ, “Uma porta de entrada para muitas nações”: As missões jesuíticas no vale do Tapajós (séculos XVII-XVIII), p. 56.

⁴⁹ *Ibid.*

a fome e o trabalho árduo, mas seu relato tinha como objetivo demonstrar sua determinação na construção das cabanas do aldeamento, que foi organizado de maneira retilínea, com a capela no centro.⁵⁰

Arenz afirma que essa ação tinha como objetivo consolidar o cristianismo na comunidade, em detrimento da antiga organização indígena. Outra medida tomada pelo missionário foi a proibição dos rituais xamânicos, considerando os pajés e xamãs como entidades “diabólicas”. Além disso, ele impôs a monogamia cristã aos indígenas, que antes não a praticavam, e estabeleceu alianças com os chefes das aldeias e das áreas ao redor. Por fim, o missionário construiu a residência dos membros da Companhia de Jesus em um local estratégico, visando garantir o controle e a presença jesuítica na região.⁵¹

Entre o período de 1698 a 1723, esta missão foi gerenciada pelo padre Manuel Rebelo, em que foi possível ter uma relevante solidez para dar continuidade ao projeto missionário.⁵² A Missão dos Tapajós deu seguimento para a fundação de outras missões rio acima pelos jesuítas entre os anos de 1720 e 1730; assim foram fundados os aldeamentos do “Borari, Arapium com Cumaru, Santo Inácio dos Tupinambaranas e São José dos Maitapus”. Arenz destaca, com base em dados sobre as populações das missões na região do Tapajós em 1730, que havia um número considerável de pessoas habitando essas aldeias. Na aldeia do Tapajós, o total era de 793 habitantes; na aldeia Iburari, 235; na aldeia Arapium, 1.069; na aldeia Tupinambarana, 779; na aldeia Maitapu, 491; e na aldeia Nova Cumaru, 167 pessoas. A documentação analisada por Karl Arenz apresenta uma divisão detalhada dos moradores em grupos: homens, mulheres, rapazes, meninas e catecúmenos.⁵³

Além disso, o autor destaca que, embora a Missão dos Tapajós fosse a mais antiga, por ter sido fundada primeiro, a Missão dos Arapiuns, que também abrigava a nova aldeia de Cumaru, era a mais populosa da região. A Missão de Santo Inácio dos Tupinambaranas, por sua vez, possuía um número significativo de catecúmenos, o que, segundo o padre José Moraes, estava relacionado ao deslocamento de uma missão homônima, que estava originalmente na foz do rio Madeira, para a região do Tapajós. Contudo, essa transferência de fato só ocorreu em 1737, sob a responsabilidade do padre Manuel Lopes.⁵⁴

⁵⁰ *Ibid.*, p. 60–61.

⁵¹ *Ibid.*, p. 62–66.

⁵² *Ibid.*, p. 74.

⁵³ *Ibid.*, p. 74–75.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 75.

Arenz afirma que, de certa forma, a partir da década de 1720, a projeção de Bettendorff em aumentar o número de Missões jesuíticas pelo Tapajós foi realizada.⁵⁵ Apesar da estabilidade do projeto missionário, o avanço dos jesuítas e dos colonos resultou em uma redução drástica dessas populações; em 1690, décadas depois da implantação das missões nessa área, se observa uma diminuição significativa da aldeia situada na foz do Tapajós.⁵⁶

A missão dos Tapajós avançava aos olhos dos colonizadores mesmo com o declínio daqueles que habitavam as margens antes de sua chegada. Assim, esta missão situada na embocadura do Rio Tapajós, na confluência com o Rio Amazonas, tinha um caráter estratégico não apenas para a instalação de uma missão jesuítica, mas também para o monitoramento dos arredores. Esse fator explicaria a presença de um pequeno destacamento de soldados portugueses na área desde meados do século XVII.⁵⁷

Em finais do século XVII houve de fato estabelecimento de um monumento que visava vigiar, defender e avançar para mais adentro do sertão – a Fortaleza do Tapajós –, situada na margem direita do Rio Tapajós, na confluência dos rios Amazonas e Tapajós,⁵⁸ certamente um ponto estratégico estabelecido pelas autoridades coloniais. Logo após a Fortaleza do Tapajós, instalou-se outra construção pela região do Baixo Amazonas que tinha o mesmo objetivo de vigiar, defender e expandir o território português, como o Forte de Santo Antônio dos Pauxis, próximo à Missão dos Pauxis, na região de Óbidos localizada na margem esquerda do Rio Amazonas.⁵⁹

Segundo Wania Alexandrino Viana, o estabelecimento de fortalezas na Amazônia não somente se justificava pelo argumento de defender e vigiar a área; era também necessário ter um número significativo de pessoas, como o caso da fortaleza do Tapajós que abrigava uma grande população indígena que auxiliaria na proteção e produção de alimentos para a guarnição

⁵⁵ *Ibid.*, p. 76.

⁵⁶ MENÉNDEZ, Miguel. A área Madeira-Tapajós: situação de contato e relações entre colonizador e indígenas, in: CUNHA, Manuela Carneiro (Org.), **História dos índios no Brasil**, 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 282.

⁵⁷ ARENZ, “Uma porta de entrada para muitas nações”: As missões jesuíticas no vale do Tapajós (séculos XVII-XVIII), p. 56.

⁵⁸ COSTA, Graciete da Costa. **Fortes portugueses na Amazônia brasileira**, tese (pós-doutorado), Instituto de Relações Internacionais, Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Relações Internacionais. Universidade de Brasília, Brasília, 2015, p. 49.

⁵⁹ *Ibid.*, p. 45.

de soldados.⁶⁰ A grande população de indígenas que habitava a área era fruto da Missão dos Tapajós, a qual concentrou uma larga quantidade de indígenas e que junto com a área estratégica que foi construída tornou-se um ponto importante para as missões que se estabeleceram em seguida.

Além da missão dos Tapajós, outros aldeamentos foram fundados ao longo do rio Tapajós e Amazonas. Com a promulgação da carta régia de 19 de março de 1693, os jesuítas detinham aldeamentos no território sul do Amazonas que compreendia a missões do Tapajós (Santarém, posteriormente), São José (futura Pinhel), Borari (mais tarde, Alter do Chão), Cumaru (Vila Franca) e Santo Inácio (Boim); os Capuchos da Piedade tinham para si a margem norte do Amazonas, estabelecidos em Gurupatuba (depois, Monte Alegre) e Surubiu (posteriormente, Alenquer), Pauxis (atual cidade de Óbidos).

Antes de passar para o controle dos Capuchos da Piedades, a missão de Gurupatuba localizada na banda norte do Rio Amazonas estava sob o domínio da Companhia de Jesus. O padre João Felipe Bettendorff relata em sua crônica sobre a missão de Gurupatuba a qual foi residência dos padres da Companhia, onde o padre Jódoco Peres junto com o padre Manuel da Silva fundaram residência e assim abriram oportunidades para a instalação de outras casas e a igreja.⁶¹ Serafim Leite complementa que Bettendorff visitou a referida aldeia no ano de 1661 e que desde 1657 começou a ser frequentada e catequizada pelos religiosos da Companhia de Jesus, que realizavam viagens que subiam o rio Amazonas ou nas missões próximas como o Urubuquara ou o Tapajós. Até que no ano de 1681 foi construída uma igreja própria e começou a ser residência fixa destes missionários até o ano de 1693.⁶²

O mesmo aconteceu com a Missão do Surubiú, que estava sob cuidados dos jesuítas na região do rio Cumá e após 1693 também passa para o domínio dos Capuchos da Piedade que a transferem para o rio Surubiú, após 1701.⁶³ José de Moraes descreve a aldeia de Surubiú:

Subindo o mesmo rio das Amazonas acima em distância de quatro léguas do norte está a aldeia do Surubiú, da mesma administração dos religiosos

⁶⁰ VIANA, Wania Alexandrino. **Gente de guerra, fronteira e sertão: índios e soldados na Capitania do Pará (primeira metade do século XVIII)**, Tese de doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019, p. 163.

⁶¹ BETTENDORFF, **Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão**, p. 35.

⁶² LEITE, Serafim. Baixo Amazonas, *in*: **História da Companhia de Jesus no Brasil**, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945, v. Tomo III, p. 270–271.

⁶³ MATOS, Frederiki Luiz Andrade. **Os “Frades Del Rei” nos sertões amazônicos: os Capuchos da Piedade na Amazônia Colonial (1693-1759)**, Dissertação (mestrado), Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programas de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2014, p. 35–36.

pedosos. E três léguas mais acima desta mesma parte do norte das Amazonas tem estes religiosos outra aldeia pequena dentro em um lago a que chamam a aldeia de Curuá.⁶⁴

Os Capuchos da Nossa senhora da Piedade também estabeleceram uma missão em um importante ponto estratégico no rio Amazonas, a missão dos Pauxis, localizada próximo à Fortaleza de Santo Antonio dos Pauxis. De acordo com Frederik Matos, baseado nas obras de Arthur Vianna e Domingos Soares Ferreira Pena, a ordem para a construção da Fortaleza dos Pauxis foi dada pelo governador do Estado do Maranhão, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, em 1697. Durante uma de suas viagens de inspeção ao interior da Capitania, o governador reconheceu a excelente localização do terreno, que viria a abrigar a fortaleza, situado no alto de uma colina, às margens do rio Amazonas, acima do rio Tapajós e próximo ao rio Trombetas. A região apresenta um estreitamento do rio, o que permitiria que qualquer disparo de artilharia atingisse a margem oposta e nenhuma embarcação poderia passar sem ser percebida.⁶⁵ Matos complementa que essa região foi bastante visitada por ser um lugar de entrada para o curso superior do Amazonas, além de ter sido um lugar para a defesa contra franceses e espanhóis e um lugar para a coleta das drogas do sertão e para a fiscalização das embarcações que navegavam o Amazonas acima e baixo.⁶⁶

Segundo Arthur Cezar Ferreira Reis, em 1697 dois frades pertencentes aos Capuchos da Piedade estabeleceram o aldeamento dos Pauxis, para o qual foram sendo buscados outros grupos para aumentar o povoado que ficava localizado “nascente à sombra do forte, a meia hora de distância do qual foi instalado”.⁶⁷ A missão controlada pelos Capuchos da Piedade era popularmente conhecida por “Aldeinha” pelas correspondências oficiais para se diferenciar do povoado indígena que estava submisso aos soldados da Fortaleza dos Pauxis.⁶⁸

Os Capuchos da Piedade chegaram no Estado do Maranhão e Grão-Pará a mando do capitão-mor de Gurupá, Manuel Guedes Aranha, depois de um desentendimento com os jesuítas que já estavam na localidade. Assim, ele enviou um pedido ao rei solicitando a vinda de outras Ordens Religiosas, em que foi sugerido a vinda dos carmelitas descalços, ou os capuchos da

⁶⁴ MORAES, *História da Companhia de Jesus na extinta Província do Maranhão e Pará pelo Padre José de Moraes da mesma companhia*, p. 508.

⁶⁵ MATOS, *Os “Frades Del Rei” nos sertões amazônicos: os Capuchos da Piedade na Amazônia Colonial (1693-1759)*, p. 127.

⁶⁶ *Ibid.*

⁶⁷ REIS, Arthur Cezar Ferreira. *História de Óbidos*, 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 26.

⁶⁸ *Ibid.*, p. 27.

Piedade; assim os religiosos da Província franciscana da Piedade chegaram em Belém em 1693 e se dirigiram a Gurupá, onde estabeleceram outros aldeamentos nas proximidades desta região.

69

Segundo Frederik Matos, a divisão dos aldeamentos desempenhou um papel crucial para que os Capuchos da Piedade conseguissem obter controle sobre uma parte estratégica do rio Amazonas, um dos principais corredores de transporte e locomoção na região. Os aldeamentos sob a administração dos religiosos da Piedade estavam localizados entre o baixo e o médio Amazonas, abrangendo uma vasta área que se estendia ao longo de importantes rotas fluviais. Essa distribuição geográfica foi determinante para garantir o domínio de regiões de grande importância estratégica, como Gurupá, que desempenhava um papel vital no Vale Amazônico. Além disso, Gurupá era considerada uma região em constante expansão durante o século XVIII, o que aumentava ainda mais o seu valor como ponto de controle e integração de territórios na Amazônia. O controle sobre essa área possibilitou aos Capuchos da Piedade não só o domínio de um importante ponto de passagem fluvial, mas também a influência sobre as rotas comerciais e as movimentações entre os diversos povos e colonizadores que transitavam pela região.⁷⁰

Com a chegada da segunda metade do século XVIII e a instauração das políticas pombalinas, novos rumos foram definidos para os missionários estabelecidos na região amazônica e para os aldeamentos por eles organizados. Sob essas políticas, a estrutura e o controle que os religiosos exerciam sobre as populações indígenas e os próprios aldeamentos sofreram profundas mudanças. Os missionários, que antes detinham grande influência sobre as comunidades locais, perderam o controle direto sobre as populações indígenas, o que resultou em uma reorganização significativa da sociedade local.

A partir dessas reformas, muitos dos aldeamentos foram elevados à condição de vilas e lugares, o que implicou uma reestruturação administrativa, pois agora eram seculares; muitas vezes, eram militares que assumiam o controle da vila e dos indígenas. Essas transformações marcaram uma nova fase na organização política e social da região, com repercussões duradouras para as comunidades indígenas e para a dinâmica de poder entre os colonizadores e os missionários.

⁶⁹ MATOS, Os “Frades Del Rei” nos sertões amazônicos: os Capuchos da Piedade na Amazônia Colonial (1693-1759), p. 33–34.

⁷⁰ *Ibid.*, p. 57.

1.3. As Vilas no Baixo Amazonas

Com a chegada de Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao governo do Estado do Grão-Pará e Maranhão em 1751, sob as ordens de seu irmão, Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal, deu-se início a uma significativa transição na organização dos aldeamentos missionários da região amazônica. Essa mudança marcou a transição de uma administração dominada por missionários religiosos para uma gestão laica. Anteriormente, os missionários eram responsáveis pela administração dos aldeamentos, mas, sob o novo governo, essa função passou a ser exercida por um administrador secular, nomeado pelo governador.

Portanto, sob as ordens de Carvalho e Melo, o governador Mendonça Furtado saiu em jornada para o interior do Grão-Pará e Maranhão, com o objetivo de erigir aldeias a categorias de vilas. As aldeias que não possuíam uma quantidade populacional significativa eram elevadas à condição de lugares e possuíam um contingente populacional menor do que as vilas; os Lugares eram administrados por leigos, sem o amparo das câmaras.

Essas povoações também eram distinguidas pelo fato de que as Vilas eram centros de povoamento e os Lugares eram caracterizados como centros que tinham como objetivo organizar, arregimentar e distribuir a mão de obra indígena. Apesar da breve distinção, as Vilas e Lugares eram lugares que se complementavam com o intuito de ocupar o território, integrar a população indígena e utilizar a força de trabalho dessas povoações.⁷¹

Dentre as aldeias que pertenciam aos Capuchos da Piedade, a primeira que foi elevada à categoria de Vila foi a aldeia de Gurupatuba, que passou a ser conhecida como Vila de Monte Alegre, em 27 de fevereiro de 1758. De acordo com Arthur Cezar Ferreira Reis, Mendonça Furtado possuía um rito para a elevação da aldeia em vila: o governador elevava um pelourinho que tinha como objetivo simbolizar o município, nomeava membros da Câmara e nomeava o nome lusitano, como nesse caso Monte Alegre, que não foi denominada assim só por estar em uma serra elevada, mas também inspirado na vila portuguesa de Monte Alegre na região norte de Portugal.⁷²

Após a fundação da Vila de Monte Alegre, a próxima aldeia pertencente aos Capuchos da Piedade, que se tornou vila foi a dos Pauxis, Mendonça Furtado juntou em uma só vila a “Aldeinha”, a povoação que estava sob controle do comandante e dos praças, e outra aldeia que

⁷¹ COELHO, Mauro Cezar. *Do Sertão para o Mar. Um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos Índios (1750-1798)*, Tese (Doutorado em História Social), Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005, p. 197–198.

⁷² REIS, *Monte Alegre: aspectos de sua formação histórica*, p. 13.

estava sob controle dos Capuchos da Piedade no Rio Amazonas, com o intuito de fazê-la mais populosa, que passou a ser conhecida como Vila de Óbidos, nome inspirado em uma vila portuguesa, em 25 de março de 1758.⁷³ Nesse agora antigo aldeamento, o interesse de Mendonça Furtado ia além da quantidade considerável de pessoas que habitavam o lugar, pois era de grande interesse transformar este lugar em Vila, pois possuía potencial econômico e estratégico pelo Forte que ali estava localizado que serviria de grande interesse para a Coroa e para os moradores, pois como já foi exposto, as fortificações serviam para a defesa e para o controle e fiscalização de mercadorias.

No mesmo ano de 1758, a aldeia de Surubiú, conforme os escritos de Palma Muniz, foi elevada à categoria de vila, por Mendonça Furtado.⁷⁴ Sabe-se que o aldeamento foi unido com outra aldeia no rio Curuá pelos Capuchos da Piedade, logo presume-se que havia uma população considerável para elevar-se a condição de vila. Além dessa povoação indígena servir como centro de arregimentação e um importante local para fomento das drogas do sertão e da agricultura, estava próximo à vila de Óbidos que dispunha da fortificação.

Nos aldeamentos pertencentes a Companhia de Jesus, Palma Muniz nos informa que no ano de 1757, as aldeias de Borari e Arapiuns foram elevadas à categoria de Vila, nomeadas, respectivamente, Vila de Alter do Chão e Vila Franca; no ano de 1758, São Ignácio e São José também se juntavam para formar o conjunto de vilas situadas no rio Tapajós com os seus nomes, respectivamente, Boim e Pinhel.⁷⁵

O aldeamento dos Tapajós tornou-se vila em 14 de março de 1758, a qual em 1754 já tinha sido visitada por Mendonça Furtado, Ferreira Reis destaca um trecho da correspondência de Mendonça Furtado a seu irmão sobre o Tapajós.

he esta Fortaleza situada na Fôz do Tapajôs e junto populosa Aldeya de admistraçam dos religiosos da Comp.^a de que hê Missionário o P. Joaquim de Carvalho a qual hê bastante e aprazível per ser fundada em hua' formosa praya de areya.⁷⁶

Em condição de vila, a agora nomeada Vila de Santarém, inspirada em nome lusitano, consolidava-se como um dos principais núcleos do interior do Grão-Pará, por ser rota não só

⁷³ REIS, **História de Óbidos**, p. 30–31.

⁷⁴ MUNIZ, **Limites Municipais do Estado do Pará**, p. 80.

⁷⁵ *Ibid.*, p. 308–309.

⁷⁶ REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Santarém: seu desenvolvimento histórico**, 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 67.

pelo rio Tapajós como também pelo próprio Amazonas e por conter uma importante Fortaleza que já tinha importância desde o início de sua construção. Mediante a elevação à condição de vila foi instalado o senado da câmara composto por juizes ordinários que já constavam como sesmeiros da região, como Domingos Rabelo e Manuel Corrêa Picanço,⁷⁷ que se estabeleceram como importantes figuras de um grupo privilegiado de colonos do Baixo Amazonas, como será visto adiante.

Tanto as vilas localizadas no rio Amazonas e no rio Tapajós foram alvo de interesse da Coroa Portuguesa, por terem sido aldeamentos comandados pelos Capuchos da Piedade e pelos missionários da Companhia de Jesus. Para Mendonça Furtado, representante dos interesses portugueses em meados do século XVIII, assim como para a Coroa Portuguesa quando determinou as Ordens Religiosas se instalarem nestas regiões estratégicas, havia um interesse para continuar o domínio e expansão portuguesa, assim como a manutenção e controle de trabalhadores indígenas para o aumento do comércio das drogas do sertão e do fomento da agricultura, que agora estava dividido entre os colonos e autoridades coloniais. As rotas por essas vilas também representavam a ida para a Capitania do Rio Negro, fomentando o comércio pela proximidade sendo um entreposto comercial entre o Rio Negro e a capital Belém.

Em contexto geral, a criação de núcleos urbanos no Estado do Grão-Pará e Maranhão visava a soberania da Coroa Portuguesa nas partes mais distantes do sertão amazônico, como o caso da região do Tapajós e proximidades.⁷⁸ De acordo com Rafael Chamboleyron, o sertão amazônico ia além da definição de um lugar distante do centro econômico e político da região. Para Chamboleyron, o sertão abrange diversos significados construídos ao longo da experiência colonizadora que se deu a partir do contato entre indígenas, a floresta amazônica e sobretudo com a economia das “drogas do sertão”.⁷⁹

Logo, o sertão amazônico poder ser considerado como um lugar em que se almeja oportunidades, sobretudo econômicas, distantes das leis portuguesas.⁸⁰ Sendo assim, a região do Baixo Amazonas configurava-se pela importância das “drogas do sertão”, pelo contingente populacional indígena que serviria como mão de obra, além de ser uma área de confluência

⁷⁷ MUNIZ, Limites Municipais do Estado do Pará, p. 666.

⁷⁸ *Ibid.* p.66.

⁷⁹ CHAMBOULEYRON, Rafael. A prática dos sertões na Amazônia colonial (século XVII)”, **Outros Tempos: Pesquisa Em Foco - História**, v. 10, n. 15, 2013, p. 87–89.

⁸⁰ POMPEU, André José Santos. **As drogas do sertão e a Amazônia colonial (1677-1777)**, Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Universidade Federal do Pará, Belém, 2021, p. 30.

entre a capitania do Rio Negro e a capitania do Pará, características essas que favoreciam o interesse das autoridades coloniais e da Coroa Portuguesa em explorar a região.

Em meados do século XVIII, a região do Baixo Amazonas não só foi afetada pela transformação das aldeias para a condição de vilas, mas pelas diversas medidas implantadas sob o ministério do Secretário de Negócios Estrangeiros e de Guerra, Sebastião de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, sob o reinado de Dom José I, e executadas pelo então governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Para o Marques de Pombal, a Coroa Portuguesa estaria em relativo atraso econômico e político devido ao grande poder jesuítico, colocando o Reino Luso em situação de decadência em relação a outros países europeus, principalmente Inglaterra e França. Esse atraso econômico afetaria diretamente os domínios portugueses, ensejando a necessidade de racionalizar a exploração da Colônia e defendê-la dos interesses estrangeiros. Essa visão foi amplamente difundida pela Academia Real de Ciências de Lisboa, assim como por historiadores portugueses e brasileiros.⁸¹

A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (CGGPM), criada nesse período, e que existiu entre os anos de 1755 e 1778, estava intimamente ligada com a produção externa da Colônia. Dentro desse contexto há o estabelecimento das saídas das “drogas do sertão”, além de mercadorias agrícolas como, arroz, tabaco, café e o principal produto de exportação que será o cacau.⁸² O abastecimento de escravos africanos por meio da CGGPM se tornou mais frequente devido aos envios regulares para as empresas coloniais. De acordo com José Maia Bezerra Neto, além do trabalho indígena que estava sendo incorporado, a exploração do trabalho escravo negro estava intimamente ligada às atividades agrícolas comerciais, na qual havia a isenção de impostos para o comércio de africanos promovidos pelos navios da Companhia, sendo o tráfico de cativos africanos, o principal negócio desta empresa colonial.⁸³

Uma parcela desses trabalhadores negros escravizados aportou na região do Baixo Amazonas, mais especialmente em Óbidos, Alenquer e Santarém. Segundo Eurípedes Funes, na primeira metade do século XIX, nesse espaço, havia uma concentração de 55% de negros

⁸¹ SOUZA JUNIOR, José Alves. **Tramas do Cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos. Um estudo sobre a Companhia de Jesus e a política pombalina**, Tese (Doutorado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009, p. 95–96.

⁸² SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. A economia do Império Português no período pombalino, *in*: FALCON, Francisco; RODRIGUES (Orgs.), **A “Época pombalina” no mundo luso-brasileiro**, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 45.

⁸³ BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão Negra no Pará; (séculos XVII – XIX)**, 2. ed. Belém: Paka-tatu, 2012, p. 52.

escravizados direcionados à colheita do cacau e uma quantidade de 3,3% na pecuária.⁸⁴ Apesar da exploração da mão de obra negra escravizada não ter sido a principal prioridade das autoridades coloniais em relação ao trabalho indígena, a presença de africanos escravizados aumentou significativamente depois da introdução da CGGPM, sobretudo na região do Baixo Amazonas.

Outra medida de grande proporção estabelecida pelo Estado colonial português e que impactou a região do Baixo Amazonas, foi a diminuição do poder das ordens religiosas, principalmente da Companhia de Jesus, a principal ordem que se estabeleceu na Amazônia até a sua expulsão na segunda metade do século XVIII. Diferentemente da antiga visão historiográfica, aqui defende-se o argumento de que a economia não era controlada pelas Ordens Religiosas, sobretudo pelos jesuítas. De acordo com André Pompeu, o discurso de que a economia era monopolizada pela Companhia de Jesus faz parte de uma retórica de que houve uma grande transformação da economia a partir das reformas promovidas pelo Marques de Pombal, sendo este visto como “salvador” de uma economia que estava aparentemente abandonada e que foi posta novamente na mão dos particulares.⁸⁵ Um exemplo disso é a narrativa do historiador Arthur Cezar Ferreira Reis, ainda que sobre os padres Piedosos, que relata que, na Vila de Monte Alegre, o Frei Joaquim de Évora teria deixado a Aldeia de Gurupatuba em decadência, ao desviar importantes bens da Igreja e da Povoação, o que resultou em sua deportação em 1757.⁸⁶

Logo, o entendimento de que a economia da região do Baixo Amazonas, que compunha uma região econômica importante do Estado do Grão-Pará e Maranhão, não era um fracasso; visão esta difundida pela historiografia tradicional. É importante, contudo, notar que as políticas pombalinas dinamizaram a economia da região, sobretudo para o crescimento econômico e fortalecimento das elites proprietárias em finais do século XVIII. Apesar de as Ordens Religiosas não possuírem o controle do monopólio da economia amazônica no período colonial, não é de se negar que os missionários possuíam um expressivo número de indígenas distribuídos em quase setenta aldeias, produzindo uma diversidade de gêneros sem adições

⁸⁴ FUNES, Eurípedes. **Nasci nas matas, nunca tive senhor: História e Memória dos mocambos do Baixo Amazonas**, Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995, p. 36.

⁸⁵ POMPEU, **As drogas do sertão e a Amazônia colonial (1677-1777)**, p. 22–23.

⁸⁶ REIS, **Monte Alegre: aspectos de sua formação histórica**, p. 12–13.

tarifárias escoados pelo principal porto da Capitania do Pará, além de possuírem fazendas de gado com uma quantidade expressiva de cem mil reses.⁸⁷

A partir do regimento do Diretório houve a reorganização dos aldeamentos que colocou a tutela dos indígenas sob a responsabilidade da Coroa Portuguesa, função essa destinada aos diretores, com o objetivo de integrar o indígena na sociedade colonial, e torná-los vassallos do rei,⁸⁸ assim como utilizá-los como principal mão de obra para a economia em prol da Metrópole. O trabalho compulsório indígena tornou-se a principal ferramenta das autoridades coloniais para as atividades produtivas do Estado do Grão-Pará e Maranhão, sobretudo com a economia das “drogas do sertão”, considerada a principal atividade que movimentava a economia da região, mas sem deixar de investir nas atividades agrícolas, considerada tão importante para Pombal. As idas aos sertões do Baixo Amazonas e a agricultura serão amplamente afetadas por tais medidas, o que contribuiu para estimular o povoamento e a economia daquele lugar.

Com o Diretório dos Índios, há o interesse de regulamentar a mão de obra indígena, a partir da distribuição e inserção destes grupos para o trabalho nas roças do comum, viagens ao sertão para a coleta dos gêneros, além dos serviços prestados aos particulares.⁸⁹ De acordo com José Alves de Souza Junior, a normatização do trabalho indígena significou estabelecer dois tipos de produções, uma voltada para a subsistência e outra voltada para a exportação, modalidades que define como índio-produtor e índio-trabalhador.⁹⁰ Assim, estabeleciam-se condições obrigatórias da mão de obra indígena ser utilizada para o mercado interno e para o mercado externo, conforme as diretrizes do Diretório dos Índios, embora mesmo com tal lei, não era certo de que realmente se garantisse a presença mão de obra indígena, pois as fugas e revoltas estavam presentes como estratégias indígenas para se livrar do poder colonial.

⁸⁷ COELHO, Mauro Cezar. “O imenso Portugal: vilas e lugares no Vale Amazônico. **Revista Territórios e Fronteiras**, Universidade Federal de Mato Grosso, v.1, n.1, jan./jun. 2008, p. 268.

⁸⁸ ALMEIDA, Maria Celestino de. “Política indigenista e políticas indígenas no tempo das reformas pombalinas”. In: FALCON, Francisco; RODRIGUES, Cláudia. (org.) **A “Época pombalina” no mundo luso-brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

⁸⁹ ROLLER, Heather Flynn. Expedições coloniais de coleta e a busca por oportunidades no sertão amazônico c. 1750-1800, **Revista de História**, n. 158, p. 201–243, 2013.

⁹⁰ SOUZA JUNIOR, **Tramas do Cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos. Um estudo sobre a Companhia de Jesus e a política pombalina**, p. 261.

Agora sob o comando dos diretores de vilas e povoados, que tinham como um dos objetivos levar “bons costumes” e “verdade”,⁹¹ projeta-se um ideal de civilização para esses povos em diversas localidades do Grão-Pará, baseado no iluminismo, que inspirava as elites de Portugal para o sucesso da Metrópole e de suas colônias. Logo, começa a se implantar a “regularização” de ruas e casas no Grão-Pará, já que para os portugueses, os indígenas viviam em “desordem” e “barbárie”.

Segundo Renata Malcher, o projeto iluminista português pensado para os meados do século XVIII, tinha como objetivo “restaurar” aqueles lugares que estavam em decadência física e moral, causada pelos missionários. Assim, implantando modos de vida civilizado a partir da ótica europeia com o investimento de projetos urbanizadores.⁹² Apesar da estratégia da Coroa Portuguesa de se implementar tais modos, não houve essas transformações em certas localidades do Estado do Grão-Pará, como no caso de algumas vilas do Baixo Amazonas.

A vila de Alter do Chão, de acordo com as observações de Frei João de São José Queiroz, era caracterizada por habitações “pobres”, assim como a igreja construída na localidade.⁹³ Em sua visita à vila de Óbidos, ele relata que “aqui passam os índios como em outras partes com a costumada pobreza”.⁹⁴ Diferente dessa imagem, ele observa a vila de Monte Alegre como um exemplo de edificações construídas nos sertões, destacando a igreja erigida e dedicada a São Francisco de Assis como um exemplo de construção vista nos interiores da Amazônia, além de que segundo ele, havia “qualidade” e “asseio” das moradias da vila.

Esta villa, que em outro tempo se chamou Curupatuba, tem a melhor igreja que se encontra nos sertões, com grande aceio e extensão apainelada; a capella mór de boa pintura e coberta a igreja de telha, ainda que não formada em o corpo, bons pulpitos e côro.⁹⁵

Frei Caetano Brandão também fez considerações sobre Santarém, elogiando-a como “huma das melhores do Estado” composta por moradores brancos e índios, onde “as casas dos

⁹¹ COELHO, Mauro Cezar; MELO, Vinicius Zuniga. A lei do diretório dos índios (1757-1798)”, in: ARENZ, Karl Heinz; HENRIQUE, Márcio Couto (Orgs.). **Em linhas tortas: os regimentos tutelares e os indígenas amazônicos (séculos XVII - XIX)**, Ananindeua: Editora Cabana, 2021, p. 136.

⁹² ARAÚJO, Renata Malcher. **As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão**, Porto: FAUP, 1998, p. 107.

⁹³ QUEIROZ, Bispo João de São José. Viagem e visita do sertão em o Bispado do Gram-Pará em 1762 e 1763, **Revista do Instituto Histórico de Geográfico Brasileiro**, v. 9, 1847, p. 198.

⁹⁴ QUEIROZ, Viagem e visita do sertão em o Bispado do Gram-Pará em 1762 e 1763.

⁹⁵ *Ibid.*, p. 342.

índios estão arruadas, com muita boa ordem e asseio”.⁹⁶ Observa-se nesses discursos o repúdio pelos costumes indígenas dessas localidades, que eram caracterizados como decadentes se não correspondiam à perspectiva portuguesa. Por outro lado, as vilas que representavam o ideal português eram exaltadas, como o caso de Monte Alegre e Santarém. O modelo de “asseio e comodidade” descritos reflete aspectos importantes sobre a intervenção portuguesa nas moradias das Vilas, na qual se prioriza construções que agradem a vivência europeia, renegando as moradias indígenas que retratavam barbaridade.⁹⁷

A quantidade de habitantes na Vila de Santarém era distintivamente maior do que as outras vilas do Baixo Amazonas. O principal fator para essa distinção era a situação econômica vivida pela localidade e proporcionada pelo comércio das “drogas do sertão”, das plantações de cacau e das fazendas de gado, o que tornou Santarém um dos pontos de escala e de parada dos mais diversos indivíduos que percorriam a região.

Algumas localidades do Baixo Amazonas eram habitadas somente por indígenas, como era o caso de Vila Franca e Boim. Em sua visita no ano de 1788, Frei Caetano Brandão observou que Vila Franca possuía uma população de mais de mil índios, que a administração do diretor era de “honra e probidade” e que o contato com os brancos, evitava “escândalos”, pois os índios seguiam os preceitos cristãos e não se via escândalos maiores, tal como em Vila Boim,⁹⁸ uma vila de índios em que não se observava tantos desvios da moral cristã, segundo o religioso. As afirmações do bispo mostram o controle dos diretores sobre o comportamento dos indígenas, utilizando-os como instrumento de imposição dos costumes europeus e relegando os costumes indígenas para alcançar a “civilização”.

A Vila de Santarém registrava uma quantidade significativa de moradores brancos, apesar de a maioria da população de Santarém ser composta por indígenas, pelo menos a partir dos dados disponíveis, mencionados acima. Os moradores brancos se estabeleceram na região e contraíam matrimônio com as mulheres indígenas e negras, sendo uma prática comum na segunda metade do século XVIII. A política de incentivo de casamentos entre brancos e indígenas teve como princípio considerar teoricamente homens e mulheres indígenas como iguais aos brancos, possuidores dos mesmos direitos e deveres de um cidadão português, tendo

⁹⁶ BRANDÃO, Frei Caetano. Diários das visitas Pastorais no Pará, *Jornal de Coimbra*, v. 4, n. 20, 1813, p. 339.

⁹⁷ SILVA, Felipe Wiliam dos Santos. *À imagem e semelhança da Metrópole: o cotidiano das gentes do Grão-Pará a partir de descrições de registros históricos (segunda metade do século XVIII)*, Monografia de Conclusão do Curso de Licenciatura em História, Faculdade de História. Universidade Federal do Pará, Belém, 2019, p. 35.

⁹⁸ BRANDÃO, Diários das visitas Pastorais no Pará, p. 366.

em vista que os indígenas eram vistos como meros objetos pelos brancos, sobretudo mulheres indígenas que eram abusadas sexualmente no decorrer da ação das tropas de resgate e das “guerras justas”.⁹⁹ O incentivo à agricultura também foi um ponto importante visto pelas autoridades coloniais ao ensejar o casamento entre indígenas e brancos, pois estes eram presenteados pela Coroa com instrumentos agrícolas para trabalharem em suas terras.¹⁰⁰

Além disso, ao estimular o casamento entre nativos e europeus, obtinha-se diversos privilégios de pertinente interesse para ambos os grupos, como maior facilidade na aquisição de terras e para conseguir trabalhos, essas honrarias se estendiam também aos seus descendentes. As mulheres indígenas ao se casarem com homens brancos obtinham privilégios de não executarem trabalhos forçados, direito esse também concedido para os seus filhos, circunstância de grande interesse para aqueles que não pertenciam à elite indígena que eram obrigados a servir o Estado Português e os colonizadores.¹⁰¹

A “heterogeneidade” das populações amazônicas foi alvo das observações de Antonio Baena, ao explicitar a variedade de denominações acerca desses indivíduos que surgiram mediante o incentivo de casamentos entre brancos, indígenas e negros, configurando-se novas classificações e novos modos de denominá-los, como mamelucos, pardos, cafuzos e curibocas.

Tudo o que fica supra-expressado é acerca da população da Província pode fornecer ao leitor os princípios necessários para formar uma ideia sucinta de qual tem sido o seu andamento: resta-nos dizer que esta população é mesclada de homens brancos, de pretos, de indianos, de pardos de mamelucos, de curibocas, e de cafuzos. Esta heterogeneidade provém dos brancos haverem aliado o seu sangue com o dos cafres e dos indianos, e da mesma sorte dos indianos com os cafres. Da mescla dos brancos com as indianas procedem os mamelucos: da dos pardos com as pretas os cafuzos, a quem em outras partes denominam bujames: e da dos indianos com as mesmas pretas os curibocas.¹⁰²

O estímulo à agricultura também estava intimamente ligado aos recursos que a região do Baixo Amazonas oferecia, principalmente pelo comércio das “drogas do sertão”, as fazendas de gado e as plantações de cacau. Em visita no ano de 1788, Frei Caetano Brandão destaca a

⁹⁹ SOUZA JUNIOR, *Tramas do Cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos. Um estudo sobre a Companhia de Jesus e a política pombalina*, p. 155.

¹⁰⁰ *Ibid.*, p. 156.

¹⁰¹ SOMMER, Barbara A. Adquirindo e defendendo os privilégios concedidos pela coroa no norte do Brasil, *in*: MONTEIRO, Rodrigo Bentes *et al* (Orgs.), *Raízes do privilégio: Hierarquias sociais no mundo ibérico do Antigo Regime*, Rio de Janeiro: Record, 2011, p. 630–632.

¹⁰² BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Ensaio corográfico sobre a província do Pará*, Brasília: Senado Federal, 2004, p. 21–22.

riqueza de alguns moradores na freguesia de Santarém proporcionada pelo cacau “que he o mais bem reputado de toda a Capitania, juntamente com o das duas Povoações visinhas, Obidos e Alenquer”.¹⁰³ Além disso, o bispo considerava a vila de Óbidos como uma das mais importantes do Estado, sobretudo com a suas terras férteis para plantar cacau, além de haver moradores “honrados” e comprometidos com as suas lavouras e que eram “isentos de vícios escandalosos”.¹⁰⁴ Tais observações também foram tecidas para a Vila de Alenquer, em que o Frei destaca moradores abastados e que “viviam em boa conduta”, com bons campos para o gado vacum e carne de qualidade.¹⁰⁵ Nota-se a partir das observações, o fortalecimento de uma elite proprietária que se articulava nas suas relações que abrangiam as esferas comerciais e políticas para conseguir o poder na região do Baixo Amazonas, detentora das plantações de cacau, fazendas de gado e de mão de obra escrava negra.¹⁰⁶

O *boom* do cacau e a introdução em consideráveis quantidades de escravos africanos no início do século XIX foram fundamentais para aumentar a riqueza dos grandes proprietários de terra. As famílias de fazenda se achavam no direito de controlar a política local, ainda mais que possuíam influência na capital Belém.¹⁰⁷ Agora fortalecidas pelo desenvolvimento econômico da região, essas famílias que pertenciam à elite se articulavam para manter o controle político local. Segundo Folhes:

Trata-se dos primórdios da formação de oligarquias familiares no baixo Amazonas paraense, vinculadas à terra e à administração das cidades coloniais. Trata-se também dos primórdios da destinação de títulos fundiários e, sobretudo, do início de uma saga de boatos sobre a existência de títulos fundiários, que repercutem até hoje.¹⁰⁸

O poder da elite fundiária cacauceira do Baixo Amazonas que começa em finais do século XVIII, conhece o seu apogeu durante a segunda metade do século XIX. Em sua obra literária *O cacaalista*, Inglês de Sousa descreve a história de uma família proprietária de uma

¹⁰³ BRANDÃO, Diários das visitas Pastorais no Pará, p. 339.

¹⁰⁴ *Ibid.*, p. 364.

¹⁰⁵ *Ibid.*, p. 365.

¹⁰⁶ HARRIS, Mark. **Rebelião na Amazônia: cabanagem, raça e cultura popular no Norte do Brasil, 1798-1840**, Campinas: Editora da UNICAMP, 2017, p. 101.

¹⁰⁷ *Ibid.*, p. 102.

¹⁰⁸ FOLHES, Ricardo Theophilo. **O Lago Grande do Curuai: história fundiária, usos da terra e relações de poder numa área de transição várzea-terra firme na Amazônia**, Tese (Doutorado), Universidade Federal do Pará, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais; Université Paris 3 Sorbonne Nouvelle, Institut des Hautes Etudes de L'Amérique Latine, Ecole Doctorale 122, Belém/Paris, 2016, p. 110.

fazenda de cacau, cujo dono era um português, chamado João Faria, definido como “um dos mais abastados proprietários do Paraná-mery e dos mais importantes da comarca”.¹⁰⁹

O escritor Inglês de Souza discute a partir de sua obra o poder desses grandes proprietários de terra e de como eram respeitados na região e sobretudo, observa-se a riqueza que possuíam, como uma propriedade de “dez mil pés com cento e poucas cabeças de gado” além de como se articulavam na região.¹¹⁰ Apesar de ser uma obra fictícia, o escritor pontua aspectos importantes da sociedade do Baixo Amazonas do século XIX em que o poder da elite fundiária esteve marcadamente presente na vida dos moradores dessa região devido aos processos políticos, sociais e econômicos que se fortaleceram em finais do século XVIII.

1.4. O Baixo Amazonas em finais do século XVIII e início do XIX

A conjuntura econômica do Estado do Grão-Pará em finais do século XVIII estava intimamente ligada à herança das políticas pombalinas. A queda do Marquês de Pombal em 1777 e o início do reinado de D. Maria I denominado como “viradeira” não significou a abolição das mudanças econômicas, políticas e sociais impostas pelas reformas pombalinas; ao contrário, mostrou como as medidas tiveram um significativo impacto nas estruturas da sociedade colonial da segunda metade do século XVIII e que perdurou por boa parte do século XIX.¹¹¹ De acordo com Márcia Motta, as mudanças políticas e administrativas do período mariano tinham como objetivo dar certa continuidade às políticas pombalinas¹¹².

Diante disso, foram implementadas algumas políticas importantes durante o reinado, como reorganizar as leis do Estado, principalmente as leis subsidiárias, além de formular um conjunto de leis modificadas ao invés de extinguir aquelas já existentes.¹¹³ Essas transformações, ocorridas durante o reinado de D. Maria I, demonstraram que apesar do período ser conhecido como “viradeira”, não houve um total rompimento com as ideias pombalinas, mas sim uma tentativa de a Coroa Portuguesa se rearticular diante do contexto lusitano de finais do século XVIII.

¹⁰⁹ DOLZANI, Luiz [SOUSA, Herculano Inglês de]. **O cacaolista (Scenas da vida do Amazonas)**, santos: Dias dos Santos Editor, 1876, p. 11.

¹¹⁰ *Ibid.*

¹¹¹ SAMPAIO, A economia do Império Português no período pombalino, p. 33.

¹¹² MOTTA, Marcia Maria Menendes. The Semarias in Brazil: colonial Land Policies In The Late Eighteenth-Century, **E-journal of Portuguese History**, v. 3, n. 2, p. 1–12, 2005, p. 2.

¹¹³ *Ibid.*

Antonio Carlos Jucá Sampaio aponta que apesar de ter tido um movimento de contrarreforma em relação às ações de Pombal, percebeu-se uma continuidade sobretudo pela permanência de alguns sujeitos na área administrativa da rainha que eram aliados de Pombal, como João Pereira Ramos de Azevedo Coutinho, aliado de Pombal.¹¹⁴ No campo econômico, segundo o autor, em um primeiro momento há a percepção de rompimento com os ideais pombalinos, com a extinção das Companhias do Grão-Pará e de Pernambuco; de acordo com Sampaio, isso ocorreu devido ao interesse dos comerciantes localizados dos dois lados do atlântico e dos devedores, os primeiros por não atuarem nas duas companhias, e os segundos, por não precisarem pagar os seus débitos.¹¹⁵ Apesar disso, o fim das companhias não alterou as mudanças que já vinham acontecendo nestes locais.

Em relação ao comércio português com outros países da Europa, não houve grandes mudanças. O autor aponta que em relação à Inglaterra, a redução de déficit foi mantida tal como no período pombalino, e é durante esse período que as exportações portuguesas se expandem, no caso, as reexportações do algodão brasileiro que passam de 2 milhões de libras em 1786 para 8 milhões em 1796; o autor ressalta que isso não significou a nova dependência de Portugal, tendo em vista que a Grã-Bretanha ainda era o principal parceiro lusitano, nesse período.¹¹⁶ Entre 1777 e 1796, o comércio do Reino com nações da Europa triplicou significativamente para as transações com a França até 1790 e com a Rússia.¹¹⁷

Para o autor, a política econômica de Pombal teve limites além de sua pessoa, com suas diretrizes sobrevivendo até o início do século XIX, apesar do crescente impacto do liberalismo econômico. O verdadeiro limite estava na dependência de Portugal em relação à sua colônia. O crescimento das exportações portuguesas no final do século XVIII foi impulsionado pela reexportação de produtos brasileiros, como algodão, açúcar e tabaco, o que dinamizou o comércio com a Europa. Entre 1755 e 1806, o valor das frotas brasileiras para Portugal aumentou significativamente, passando de 17,8 milhões de cruzados para 35,5 milhões. A expansão da produção agrícola da América Portuguesa compensou a queda na exportação de ouro.¹¹⁸

¹¹⁴ SAMPAIO, A economia do Império Português no período pombalino, p. 52.

¹¹⁵ *Ibid.*, p. 53.

¹¹⁶ *Ibid.*, p. 53–54.

¹¹⁷ *Ibid.*, p. 54.

¹¹⁸ *Ibid.*

Além disso, a agricultura ainda era vista como uma importante prioridade da Coroa Portuguesa, representada pela figura de José Joaquim de Azeredo Coutinho. Segundo Gabriel Paquette, Azeredo Coutinho defendia o cultivo e a exportação de produtos agrícolas como um importante meio de prosperidade tanto para o império português como para as suas colônias, além de defender o tráfico de cativos africanos para expandir a mão de obra e consequentemente aumentar a produção agrícola.¹¹⁹ Em seus escritos, Azeredo Coutinho reafirma os interesses da Coroa Portuguesa com relação aos indígenas, e direciona críticas aos diretores das vilas pelas falhas na condução do Diretório dos Índios, uma vez que, segundo ele, os diretores são culpados por não serem “hábeis” e “prudentes” para “civilizar” os indígenas para agir de acordo com os interesses da Coroa Portuguesa.

O outro meio de que se tem usado, ainda parece pior do que o primeiro. Dá se um chamado director a uma povoação de índios dispersos, sem ideias algumas de utilidades relativas a estes povos, aos quais se deveria dar por mestre da sua educação um sábio de uma sã filosofia e de uma meditação profunda; se dá pela maior parte um homem inábil, que de nada serve na sociedade civilizada; e que só vai se aproveitar da substância daqueles miseráveis, aos quais trata como verdadeiro déspota, e os faz trabalhar como bestas de carga.¹²⁰

É durante esse período em que toma posse para governar o Estado do Grão-Pará e Rio Negro, em 1790, Francisco Mauricio de Souza Coutinho, irmão de D. Rodrigo de Souza Coutinho que, em 1796, tornou-se Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos e do Erário Régio, responsável por diversas reformas para a dinamização política e econômica lusitana. Os irmãos Souza Coutinho pertenciam a uma importante família nobre de Portugal; o pai Francisco Inocêncio de Souza Coutinho foi um importante membro do corpo administrativo do Marquês de Pombal.¹²¹ Esse fator é importante para entender o lugar dos Souza Coutinho, inseridos na nobreza e na política de Portugal, tornando-os personagens importantes para o quadro da Metrópole e do Estado do Grão-Pará e Rio Negro.

Ao ocupar o cargo de governador, Francisco de Souza Coutinho esteve diante de problemas complexos em sua administração e que o levariam a formular medidas que viessem solucionar tais entraves. Segundo Patrícia Melo Sampaio, os principais problemas estavam

¹¹⁹ PAQUETTE, Gabriel. **Imperial Portugal in the Age of Atlantic Revolutions: The Luso-Brazilian World, c. 1770-1850**, Cambridge: Cambridge University Press, 2013, p. 39.

¹²⁰ COUTINHO, José Joaquim da Cunha Azeredo. **Ensaio econômico sobre o comercio de Portugal e suas colônias**, Lisboa: Banco de Portugal, 1992, p. 39.

¹²¹ MOTTA, The Semarias in Brazil: colonial Land Policies In The Late Eighteenth-Century, p. 4.

relacionados aos “descaminhos da arrecadação da fazenda real, o clima de tensão nas fronteiras (França e Espanha) e a carência de mão-de-obra (índia e/ou africana)”.¹²² A partir disso, Souza Coutinho estabelece estratégias, como incentivar o tráfico de cativos africanos, em que se aplica a redução de tarifas alfandegárias para estimular o tal comércio, contratar particulares para os descimentos de índios não-aldeados, recrutar a população livre de cor para fins militares, além de empregar indígenas residentes nas povoações.¹²³

Tal como Azeredo Coutinho em seu “Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias” publicado em 1794, Francisco de Souza Coutinho tecia críticas ao Diretório dos Índios em seu escrito denominado “Plano para a civilização dos índios”, enviado no ano de 1797 para Portugal. Nesse texto, o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, constata a falta de eficiência no controle dos indígenas que estavam sob custódia dos Diretores e dos Principais, colocando-os como os protagonistas do fracasso do Diretório por abusarem da exploração dos indígenas.¹²⁴ É nessa conjuntura que Souza Coutinho propõe o texto que se consagrará na Carta Régia de 1798, a qual estabelecia propósitos como a maior liberdade comercial, o autogoverno dos indígenas, a ratificação da liberdade e a igualdade entre os vassallos, a ampliação do status da orfandade às populações indígenas não aldeadas, a liberdade do comércio e livre acesso aos recursos naturais para os moradores entre outros aspectos.¹²⁵

Nesse contexto, é onde observa o crescimento dos negócios da capitania do Pará que tinha como base as principais vilas dos interiores amazônicos, como Santarém, Óbidos, Monte Alegre. De acordo com Siméia Lopes, essas localidades tinham uma grande importância para o comércio dos negociantes de Belém, já que eles estabeleciam negócios sabendo que haveria lucro, além de que muitos produtos eram produzidos e coletados nessa região.¹²⁶ Os viajantes Spix e Martius, no início do século XIX, afirmam que o comércio do Pará dependia da produção das principais vilas ativas dos sertões, como Cameté, Gurupá, Santarém e Rio Negro sendo esses os lugares responsáveis pelas grandes plantações de cacau.¹²⁷

¹²² SAMPAIO, Patricia Maria Melo. **Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia**, Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2011, p. 230.

¹²³ *Ibid.*

¹²⁴ *Ibid.*, p. 231–232.

¹²⁵ *Ibid.*, p. 228.

¹²⁶ LOPES, Siméia de Nazaré. **As rotas do comércio do Grão-Pará: Negociantes e Relações Mercantis (c.1790-c.1830)** Tese de Doutorado em História. Rio de Janeiro: IFCH-UFRJ, 2013, P.11-167

¹²⁷ SPIX, Friedrich; MARTIUS, Johann Baptist von. **Viagem pelo Brasil (1817-1820) Vol.3**, Brasília: Senado Federal: conselho editorial, 2017, p. 39.

No contexto de finais do século XVIII, mais especificamente entre 1798 e 1799, o porta-bandeira Francisco José Rodrigues Barata foi destinado pelo então governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Francisco de Souza Coutinho, a se deslocar para a colônia holandesa do Suriname, com objetivo de “mapear rotas, espionar fronteiras e fortificações estrangeiras e avaliar novos comércios e comerciantes”.¹²⁸ Diante de sua empreitada, o porta-bandeira teve como um de seus destinos a região do Baixo Amazonas, onde aportou em algumas localidades como Monte Alegre, Óbidos e, principalmente, Santarém. A serviço da Coroa e com interesses econômicos sobre a vila de Santarém, Rodrigues Barata tece comentários relacionados ao comércio e agricultura da dita localidade, assim como também exaltando os feitos de Francisco Mauricio de Souza Coutinho sobre a região.

(...) cujos ramos se tem aumentado tanto nesta villa pela execucao das ordens do ditto Illustissimo e Excellentissimo Senhor Dom Francisco de Souza Coutinho, actual governador e Capitao General, que sem duvida se pode dizer que esta villa offeresse hoje o mais importante objecto de comercio depois da cidade capital; sendo que em outro tempo se tinha ali a preguiça, o que se desterrou, vindo substituir lhes, o amor ao trabalho.¹²⁹

Segundo Francisco Rodrigues Barata, a vila de Santarém representava “o mais importante objecto de comércio” depois da capital Belém, além de ressaltar que a “preguiça”, referindo-se aos indígenas que representavam a principal mão de obra, não existia mais. A partir da análise da narrativa criada pelo porta-bandeira, o aumento do comércio na região de Santarém estava em crescimento, sendo reconhecida como uma das principais. É a partir desse contexto descrito por Francisco Barata que as plantações de cacau comandadas por particulares tiveram um crescimento significativo. Segundo Heather Roller, havia um importante corredor de plantação de cacau entre Santarém e Óbidos em que se produzia boa parte do cacau do período de 1780.¹³⁰

Assim, a vila de Santarém destacou-se como um centro comercial do Tapajós, beneficiando-se de uma posição geográfica estratégica para se consolidar como um dos principais centros do sertão amazônico, sendo ela uma das principais fontes na movimentação

¹²⁸ RICCI, Magda Maria de Oliveira. Diário de um colono português no Grão-Pará: a trajetória do porta-bandeira Francisco José Rodrigues Barata (1799-1824). In ARRUDA, José Jobson e outros (org.). **De colonos a imigrantes: I(e)migração portuguesa para o Brasil**. SP: Alameda, 2013, p. 289.

¹²⁹ BARATA, Francisco José Rodrigues. Diário da viagem que fez à colônia holandesa de Suriname o porta bandeira da sétima Companhia do regimento da cidade do Pará pelo sertão, p. 16.

¹³⁰ ROLLER, Expedições coloniais de coleta e a busca por oportunidades no sertão amazônico c. 1750-1800, p. 208.

do comércio, com a abundância das “drogas do sertão” representados pelo cacau, cravo, salsa e guaraná.¹³¹

As vilas do rio Tapajós estavam ligadas à comarca de Belém, assim como todas as vilas do Pará e as vilas posicionadas às margens do rio Amazonas seguindo até a vila de Faro. De acordo com Siméia Lopes, algumas vilas estabelecidas às margens do rio Amazonas e seus afluentes possuíam uma importante visibilidade no contexto geral da economia do período colonial; no caso do Baixo Amazonas destacavam-se as vilas de Santarém e Óbidos. Santarém por ser um local de entreposto comercial entre as vilas pertencentes àquela região e pelo grande contato com a capitania do Mato Grosso e Goiás; e Óbidos por sua contribuição comercial especialmente voltada para o mercado interno e pela atividade dos negociantes daquela vila.¹³²

O porta-bandeira Francisco Barata também fez observações sobre a agricultura da região de Santarém, que segundo ele “O principal objecto da agricultura he a permanente [sic] do cacau e igualmente da mandioca (e) feijão”.¹³³ Sendo o cacau voltado para o mercado externo e a mandioca e o feijão voltados para o mercado interno, abastecendo a capitania do Pará. A vila de Monte Alegre, segundo o porta-bandeira, também possuía moradores brancos que se dedicavam ao cultivo do cacau e à extração das “drogas do sertão”, assim como em Óbidos. Francisco Barata descreve em seu diário alguns cacauais comandados por grandes plantadores, como o caso do cacau do Comandante-Tenente João da Gama Lobo que foi um dos comandantes da vila de Santarém e que além disso, ocupou outros cargos como capitão de Infantaria Paga de Belém.

Depois de minha partida desta villa, e entrando pelo braço que faz comunicavel as agoas deste rio com as do Amazonas, sahi neste quasi as dez horas, e continuando por elle com venta favoravel, cheguei ao cacoal de João da Gama Lobo pelas nove horas da noite.¹³⁴

João Lobo era conhecido não só por ser um comandante e plantador de cacau, mas também pelas denúncias envolvendo roubos e excessos de violência pelos moradores índios,

¹³¹ REIS, **Santarém: seu desenvolvimento histórico**, p. 157.

¹³² LOPES, **As rotas do comércio do Grão-Pará: negociantes e relações mercantis (c.1790 a c. 1830)**, p. 44.

¹³³ BARATA, **Diário da viagem que fez à colônia holandesa de Suriname o porta bandeira da sétima Companhia do regimento da cidade do Pará pelos sertão**, p. 16.

¹³⁴ *Ibid.*, p. 15.

brancos e soldados das vilas de Santarém.¹³⁵ Além de “vexames e injúrias” praticadas contra Manuel Teixeira, que solicitou proteção régia para a rainha D. Maria em 1778.¹³⁶ Assim, sendo uma figura conhecida na região do Baixo Amazonas, que se utilizou do poder para reprimir moradores daquela região.

Francisco Barata também descreve que visitou o cacau de Manoel Batista da Silva no rio Paraná-Miri e o cacau pertencente a Raimundo José da Silva também na região de Óbidos, conhecida pelas suas grandes e importantes plantações de cacau.¹³⁷

O historiador Arthur Cezar Ferreira Reis pontuou que Santarém disputava com Óbidos a maior produção de cacau na região, que apesar das destruições relacionadas a enchentes e a outros tipos de desastres, a vila de Santarém ainda predominava na produção cacauzeira. O tenente Antonio da Costa Sotto Maior, retratou sobre os grandes prejuízos causados pelo período da seca em 1799, em que houve grandes prejuízos por conta da lagarta que destruiu até mesmo as raízes das plantações.¹³⁸ Além das secas, a cheia dos rios, segundo Spix e Martius, arruinou não só as plantações de cacau, como também a cana de açúcar, arroz, café e gado que iam desde Vila Faro até Santarém causando prejuízos de até 60.000 cruzados.¹³⁹

O avanço das plantações de cacau acompanhava o crescimento da população escrava, já que o principal destino do uso da mão de obra escrava africana estava intimamente ligado às plantações cujo destino era a exportação, como o algodão, cana de açúcar, cacau, arroz, tabaco, gado e sal.¹⁴⁰ Entre 1773 a 1782, as exportações de cacau não se mostravam tão firmes, mas indicavam a ampliação das terras agricultáveis, inclusive com os cultivos do algodão e do arroz

¹³⁵ Consulta do Conselho Ultramarino para a rainha D. Maria I, sobre os requerimentos apresentados pelos moradores, índios, brancos e soldados das vilas de Santarém do rio Tapajós e de Borba, solicitando que se mande averiguar os excessos e roubos de todos os comandantes que serviram e servem naquelas vilas. Lisboa, 15 de abril de 1779. **AHU**, avulsos do Pará, cx. 82, doc. 6754.

¹³⁶ Requerimento de Manuel Teixeira para a rainha D. Maria I solicitando a proteção régia contra os vexames e injúrias praticadas contra si na vila de Santarém, onde é morador, no Estado do Pará, pelo comandante daquela vila, o tenente de Infantaria João da Gama Lobo. Post, 24 de julho de 1778. **AHU**, avulsos do Pará, cx.80, doc. 6611

¹³⁷ BARATA, Diário da viagem que fez à colônia holandesa de Suriname o porta bandeira da sétima Companhia do regimento da cidade do Pará pelos sertão, p. 17–18.

¹³⁸ Carta do comandante de Santarém Antonio da Costa Sotto Maior para o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Francisco de Souza Coutinho. Vila de Santarém, 19 de janeiro de 1799, **APEP**, correspondências de diversos com o governo. Códice 561, doc.6.

¹³⁹ SPIX; MARTIUS, **Viagem pelo Brasil (1817-1820) Vol.3**, p. 130.

¹⁴⁰ RUIZ-PEINADO, Alonso. “Daquelle péssimo mocambo”. In: ALONSO, José Luis Ruiz-Peinado; CHAMBOULEYRON, Rafael (orgs). **T(r)ópico de História: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)**.– Belém Ed. Açai/Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (UFPA)/Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010, p.126.

que se espalharam em diversos locais; apesar do cultivo expressivo desses gêneros, o cacau nativo era significativamente o mais exportado.¹⁴¹ Segundo Heather Roller:

O cacau era a exportação economicamente mais importante da Amazônia durante o século XVIII e as aldeias do Diretório enviavam uma média anual de quase 8.000 arrobas das amêndoas de cacau para Lisboa. Isso compreendia cerca de vinte por cento do total de cacau exportado da Amazônia; o resto era fornecido por particulares que reuniam frutos selvagens ou, por volta de 1780, que os cultivavam em plantações ao longo do “corredor de cacau” entre Santarém e Óbidos. Durante o final do século XVIII, o Brasil classificava-se em segundo lugar entre os exportadores de cacau do Novo Mundo, quase todo ele derivado da Amazônia.¹⁴²

A criação da CGGPM que funcionou entre os anos de 1755 até 1778, viabilizou um maior fluxo de escravos africanos para a região amazônica, porém, mesmo antes da criação da Companhia já estava se introduzindo e substituindo parcialmente trabalhadores indígenas por trabalhadores africanos para o trabalho nas fazendas de gado e para a agricultura comercial.¹⁴³ Isto refletiu diretamente na introdução de escravos africanos na região do Baixo Amazonas, onde algumas famílias possuíam quantidades significativas de escravos e de plantações de cacau. Segundo Acevedo-Marin e Castro:

O braço escravo importado combinava-se com a forma de propriedade sesmarial para integrar os novos agentes do sistema de trabalho: o negro escravizado e o proprietário de terras e escravos girando sobre a produção de cacau. Essa construção história articula os fatos que convergem para a introdução da força de trabalho de origem africana no Baixo Amazonas.¹⁴⁴

Com a larga introdução de escravos africanos no território do Baixo Amazonas, aumentava-se o número de fugas e a formação de mocambos, especialmente nas localidades de Santarém, Alenquer, Óbidos e Monte Alegre. A aliança com os povos indígenas que viviam à margem da sociedade colonial tal qual como os escravos africanos, facilitou as fugas e o

¹⁴¹ MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo.; CASTRO, Edna Maria Ramos de. **Negros do Trombetas: Guardiães de Matas e Rios**. 2. ed. Belém: CEJUP, 1998, p.45.

¹⁴² ROLLER, Expedições coloniais de coleta e a busca por oportunidades no sertão amazônico c. 1750-1800, p. 207–208.

¹⁴³ BEZERRA NETO, **Escavidão Negra no Pará; (séculos XVII – XIX)**, p. 52.

¹⁴⁴ MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo.; CASTRO, Edna Maria Ramos de. **Negros do Trombetas: Guardiães de Matas e Rios**. 2. ed. Belém: CEJUP, 1998, p. 47.

aumento de mocambos ao longo dos rios, principalmente na região de Trombetas.¹⁴⁵ Assim, inviabilizando o trabalho nas plantações e contrapondo o poder da elite proprietária das principais freguesias do Baixo Amazonas.

Conclusão

A colonização realizada nas áreas ao longo do rio Tapajós e de parte do rio Amazonas, que configura a atual região do Baixo Amazonas, instaurou-se por meio de um singular e expressivo processo movido pela Coroa Portuguesa. Assim, missionários e colonos atuaram constantemente na região, tendo em mente o território como um lugar estratégico para as investidas coloniais, tanto pelas significativas populações indígenas que estavam presentes na região, como pelo interesse econômico em torno das especiarias provindas da floresta, e pela localização estratégica da região que os impulsionou a criarem métodos de assegurar o domínio do território.

Exatamente por se tratar de um lugar fundamental para os interesses do Estado português, o Baixo Amazonas foi alvo das extensas políticas coloniais que se desenvolveram ao longo do período colonial, como a fundação de aldeamentos ao longo do Rio Tapajós e Amazonas, além da fundação de dois importantes monumentos: A Fortaleza do Tapajós e a Fortaleza de Óbidos. Com a chegada da segunda metade do século XVIII, as políticas pombalinas propuseram uma reformulação social, econômica e política na Amazônia portuguesa. O impacto dessas políticas nas vilas do Baixo Amazonas, principalmente a vila de Santarém, impôs uma nova organização aos diversos sujeitos que participavam ativamente das dinâmicas coloniais.

É durante este período que se fortalecem as elites proprietárias do Baixo Amazonas, que vão ter um importante papel na dinamização da sociedade e da economia desta região. Esses sujeitos irão compor um importante espaço de articulação entre os diversos setores da sociedade, mas que não exime a importância dos pequenos e médios proprietários rurais que também foram imprescindíveis para a economia da região, como pretendo discutir no seguinte capítulo.

¹⁴⁵ RUIZ-PEINADO, Alonso. “Daquelle péssimo mocambo”. In: ALONSO, José Luis Ruiz-Peinado; CHAMBOULEYRON, Rafael (orgs). **T(r)ópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI.**– Belém Ed. Açai/Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (UFPA)/Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010, p.130-131.

Capítulo 2 - Hierarquias agrárias e a formação de uma elite proprietária no Baixo Amazonas

Em de 1º de agosto de 1780, o diretor da vila de Santarém, o Tenente-Comandante João da Gama Lobo, informou em carta sobre a fatura dos gêneros coletados no sertão e solicitou ao ex-governador do Grão-Pará e então comissário da 4ª divisão de limites, João Pereira Caldas, que mandasse anualmente uma canoa de transporte pelo cabo alferes João Gracia para ajudar a remeter os gêneros dos moradores da vila. Na carta, o diretor refere-se ao capitão Manoel Correia Picanço, ao alferes João Paes Pedroso, Lourenço Xavier de Souza, ao Sargento Manoel Rodrigues Pinto e José Duarte Maduro como proprietários das canoas que regularmente eram utilizadas para o transporte das drogas sertão, principalmente do cacau. Segundo João da Gama Lobo, mesmo dispondo das canoas dos moradores, ainda havia a falta de canoas para a condução dos gêneros.¹

Não foi por acaso que João da Gama Lobo citava esses cinco moradores como proprietários de canoas que serviam como condução para os produtos que provinham do interior amazônico. Esses indivíduos eram figuras conhecidas nas vilas do Baixo Amazonas, não só por serem proprietários de canoas, mas também pela sua importância econômica, militar e política em suas vilas. De acordo com André Pompeu, os moradores, também conhecidos como “particulares”, eram colonos e comerciantes que se organizavam para armar as canoas com o intuito de navegar no sertão amazônico para coletar as drogas do sertão e exportá-las para a Europa.² Além disso, muitos desses moradores também exerciam outras funções, como o trabalho nas câmaras, além de fazerem parte das tropas de milícias.

Os bens e a influência desses homens não provinham só da remessa de canoas para a coleta das drogas do sertão, mas também dos privilégios concedidos pela Coroa Portuguesa, além das articulações que se fazia dentro da elite local. Segundo Rodrigo Ricupero, a Coroa Portuguesa utilizou-se dos serviços dos particulares para viabilizar o projeto colonial, assim usufruindo dos recursos dos particulares e conseqüentemente concedendo cargos para tais.³ Isso

¹ Carta do diretor da Vila de Santarém, João da Gama Lobo para o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, José de Nápoles Telo de Meneses. Vila de Santarém. 1 de agosto de 1780. **APEP**, correspondências de diversos com o governo, cód. 344, documento 3.

² POMPEU, **As drogas do sertão e a Amazônia colonial (1677-1777)**, p. 70.

³ RICUPERO, Rodrigo. **A formação da elite colonial, Brasil c. 1530-c. 1630**. São Paulo: Alameda, 2008.

explica os títulos militares de três particulares citados pelo diretor da vila de Santarém, que também possuía o título de tenente da infantaria do Pará e Comandante da Fortaleza do Tapajós.

O objetivo deste capítulo é discorrer sobre a elite colonial como um grupo importante para a economia das vilas do Baixo Amazonas, sobretudo no quadro da economia das drogas do sertão e com o cultivo do cacau. Logo, procurou-se mostrar quem são alguns desses sujeitos, além de fazer um perfil desse grupo que participou ativamente como agente na exploração das drogas do sertão e no fomento da agricultura no Grão-Pará.

2.1. A trajetória de uma elite proprietária nas Vilas do Baixo Amazonas

Uma das primeiras notícias que se tem sobre o termo “elite” provém do século XVII na França, no qual a palavra era utilizada para descrever produtos de ótima qualidade que eram oferecidas ao público para a venda. Por volta do século XVIII, o termo ganhou um novo significado em que se aplicava a um grupo social ou pessoas que pertenciam as classes superiores.⁴

De acordo com o historiador Flávio M. Heinz, não há concordância sobre o que se compreende por elite. De forma geral, a expressão remete em um sentido amplo a um conjunto ou classe de pessoas que ocupam o topo de uma estrutura hierárquica. No caso, um grupo de pessoas privilegiadas, abastadas e influentes em um determinado contexto, que possuem um poder absoluto. Heinz ainda pontua que mesmo com a problemática com relação ao termo elite utilizado por cientistas sociais e historiadores, dada a sua “imprecisão conceitual”, ele continua sendo usado por pesquisadores para estudar um grupo de indivíduos que estão em uma posição privilegiada na sociedade, que desfrutam de poder, influência e privilégios que grupos subalternos não possuem.⁵ O apoderamento da noção de elite pelos historiadores, como aponta Heinz, tem como objetivo fazer uma microanálise das relações, trajetórias e da diversidade dos grupos sociais, com a finalidade de compreender os agentes situados no topo da hierarquia social, a multiplicidade de suas relações e de suas associações com um grupo ou com esferas da sociedade.⁶

⁴ BARNABÉ, Israel Roberto. Elite, classe social e poder local. *Revista Estudos de Sociologia, Araraquara*, v. 4, n. 7, 1999, p. 1-16.

⁵ HEINZ, Flávio M. O historiador e as elites: à guisa de introdução. In: (org.) *Por outra história das elites*. Ed. FGV, 2006, p. 7-8

⁶ *Ibid.*, p. 8

Ao analisar o conceito de elite, António Manuel Hespanha aponta para as várias dimensões, contextos e grupos em que o termo pode ser aplicado. Em uma análise de microescala em que situações são investigadas em níveis particulares, o autor afirma que é possível examinar inclusive o poder dominante dentro de grupos subalternos. Como expõe Hespanha, “na verdade, em algum sentido, todos somos elite; porque todos temos algum grupo que nos reconhece, para o bem ou para o mal, como detentores de uma legitimidade para dirigir, em algum dos infindáveis planos da interação social.”⁷ Ou seja, independentemente de um grupo ser abastado economicamente ou não, é possível se estabelecer como uma classe superior dependendo do contexto, como o caso que iremos analisar neste capítulo de uma pequena elite que não era definida como excepcionalmente rica, mas utilizava de sua influência e de uma condição social mais alta para estar acima de outros grupos dentro da conjuntura da Amazônia colonial de finais do século XVIII.

Apesar de esta pesquisa ter como objetivo analisar a elite que se formou nas vilas do Baixo Amazonas, esclarecemos que o capítulo proposto não tem a pretensão de se constituir em uma prosopografia da elite econômica do Baixo Amazonas.⁸ A particularidade da documentação pesquisada não o permite, pois há indivíduos e famílias para quais existe bastante informação, enquanto na maior parte dos casos há grandes lacunas. Além de que o objetivo principal deste capítulo é compreender, de modo geral, o papel que teve a elite local do Baixo Amazonas no período colonial para a economia e para a agricultura do Estado do Grão-Pará.

Para além da conceituação ampla da noção de elite, é necessário pontuar os aspectos específicos sobre a elite que surgiu durante o período colonial em domínios ultramarinos da Coroa Portuguesa. Para Maria Fernanda Bicalho, as elites que se formaram na América Portuguesa possuíam aspectos peculiares daquelas que se estruturam no contexto do Antigo Regime em Portugal, pois as elites portuguesas eram formadas principalmente por indivíduos que descendiam de casas nobres. A historiadora também ressalta que o termo elite no contexto português também remetia aos importantes negociantes e comerciantes que estavam ligados à elite mercantil, além de indivíduos que compunham os principais postos na administração

⁷ HESPANHA, António Manuel. Governo, elites e competência social: sugestão para um entendimento renovado da história das elites, *in*: **Caleidoscópio do Antigo Regime**, São Paulo: Alameda, 2012, p. 74.

⁸ De acordo com o historiador Lawrence Stone, a prosopografia, também conhecida como biografia coletiva, é a apuração das características comuns de um conjunto de agentes por meio de um estudo coletivo de suas vidas. O critério utilizado configura-se em investigar acerca de certos aspectos, como apresenta Stone “nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origem da riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência em cargos e assim por diante”. STONE, Lawrence. “Prosopografia”. *In*: **Revista de Sociologia Política**. Curitiba, v. 19, nº 39, p. 115.

dentro do sistema da Coroa Portuguesa, como nobres, eclesiásticos e por letrados, além da elite camarária.⁹

Já na América portuguesa, a noção de elite passa a ter outro sentido, apesar de alguns segmentos que se formaram no ultramar estarem ligados ao acúmulo de riquezas, que consequentemente lhes traria poder e status na sociedade. O que, de fato, define a formação das elites coloniais é a prestação de serviços ao rei, que Maria Fernanda Bicalho define como “a conquista e defesa da terra, o serviço aos reis, a ocupação de cargos administrativos e as mercês régias recebidas em retribuição aos serviços prestados podem aqui ser evocados como critérios de formação e definição das elites coloniais”.¹⁰

O contexto de formação da elite colonial no estado do Grão-Pará em meados do século XVIII, não se resume especificamente com a ascensão por meio do poder econômico e de serviços prestados ao rei, como foi o caso de mercadores e nobres da terra, como expõe Fragoso, em pesquisa sobre elites econômicas no Rio de Janeiro em finais do século XVIII. As famílias que faziam parte dessa elite econômica eram formadas, sobretudo, por conquistadores do século XVI ou pela governança das terras paulistas. O Rio de Janeiro, nesse período, era a principal praça comercial do Atlântico Sul, além de representar o principal receptor de tráfico de escravizados africanos, o mais importante exportador e importador dos diversos gêneros que eram mandados para os portos da Europa, parceiro comercial do Estado da Índia pertencente a Portugal e o principal mercado de reexportação do Brasil e o centro financeiro da economia colonial da América Portuguesa.¹¹

Em um estudo em que busca evidenciar os mecanismos que permitiram a permanência de algumas famílias em posições de destaque na segunda metade do século XVIII e no século XIX no Grão-Pará, Luciana Marinho Batista, em sua pesquisa sobre a família Rodrigues Martins, destaca que “a constituição de alianças por meio de casamentos com pessoas vinculadas à atividade comercial, o controle sobre cargos administrativos relacionados à feitura de leis, à execução da justiça e ao desempenho da economia provincial” foram estratégias

⁹ BICALHO, Maria Fernanda. Elites coloniais: a nobreza da terra e o governo das conquistas. In: MONTEIRO, Nuno; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda S da (Orgs.), **Optima Pars. Elites ibero-americanas no Antigo Regime**, Lisboa: ICS, 2005, p. 74.

¹⁰ *Ibid.*

¹¹ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Elites econômicas em finais do século XVIII: mercado e política no Centro-Sul da América lusa. Notas de uma pesquisa., in: JANCSÓ, István (Org.). **Independência: história e historiografia**, São Paulo: HUCITEC, 2005, p. 850.

adotadas por essa família para manter sua posição elevada no Grão-Pará.¹² De forma semelhante, analisaremos casos de famílias do Baixo Amazonas que utilizaram esses mesmos mecanismos para se estabelecerem em posições de privilégio.

Foi durante a segunda metade do século XVIII que as primeiras sesmarias começaram a ser distribuídas no Baixo Amazonas destinadas a indivíduos de posses que demonstravam interesse na produção de cacau. A partir desse momento, o poder local da pequena elite da região começou a se consolidar, com base na agricultura, na política e no militarismo.

Quadro 1 - Sesmarias concedidas no Baixo Amazonas 1746-1821

Sesmeiros	Local	Ano de concessão	Ano de confirmação
João Caetano de Souza	Igarapé Uaripira, rio dos Tapajós	14/10/1746	
Lourenço Xavier de Souza	Igarapé Uarapixuna, rio Tapajós	29/11/1747	
Manoel João Baptista	Igarapé Pucá ou furo dos Arapiuns	29/12/1751	07/10/1752
Joaquim da Costa	Rio das Amazonas	17/08/1755	
Manoel Corrêa Picanço	Igarapé Arapary, rio das Amazonas	07/11/1760	12/05/1761
Domingos Rebello	Rio das Amazonas	10/10/1766	25/02/1767
Constantino Manoel Marinho	Boca do rio Surubiû	23/02/1771	
Manoel Rodrigues	Igarapé Pixuna	18/06/1774	
Domingos Corrêa Picanço	Lago Curuamanema	08/04/1777	
João Pereira Ribeiro	Igarapé Itamaracá, rio Amazonas	14/03/1778	
José Gonçalves Marques	Igarapé Itamaracá, rio Amazonas	14/03/1778	
Manoel Antônio de Oliveira Pantoja	Igarapé Aracú, costa do rio Amazonas	27/05/1779	
Vicente Marinho de Vasconcellos	Igarapé Boca da Coroa, rio Amazonas	25/02/1780	
Manuel Rodrigues Pinto	Distrito da vila de Óbidos	28/02/1780	
Joaquim Francisco Príncipe	Rio das Amazonas, distrito de Óbidos	11/08/1781	

¹² BATISTA, Luciana Marinho. Os Rodrigues Martins: notas sobre trajetórias e estratégias de uma das famílias mais “distintas em qualidade e riqueza” no Grão-Pará (de meados do século XVIII a fins do XIX), *in*: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (Orgs.), **Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos : América lusa, séculos XVI a XVIII**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 383.

José Ricardo Príncipe	Rio das Amazonas, vila de Óbidos.	11/08/1781	
Manoel Gomes Monteiro	Rio Amazonas	29/11/1784	
Mauricio José de Souza	Igarapé Itanduba	18/01/1786	
João da Gama Lobo	Costa das Cueiras, rio Amazonas.	15/12/1786	27/07/1789
Manoel Baptista	Igarapé Cuticanga, rio Amazonas	14/12/1787	10/04/1805
Constantino Manoel Marinho	Vila de Faro	13/03/1792	
João Caetano de Souza e Silva	Vila de Faro	12/03/1794	
Ana Xavier Freire da Fonseca	Distrito da vila de Óbidos	26/06/1795	
Constantino Manoel Marinho	Igarapé Paraná-Merim	10/09/1795	
José Cavalcante de Albuquerque	Rio das Amazonas, distrito de Óbidos	16/08/1801	
Policarpo Antônio da Silva	Ilha fronteira ao lago Juruti	02/08/1801	
Francisco José de Faria	Distrito da vila de Óbidos	21/02/1802	
Thomaz Luiz Coelho	Ilha Ituqui	16/07/1802	
Francisco José de Faria	Rio Paraná-merim do Maracassú	17/07/1802	
Mauricio José Valadão	Rio Surubi-assú	20/05/1803	
Luiz Miranda	Distrito de vila Franca	16/04/1803	10/04/1805
Luiz Angello Baptista	Distrito de vila Franca	24/05/1803	29/04/1807
João Baptista da Silva	Lago grande, vila Franca	04/02/1804	20/02/1806
João Pedro de Andrade	Igarapé Curunucury	23/01/1804	
José Ricardo Picanço	Rio Sapucúá	24/12/1804	
José Joaquim Pereira do Lago	Rio Ituqui	05/07/1804	
Lourenço Gonçalves Chaves	Rio Ituqui	10/12/1804	
Miguel Antônio Pinto Guimarães	Ilha Itoqui	14/01/1804	
José Cavalcante de Albuquerque	Igarapé do Sallé, lago grande Vila Franca	16/01/1805	
Lourenço Xavier de Souza e Silva	Lago grande, Vila Franca	28/05/1805	
Victorino Antonio Pimentel	Vila de Alenquer	26/09/1805	
João Gomes Pereira	Rio Ituqui	23/02/1808	

Jacinto Caetano Faria	Distrito da vila de Faro	02/03/1810	
José Joaquim Pereira do Lago	Lago Amupy	17/11/1810	
João Duarte Lobo	Rio Tapajós	09/08/1819	
Anna Micaela Malcher	Aijó, distrito da vila de Monte Alegre	13/07/1821	
Francisco José Pereira	Rio Amazonas, vila de Santarém.	07/12/1821	

Fonte: Elaborado pela autora a partir do “Catálogo nominal dos posseiros de sesmarias”. In: **Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará**. Tomo III. Belém: Instituto Lauro Sodré, 1904 e HARRIS, 2017.

Por meio do Quadro I, observa-se quem eram aqueles que possuíam sesmarias na região do Baixo Amazonas, juntamente com suas datas de concessão durante os anos de 1746 e 1821. Apenas 8 foram confirmadas de acordo com o “Catálogo nominal dos posseiros”; dentre os 47 títulos que foram concedidos, alguns foram distribuídos para a mesma pessoa. Muitos sujeitos que adquiriram sesmarias na região eram homens que ocupavam cargos como capitão, tenente, sargento e ao mesmo tempo eram proprietários de terras, negociantes, diretores de vilas, proprietários de canoas. É nesse grupo, composto por burocratas militares e proprietários de cacauais, que se situa grande parte dos indivíduos responsáveis pela formação da pequena elite econômica do Baixo Amazonas

Examinemos o caso exemplar de alguns sesmeiros citados no Catálogo Nominal dos Posseiros. Dentre eles, um dos que mais se destaca na elite local do Baixo Amazonas é Manoel Correia Picanço e sua família. Além de ser proprietário de canoa que era remetida para os sertões, ele possuía sesmarias pela região, mais especificamente no Igarapé Arapary em Vila Franca, que foram concedidas em 1761, com a justificativa de que não tinha terras próprias para cultivar a sua lavoura.¹³

A família desse capitão-lavrador era de origem das ilhas atlânticas pertencentes ao reino de Portugal. Em carta dirigida ao rei Dom José I no ano de 1765, um sujeito chamado Sebastião Correia Picanço vindo da Ilha Graciosa, pertencente ao território da Ilha de Açores, e que naquela ocasião ocupava o cargo de procurador das dependências dos moradores da Capitania de Macapá, pede ao rei que não seja expulso de suas terras na cidade de Belém, onde

¹³ Requerimento de Manuel Correia Picanço, morador na vila de Santarém no Estado do Pará, para o rei D. José I, solicitando confirmação de carta de data e sesmaria de terras localizadas na ilha que corta o igarapé chamado Araparitaperá, no rio das Amazonas e distrito de Vila Franca. 17 de fevereiro de 1761. AHU, avulsos do Pará, cx, 48, doc. 4414.

afirmou sofrer acusações do governador Fernando da Costa de Ataíde Teive Sousa Coutinho.¹⁴ De acordo com Antônio Otaviano Vieira Junior, Sebastião Correia Picanço foi nomeado “procurador das dependências dos moradores da vila de Macapá” por ser um representante influente no meio dos moradores da vila de Macapá, lugar em que predominou a migração açoriana. A influência desse açoriano foi construída depois de sua chegada em Belém em 1752, onde se tornou um importante membro da elite local. Os meios adquiridos por Sebastião para compor tal elite foram fruto da fortuna que ergueu enquanto esperava onde iria residir na capitania; assim durante sua estadia em Belém, ele adquiriu fazendas, lavouras de cacau, escravos, fábrica de tecido, casas, bois, algodão e arroz.¹⁵

Sebastião Correia Picanço e seus filhos chegaram à capitania do Pará em 1752, vindos da Ilha Graciosa, a partir do financiamento da Coroa Portuguesa que enviou mil casais de migrantes açorianos para o Estado do Maranhão, depois de uma devastadora epidemia em 1748 atacar uma significativa população, principalmente indígena, e que prejudicou significativamente a exploração e povoamento do Estado do Maranhão.¹⁶ A migração de açorianos não foi um fenômeno exclusivo do século XVIII, pois como aponta Rafael Chambouleyron, a vinda de pessoas das ilhas atlânticas e do Reino para o então território do Maranhão, era estimulada pela Coroa Portuguesa desde a segunda metade do século XVII e serviria como uma forma de povoar o domínio português.¹⁷

Além disso, Alanna Souto Cardoso afirma que a Coroa Portuguesa tinha como um dos objetivos controlar a densidade populacional do arquipélago açoriano, além de proporcionar melhores condições de vida. Muitos dos açorianos que vieram durante essas migrações tornaram-se parte da elite econômica que surgiu no Pará, como o caso da família Bittencourt

¹⁴ Requerimento do procurador das dependências dos moradores da capitania do Macapá, Sebastião Correia Picanço, natural da Ilha Graciosa e estabelecido no Pará, para o rei D. José I, solicitando para não ser expulso da capitania do Macapá, apesar das acusações do governador e capitão general do Estado do Pará, Maranhão e Rio Negro, Fernando da Costa de Ataíde Teive Sousa Coutinho]. Pará, 4 de fevereiro de 1765. AHU, avulsos do Pará, cx. 58 doc.5192.

¹⁵ VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano. **Entre epidemia e imigração: um viés de investigação da história da população no Grão-Pará (1748-1778)**. 1ª ed. São Paulo: Livraria da Física, 2021, p. 165.

¹⁶ VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano. Migração açoriana na Amazônia: conexão entre ilha Graciosa, Lisboa e Grão-Pará (1751-1754). **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 10, n. 2, 2017, p. 342.

¹⁷ CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)**. Belém: Açai, 2010.

que veio da ilha do Açores e que se tornou uma importante elite, com fazendas e escravos na região do Vale do Tocantins.¹⁸

O embarque de casais açorianos entre os anos de 1751 e 1754 seria uma das soluções para a desastrosa perda que a epidemia causou na região. Assim, a Ilha Graciosa serviu como um local bastante visado para o estímulo da ida de casais açorianos, pois, como aponta Antonio Otaviano Vieira Junior, naquele período, a ilha continha a população mais desfavorecida do Arquipélago dos Açores; assim a ida para o Grão-Pará, de acordo com as promessas da coroa portuguesa, traria condições melhores do que aquelas encontradas em sua terra natal.¹⁹

Dentro deste contexto, Manuel Correia Picanço chegou menor de idade, junto com seu pai e outros familiares; possivelmente depois de adulto, foi mandado para o Tapajós para ser um dos povoadores da região. De fato, de acordo com as ordens de Francisco Xavier de Mendonça Furtado era necessário mandar colonos para se fixarem nos rios Xingu e Tapajós.²⁰ Ou seja, ele chegou em um período em que colonos eram incentivados a povoarem o Tapajós.

A influência de seu pai na elite local de Belém foi propícia para ele também se estabelecer como um importante sujeito da elite de Santarém. Sua família já agregava uma importante rede de sociabilidade, além de bens materiais e mobilidade social em um dos principais centros da Amazônia colonial portuguesa. Outro aspecto importante que ajudou Manoel Correia Picanço em suas redes de sociabilidade no Grão-Pará foi o fato de ser açoriano, pois segundo Antonio Otaviano, foi este um dos fatores que ajudou seu pai Sebastião a construir um rol de relações, composto por pessoas de status social elevado, além de importantes cargos na capitania.²¹

O estabelecimento de Manuel Correia Picanço no Baixo Amazonas foi propício para um de seus irmãos, Domingos Correia Picanço que adquiriu sesmarias nas margens do lago Curuámena na vila de Óbidos, em 1779. No ano de 1766, Domingos Picanço enviou 120 arrobas

¹⁸ CARDOSO, Alanna Souto. **Apontamentos para a história da família e demografia histórica da capitania do Grão-Pará (1750-1790)**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará, 2008, p.35.

¹⁹ VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano. Migração açoriana na Amazônia: conexão entre ilha Graciosa, Lisboa e Grão-Pará (1751-1754). **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 10, n. 2, 2017, p

²⁰ *Ibid.* p, 359.

²¹ VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano. **Entre epidemia e imigração: um viés de investigação da história da população no Grão-Pará (1748-1778)**. 1ª ed. São Paulo: Livraria da Física, 2021, p. 165.

(1.770 kg) de sementes de cacau.²² Os motivos para a decadência da produção podem estar relacionados às pragas que comumente afetavam as plantações ou falta de trabalhadores para o serviço nos cacauais. Além de possuir sesmarias, Domingos ocupava o posto de cabo de esquadra na vila de Santarém. De acordo com Cardoso, a imigração de açorianos no Baixo Amazonas foi primordial para o plano de agricultura que estava sendo executado em meados do século XVIII, sendo esses os principais povoadores que chegaram à região.²³

Além de Manuel Correia Picanço e Domingos Correia Picanço, Sebastião Correia Picanço tinha outro filho chamado Thomaz Nogueira Picanço que se dedicava ao estudos de gramática latim e retórica, já que em 1823, aparece na documentação nomeado no posto de capelão pelo governador de armas da província, José Maria de Moura.²⁴ Além de ter exercido um cargo na capitania de Macapá, Sebastião Correia Picanço, assim como o seu filho Manuel Correia Picanço também era aplicado aos negócios do sertão, e possuía escravos e fazendas secas e molhadas, além de cultivar o cacau. Em 1776, ele solicita ordens régias para que leve escravos e bens materiais para suas terras no rio Amazonas,²⁵ lugar onde seus filhos Manuel Correia Picanço e Domingos Correia Picanço habitavam e exerciam sua influência.

No recenseamento de 1778, Manoel Correia Picanço foi descrito como capitão auxiliar, viúvo, além de possuir 48 escravos, sendo assim o sesmeiro com a maior quantidade de escravos na região, além de alguns filhos. A sua influência chegou também à Câmara da vila de Santarém, já que em 1799 ele é nomeado ao cargo de procurador, assim como seu irmão que também consta na mesma lista.²⁶ Outros sujeitos de sobrenome Correia Picanço aparecem no

²² HARRIS, Mark. **Rebelião na Amazônia: cabanagem, raça e cultura popular no Norte do Brasil, 1798-1840**. Tradução de Gabriel Cambraiva Neiva e Lisa Khatarina Grund. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2017, p.112.

²³ CARDOSO, Alanna Souto. **Apontamentos para a história da família e demografia histórica da capitania do Grão-Pará (1750-1790)**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará, 2008

²⁴ Ofício do governador de Armas da província do Pará, brigadeiro José Maria de Moura, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Manuel Inácio da Costa Quintela, sobre a necessidade do destacamento de novas tropas militares na província, que garantam a segurança das capitanias do Maranhão e do Pará. Pará, 24 de maio de 1823. **AHU**, avulsos do Pará, cx, 160, doc, 12186.

²⁵ Carta do governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para a rainha D.Maria I, em resposta a provisão de 28 de Junho de 1777, sobre o requerimento de Sebastião Correia Picanço, solicitando a sua permanência e da sua família na cidade de Belém do Pará. Pará, 13 de outubro de 1777. **AHU**, avulsos do Pará, cx.78, doc.6467.

²⁶ Relação dos novos alistados, capitão Joaquim Francisco Printes ao governador Francisco de Souza Coutinho, Vila de Santarém, 24 de abril de 1799, **APEP**, cod. 561, doc. 34.

início do século XIX, caso de Antônio Correia Picanço, auditor geral da Marinha, e que, segundo Mark Harris, foi um dos líderes rebeldes no Forte de Ecuipiranga.²⁷

Um dos exemplos da atuação do capitão Manoel Correa Picanço é a carta remetida em resposta ao governador pedindo que os filhos de alguns moradores não fossem enviados para o serviço militar, pois como constava em pedido anterior, eram somente filhos únicos ou filhos de viúvos que estariam livres do serviço militar. Na carta, ele pede que filhos de determinados sujeitos da elite local sejam dispensados do serviço, como o filho de Constantino Marinho, chamado Vicente Marinho por estar ausente do distrito com sua esposa e não ter como buscá-lo; ou Alexandre Pereira, filho de Carlos Pereira por ter apresentado portaria, além de um outro filho de 11 anos que não o remeteria por conta da idade; também Thomas de Lima, filho de João de Lima que estava de casamento marcado na vila de Santarém. Para substituí-los, Manoel Correa Picanço determinou o envio de sete mamelucos que estavam em diferentes vilas, como Óbidos, Alenquer e Santarém, que segundo ele, eram mais capazes de atuar como soldados.²⁸

Tal medida de Manoel Correa Picanço nos remete ao poder e influência da elite local do Baixo Amazonas, que tinha como base as articulações entre os sujeitos pertencentes às elites e a Coroa Portuguesa. Segundo Wania Alexandrino, a vida cotidiana dos soldados era configurada por diferentes problemas como a miséria e a pobreza. Logo, não era de interesse da elite colocar os seus herdeiros para servir como praças, pois colocariam seus interesses econômicos em risco.²⁹ A ação de mandar mamelucos que residiam em diferentes vilas do Baixo Amazonas era bem mais cômoda do que mandar os filhos da elite, já que essas posições mais baixas, principalmente, as relacionadas às tropas pagas não eram muito valorizadas, sendo uma das principais queixas dos que compunham estas tropas o atraso dos soldos e sua baixa remuneração.³⁰

Shirley Maria Silva Nogueira disserta que o exército no Grão-Pará era constituído por três tropas: ordenanças, auxiliares e regulares. Assim, o exército recrutava homens entre 20 e 60 anos para compor as tropas de ordenanças e, a partir deles, eram selecionados aqueles que

²⁷ HARRIS, **Rebelião na Amazônia: cabanagem, raça e cultura popular no Norte do Brasil, 1798-1840.**

²⁸ Carta do capitão Manuel Correia Picanço, para o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas. Vila de Santarém, 20 de janeiro de 1776. APEP, correspondências de diversos com o governo, código 298, doc.26.

²⁹ VIANA, Wania Alexandrino. **A “gente de guerra” na Amazônia colonial: composição e mobilização das tropas pagas na capitania do Grão-Pará (primeira metade do século XVIII).** Curitiba: CRV, 2016, p. 82.

³⁰ SILVA, Leonardo Augusto Ramos. **Na “pátria das sublevações”: descontentamento e revoltas da gente de guerra no Rio Negro (1754-1777),** Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Universidade Federal do Pará, Belém, 2023, p. 66.

iriam compor como praças as tropas auxiliares e pagas. Em conjunto com os auxiliares, esses segmentos tinham como objetivo dar suporte para aqueles que pertenciam às tropas regulares. Nogueira assinala que os homens que eram tidos como comerciantes, grandes proprietários de terras, casados e outros eram designados para se juntar aos auxiliares.³¹

Além disso, o trabalho nas tropas pagas era composto principalmente por criminosos, indígenas e sujeitos que não conseguiam atestar algum trabalho mecânico, como serviços de carpintaria, alfaiataria e sapataria.³² O recrutamento desses sete mamelucos cuja definição provém da mestiçagem entre brancos e indígenas, é um fator étnico e social importante para entender o motivo de substituir aqueles que pertenciam à elite, composta majoritariamente por brancos. Além de que estes mamelucos recrutados não possuíam status social e muito menos profissões que fossem motivo para escapar ao serviço nas tropas pagas.

A elite da segunda metade do século XVIII pleiteava cargos principalmente nas tropas auxiliares, pois estas tornaram-se mais significantes que as ordenanças, devido à importante necessidade de vigiar as fronteiras que viviam sob ameaça dos franceses e espanhóis.³³ O fato de a região do rio Tapajós e parte do Amazonas ser uma região estratégica que sediava duas importantes fortificações, em Santarém e Óbidos, além de ser rota estratégica para o Mato Grosso, fazia necessária a presença de militares para ocupá-la.

Entretanto, colocar um sujeito pertencente à elite em cargo de praça como forma de punição foi o que aconteceu com o filho de José Pedro Angelo Mendes Costa, advogado da Vila de Santarém que pediu que seu filho Joaquim Maria Mendes Costa fosse mandado para servir como praça no regimento da guarnição da cidade do Maranhão, devido as diversas fugas de casa e aos crimes de desacato que cometeu em Santarém e que o fizeram ir para a cadeia.³⁴ O pedido de José Pedro Angelo Mendes Costa de mandar seu filho servir como praça seria uma forma de castigo e medida educacional.

³¹ NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. **Razões para desertar: institucionalização do exército do Estado do Grão-Pará no último quartel do século XVIII**. 193f. 2000. Dissertação (mestrado) em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES), Universidade Federal do Pará, Belém, 2000, p. 59-60.

³² *Ibid*, p.54

³³ *Ibid.*, p.54.

³⁴ Requerimento do advogado José Pedro Angelo Mendes Costa ao príncipe regente D. João, em que solicita a nomeação de seu filho, Joaquim Maria Mendes Costa, para o posto de cadete de um dos regimentos da guarnição da cidade de São Luís do Maranhão, como meio de castigar pelos abusos e desacatos provocados na vila de Santarém, na capitania do Pará, onde se encontra preso. Maranhão, 12 de dezembro de 1801. AHU, avulsos do Maranhão, cx. 119, doc. 9150.

Apesar do caso de Joaquim Maria Mendes Costa, muitos sujeitos da elite evitavam o alistamento, e a partir disso surgiam normas que facilitavam livrar-se do recrutamento para o serviço militar. Um exemplo disso é o alvará de 24 de fevereiro de 1764 que regulamentava o recrutamento compulsório de indivíduos para compor as tropas; entretanto, no alvará constavam isenções que privilegiavam os sujeitos pertencentes à elite.

Neste alvará, implementava-se algumas isenções para o recrutamento, como “os criados domésticos dos fidalgos e ministros”, os “estudantes” de “colégios e universidades que se aplicam às artes e ciências”, “comerciantes e seus caixeiros e feitores”, “homens marítimos”, “filhos únicos de lavradores”, “artífices”, “filhos únicos de viúvas”, “tesoureiros de Bula da Cruzada”, “estaqueiros do tabaco”, “feitores, criados domésticos e mais pessoas empregadas nos outros contratos da Real Fazenda.”³⁵

Outro indivíduo citado é o sesmeiro Constantino Manoel Marinho que possuía terras na boca do rio Surubiu em Alenquer,³⁶ em Óbidos, no Igarapé Paraná-Mirim³⁷ e na vila de Faro.³⁸ Antes de receber concessões de sesmarias, Manoel Marinho ocupava o cargo de cabo de canoa, tido como um trabalho exercido por homens brancos e pobres, porém muito importante para os percursos nos rios da Amazônia adentro. O trabalho como cabo de canoa pode ter sido um dos fatores que levou Manoel Marinho a ascender socialmente e economicamente na região; outro aspecto que podemos inferir seria o rol de sociabilidade que ele construiu a partir de seu importante trabalho na condução dos gêneros, o que o tornou parte da elite local e que trouxe privilégio também para a sua família.³⁹

Um dos seus filhos era Vicente Marinho, dono de sesmaria na região de Alenquer, na boca do rio Curuá,⁴⁰ adquirida em 1780. Como não era filho único, não podia ser contemplado pela isenção do alvará de 1764. Porém em 1765, novas normas foram aprovadas que

³⁵ SILVA, Na “pátria das sublevações”: descontentamento e revoltas da gente de guerra no Rio Negro (1754-1777), p. 57.

³⁶Requerimento de Constantino Manuel Marinho ao rei D. José, solicitando confirmação da carta de sesmaria junto ao rio Surubiu. Maranhão, 4 de abril de 1772. AHU, avulsos do Maranhão, cx 45, doc. 4464.

³⁷ “Catálogo nominal dos posseiros de sesmarias”. In: **Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará**. Tomo III. Belém: Instituto Lauro Sodré, 1904, p. 36.

³⁸ *Ibid.*, p.36

³⁹HARRIS, **Rebelião na Amazônia: cabanagem, raça e cultura popular no Norte do Brasil, 1798-1840**, p. 119-120.

⁴⁰ Catálogo nominal dos posseiros de sesmarias”. In: **Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará**. Tomo III. Belém: Instituto Lauro Sodré, 1904, p. 148.

contemplavam o casamento como uma estratégia para escapar ao recrutamento militar.⁴¹ O filho de João Lima, Thomas Lima que estava de casamento marcado, como elucidou Manuel Corrêa Picanço, também foi contemplado pelas novas regras do recrutamento, o que conseguiu afastá-lo do serviço militar.

Já Carlos Pereira, como consta no Recenseamento de 1778, tinha como uma de suas ocupações o trabalho de ourives que era tido como uma função de sujeitos pobres; porém além de executar seu trabalho como ourives, Carlos Pereira era dono de oito escravos, plantava cacau e era considerado remediado.⁴² No ano de 1779, Carlos Pereira adquiriu 10 novilhas e 1 garrote, de acordo com o diretor de Alenquer, Mauricio José de Souza.⁴³ Isso demonstra que Pereira possuía propriedades na região, que possivelmente deixou a Alexandre Pereira como herança.

Além da influência política desses moradores, também há exemplos de sua atuação no campo econômico da região, especialmente no que diz respeito a suas lavouras de cacau. Em 1791, por meio de um auto de justificação, Constantino Manoel Marinho queixa-se da perda de seus cacauais devido à escassez de trabalhadores escravizados, afetados por doenças, e aponta isso como a principal razão pela qual perdeu suas lavouras. No ano seguinte, em 1792, aos 63 anos, ele recusa o cargo de oleiro da vila de Faro, explicando que, durante os 22 anos em que esteve na região do Baixo Amazonas, perdeu 29 escravizados – sendo dois deles fugitivos – o que resultou no fechamento da olaria de Óbidos.⁴⁴

O curioso fato de Constantino Manoel Marinho lamentar-se de tamanhas perdas tanto em seu cacau, como na olaria e de seus escravos nos remete ao fato de que, no mesmo ano de 1792, são concedidas a ele terras em Óbidos e no ano de 1795 são também concedidas terras na vila de Faro (acreditamos que não se trata de homônimos). Tal discurso do colono nos faz refletir sobre o discurso da miséria e da pobreza que muitos desses moradores dirigiam para a

⁴¹ SILVA, Na “**pátria das sublevações**”: **descontentamento e revoltas da gente de guerra no Rio Negro (1754-1777**, p. 57–58.

⁴² “*Mappa das familias, que, à excepção das dos indios aldeados, se achavão existindo em cada huma da mayor parte das freguesias de ambas as capitánias do Estado do Grão-Pará, e da sua possibilidade, e applicação no anno de 1778 (...)*”, assinado pelo governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas. Em anexo ao ofício do governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. **AHU**, caixa 94, documento 7509.

⁴³ Carta do diretor da vila de Alenquer, Mauricio José de Souza para o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas. Vila de Alenquer, ano de 1779. **APEP**, correspondências de diversos com o governo, código 346, doc. 17.

⁴⁴ Carta de Constantino Manuel Marinho para o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Francisco de Souza Coutinho. Vila de Óbidos, 23 de julho de 1792. **APEP**, correspondências de diversos com o governo, código 484, doc. 89.

Coroa Portuguesa. Ao analisar esses discursos para o século XVII, Rafael Chamboleyron aponta que essa narrativa significava muito mais do que a descrição do cotidiano dessas pessoas, mas também funcionava como um mecanismo para conseguir benefícios para o aumento dos bens desses homens.⁴⁵ Ao fazer análise para a primeira metade do século XVIII, André Pompeu indica que a retórica da pobreza ainda perdurou durante o período de embate entre os homens de negócio e os jesuítas, também com o objetivo de conseguir maiores regalias.⁴⁶

O sargento Manoel Rodrigues Pinto e Lourenço Xavier de Souza, que também eram donos de canoas que iam aos sertões, receberam sesmarias na região do Baixo Amazonas durante a segunda metade do século XVIII. Lourenço Xavier de Souza recebeu a data de confirmação de sesmaria em 1747, sendo um dos primeiros sesmeiros da região com justificativa de plantar cacau no Igarapé Uarapixuna, no rio Tapajós, nas proximidades da vila de Santarém. Já em 1805, ele, ou talvez um parente seu, recebeu sesmarias na região do Lago Grande em vila Franca. Além de ser uma significativa quantidade, esta produção chegava a ser duas vezes maior que a produção de outros moradores. Apesar de o colono ter as suas plantações de cacau bem estabelecidas, ele e seu irmão, João Caetano de Souza, não mediam esforços para conseguir mais trabalhadores para os serviços nos seus cacauais, pois já em 1798, pede ao governo que lhe conceda indígenas para o aumento da sua lavoura.⁴⁷

Além disso, ele compartilhava influência e terras com seu irmão João Caetano de Souza e Silva que possuía terras no igarapé Uaripira, no entorno de Santarém. João Caetano serviu como soldado em Santarém, com o dever de servir no Forte de Santarém, por volta da década de 1740, e com o passar de seus serviços foi promovido a tenente.⁴⁸ Além de tenente, João Caetano ocupou o posto de alferes dos auxiliares, sendo qualificado pelo diretor da vila de Santarém como um dos oficiais “mais hábeis e maior experiência da diligência”.⁴⁹

⁴⁵ CHAMBOULEYRON, Rafael. “Opulência e miséria na Amazônia seiscentista”. In: **Raízes da Amazônia**, v. 1, n.1, 2005. p. 105-124,

⁴⁶ POMPEU, André José dos Santos. A disputa pelo discurso de pobreza: relações entre jesuítas e "homens de negócios" perante as drogas do sertão na Amazônia (Primeira metade do século XVIII). **Revista Dimensões**, n.50, 2023, p. 30-49.

⁴⁷ Carta de Lourenço Xavier de Souza e Silva e João Caetano de Souza e Silva para o senado. 12 de setembro de 1798. **APEP**, correspondências de diversos com o governo, código 550, doc. 13.

⁴⁸ HARRIS, **Rebelião na Amazônia: cabanagem, raça e cultura popular no Norte do Brasil, 1798-1840**.

⁴⁹ Carta do diretor da vila de Santarém, João da Gama Lobo, para o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Martinho de Souza e Albuquerque. Vila de Santarém, 8 de setembro de 1788. **APEP**, correspondências de diversos com o governo, código 344, doc. 61.

O sargento Manuel Rodrigues Pinto recebeu, por meio das concessões régias, terras devolutas em Santarém e que pertenciam a Manuel José de Melo, que fora acusado de não cultivar no prazo estipulado pela lei, razão pela qual tinham sido novamente concedidas a Rodrigues Pinto. Além da sesmaria em Santarém, Rodrigues Pinto era dono de terras no Igarapé Pixuna no distrito de Óbidos, próxima da sesmaria de um outro indivíduo da elite local, Manuel João Batista.⁵⁰ Não há documentação que mostre o momento em que Manuel Rodrigues Pinto recebe o posto militar. Porém, ele já aparece em documento por volta de 1780 com o título de sargento e um tal de Alexandre Rodrigues Pinto, possivelmente filho de Manoel Rodrigues Pinto, tornou-se vereador da Câmara de Santarém em 1799.⁵¹

Uma relação formulada pelo diretor de Santarém, Joaquim Manoel de Maia e Mello, com informações sobre o envio de cacau pela canoa de Santarém com destino a Belém no ano de 1782, encontra-se o nome de alguns dos sujeitos citados acima que compunham a elite da região.

Tabela 1 – Relação da quantidade de cacau enviada para Belém pela canoa de Santarém no ano de 1782 por particulares.

Nomes	Quantidade de cacau
Carlos Pereira	200 arrobas
Lourenço Xavier	131 arrobas e 27 libras
Domingos Rabello	64 arrobas
Capitão Évora	56 arrobas e ½ libras
Francisco Leão	46 arrobas e 40 libras
Manoel José de Serpa	14 arrobas e ½ libras
Manoel Teixeira	25 arrobas e ½ libras
Domingos Corrêa Picanço	3 arrobas e 11 libras

Fonte: Guia do que vai na canoa de Santarém e negócio dos interessados do ano de 1782. Vila de Santarém, 23 de outubro de 1782. APEP, correspondências de diversos com o governo, cód. 344, doc. 62.

⁵⁰ Requerimento de Manuel Rodrigues, morador da vila de Santarém, para a rainha, solicitando a confirmação e sesmaria de terras localizadas próximas ao igarapé Pixuna, no distrito daquela vila. Pará, 13 de janeiro de 1779. AHU, avulsos do Pará, cx. 81, doc. 6704.

⁵¹ Relação dos novos alistados”, capitão Joaquim Francisco Printes ao governador Francisco de Souza Coutinho, Santarém, 24 de abril de 1799, APEP, códice. 561, doc.65.

Na relação mencionada, observa-se que Carlos Pereira foi o maior remetente de cacau para Belém, em 1782, com um total de 200 arrobas, uma quantidade considerável em comparação ao que enviou a menor quantidade de cacau, Domingos Corrêa Picanço, que enviou apenas 3 arrobas e 11 libras. Como mencionado anteriormente, em 1766, Domingos Corrêa Picanço havia enviado 120 arrobas de cacau, evidenciando uma queda significativa em sua produção. Em 1782, Lourenço Xavier ocupou a segunda posição na lista, enviando 131 arrobas e 27 libras de cacau, o que equivale a mais de 5 mil pés de cacau. Seguiram-se na lista Domingos Rabello, com 64 arrobas, Capitão Évora, com 56 arrobas e ½ libra, Francisco Leão, com 46 arrobas e 40 libras, Manoel Teixeira, com 25 arrobas e ½ libra, e, por último, Manoel José de Serpa, com 14 arrobas e ½ libra.

Apesar de a relação acima envolver um número reduzido de sujeitos e suas respectivas produções de cacau, e abranger apenas um ano – uma vez que não foi possível acessar um número maior de fontes com informações semelhantes, tanto para a Vila de Santarém quanto para outras vilas –, este documento oferece uma visão geral da produção desses indivíduos, em grande parte resultado do trabalho indígena, que se dirigia aos sertões para a coleta dos gêneros, assim como o trabalho nas plantações de cacau. Por meio desse documento, também se observa a participação desses sujeitos na economia da região, assim demonstrando que eram sujeitos ativos e importantes para as dinâmicas econômicas da região.

A elite do Baixo Amazonas era diferente daquela que se formou em Belém. Segundo o recenseamento de 1778, na capital do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, 1,5% dos recenseados eram definidos como ricos, além de 3,4% com possibilidade inteira e 12,5% com possibilidade mediana. De acordo com Euda Veloso, a cidade de Belém, pelo olhar de João Daniel, era definida como um importante centro, onde havia estrutura tanto para o comércio, como para as instituições e construções de prédios que refletiam os valores europeus, além de que havia uma importante e fortalecida presença de elites na administração.

Neste período de acordo com o recenseamento a população de Belém era de 10.074 habitantes, sendo 82,6% tidos como pobres, sendo assim uma sociedade intensamente estratificada, em que uma pequena parte da população, majoritariamente branca acumulava riquezas.⁵² Observa-se a partir destes dados a discrepância, não só pelo número de habitantes, mas também pela concentração de riqueza que havia em Belém. Apesar de a elite do Baixo

⁵² VELOSO, Euda Cristina. Estruturas de apropriação de riqueza em Belém do Grão-Pará, através do recenseamento de 1778. In: MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. (Org.). **A escrita da história paraense**. Belém: UFPA/NAEA, 1998, p.12

Amazonas possuir sesmarias, cargos nas câmaras e títulos militares, a sua realidade econômica era bem diferente da elite local do principal centro da Amazônia lusa.

Desta forma, entender o contexto em que se encontrava a elite do Baixo Amazonas se faz necessário para entender o lugar que ocupavam as vilas e a sociedade localizadas no interior amazônico. O recenseamento de 1778 indica que a vila de maior significância populacional no Baixo Amazonas era Santarém, composta por 476 habitantes. A maioria dos que foram recenseados eram definidos como pobres, levando em consideração que foram registrados 56 cabeças, dos quais 78% eram considerados pobres, logo 21% estavam divididos entre remediados e aqueles que viviam do seu ofício.⁵³

Esta é uma informação importante, tendo em vista que não há nenhum sujeito definido como rico nesse levantamento. O indivíduo remediado era aquele que tinha condições apenas para prover o suficiente para viver. Além disso, majoritariamente os cabeças de família tinham como ocupação o trabalho de lavrador, sendo maioria pobres e brancos destinados a plantar cacau; logo depois vinham os mamelucos que também cultivavam cacau. Os remediados eram em grande maioria brancos. Digo maioria, pois havia um mameluco que destoava em meio aos brancos, chamado Antonio João da Silva, remediado e que cultivava pés de cacau, tendo em sua posse cinco escravizados. O fato de ser o único não-branco chama a atenção em meio à quantidade de brancos remediados, sendo assim um homem com certos privilégios em relação a outros mamelucos, indígenas e brancos pobres.

Nas outras localidades do Baixo Amazonas, a vila que possuía o segundo maior contingente de remediados era Óbidos, assim como a segunda maior população da região. Embora Óbidos dispusesse de tal posição, foram registrados 13 cabeças de família, dos quais quatro eram remediados e nove eram pobres, com um total de 128 pessoas, situação destoante da vila de Santarém em que havia uma população maior e com um número superior de remediados. Logo, depois de Óbidos está Monte Alegre com um total de 97 pessoas e 13 chefes de família, sem nenhum remediado, sendo estes majoritariamente mamelucos e pobres.

Já na vila de Alenquer, apesar de um menor registro de cabeças de família que totalizou oito apenas, havia uma população de 107 pessoas, além disso notou-se cinco sujeitos remediados, número maior do que em Óbidos e Monte Alegre, localidade esta onde não

⁵³ “*Mappa das familias, que, à excepção das dos indios aldeados, se achavão existindo em cada huma da mayor parte das freguesias de ambas as capitánias do Estado do Grão-Pará, e da sua possibilidade, e applicação no anno de 1778 (...)*”, assinado pelo governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas. Em anexo ao ofício do governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. **AHU**, caixa 94, documento 7509 p.0366.

constava nenhum remediado. Nas outras vilas, como Alter do Chão, Boim, Franca, Pinhel e Faro, praticamente não havia remediados, além do pouco registros de pessoas. Para além da quantidade de pessoas, não havia uma diversidade de pessoas com ofícios que não estivessem atrelados ao trabalho nas roças ou na lavoura. Os trabalhos como carpinteiro, cabo de canoa, sacristão, escrivão e ourives foram pouco registrados no recenseamento, sendo a maioria atribuídos ao trabalho na lavoura, principalmente do cacau.

Na relação que contém todos os pés de cacau da vila de Óbidos em 1796, o escrivão de Óbidos registrou a quantidade de pés de cacau plantados por alguns moradores, Thomé Ferreira plantou oitocentos pés frutíferos de cacau e mil e quinhentos e noventa infrutíferos; Jacob plantou duzentos e nove pés ainda infrutíferos; José de Freitas, trezentos e oitenta e seis quase todos frutíferos; Benedito José, quase mil e quinhentos e doze pés infrutíferos; Mathias, quatrocentos e cinquenta pés ainda infrutíferos; Gregório, piloto da povoação, três mil cento e vinte pés quase todos frutíferos e casas; Mauricio, dois mil e quinhentos pés ainda infrutíferos; Basílio, mil cento e cinquenta pés ainda infrutíferos, silvestre; Silvestre, mil pés; o alferes da povoação, quatro mil pés de cacau ainda infrutífero; Diogo, oitocentos pés infrutíferos; José de Santana, quatrocentos pés infrutíferos; Matheus, seiscentos pés infrutíferos; Eusébio Monteiro, seiscentos pés quase todos frutíferos; o capitão da povoação, três mil pés infrutíferos.⁵⁴

O recenseamento de 1778 aponta para uma sociedade não muito heterogênea no âmbito econômico no Baixo Amazonas. Mark Harris já apontava para essa situação ao afirmar que mesmo aqueles que dispunham de muitos escravos e remediados, como o caso do membro da elite local Manoel Correia Picanço, viviam uma realidade econômica um pouco acima daqueles que eram listados como pobres. Porém, no âmbito político, havia uma larga diferença entre esses dois grupos, já que os que viviam em condições melhores possuíam sesmarias para a plantação do cacau, controlavam e ocupavam cargos nas câmaras, além de postos militares.⁵⁵

É a partir da ocupação das câmaras e dos postos militares que se fortalece a pequena elite do Baixo Amazonas. Não foi só o fato de serem remediados que os fez prontamente ocupar tais posições, mas havia, entre esses sujeitos, uma forte relação de família e parentesco. Mark

⁵⁴ Requerimento despacho supra no restabelecimento dos índios desta vila desde o tempo que o suplicante é diretor tendo visto e contado todos os pés de cacau e casas que eles possuem acompanhado das testemunhas Manoel Joaquim Libório Riberio de São Bento esta diz Thomé Ferreira. Vila de Santarém, 28 de junho de 1796. APEP, correspondências de diversos com o governo. Códice 539, doc. Sn.

⁵⁵ HARRIS, *Rebelião na Amazônia: cabanagem, raça e cultura popular no Norte do Brasil, 1798-1840*, p. 102.

Harris aponta para a significativa importância que se estabeleceu entre as famílias do Baixo Amazonas, principalmente por meio do casamento.

Cabe pontuar novamente o pensamento de António Manuel Hespanha ao analisar os diversos contextos que o termo elite pode abranger. Dentro desse contexto, a elite do Baixo Amazonas diferenciava-se dos outros grupos sociais estabelecidos na região, não pelo grande acúmulo de riquezas, mas justamente por ocuparem posições estratégicas na sociedade colonial. Ao se estabelecerem como sesmeiros, militares e camarários de suas vilas, eles conseguiam manipular e controlar o poder local ao seu favor.

2.2. Diretores e o seu lugar na economia e na elite local.

Em 1794, o capitão Felipe Benício da Rocha, diretor do Lugar de Outeiro, com moradia e com plantações de cacau na vila de Santarém, expõe em carta para o governador do Grão-Pará e Rio Negro, Dom Francisco de Souza Coutinho, os problemas que enfrentou com a falta de “operários” para o trabalho na sua lavoura de cacau, o que ocasionou a perda de quase quatro mil pés do referido gênero. Em sua lavoura, segundo o capitão, dispunha apenas um casal de escravizados e assim requeria ao governador que lhe concedesse três homens indígenas e três mulheres indígenas pelo tempo de seis de meses para ajudar o casal de escravizados de origem africana em sua plantação. Na carta, o capitão Felipe Benício da Rocha não só pede ajuda para conseguir o sustento dos seus filhos, mas também pelo progresso de sua fazenda, pois se intitulava um lavrador principiante.⁵⁶

A situação narrada pelo capitão Felipe Benício nos remete a um contexto comum no período do Diretório dos Índios (1757-1798), em que alguns administradores das vilas recebiam datas de sesmarias com o objetivo de cultivar cacau e criar gados. Tal como o capitão Felipe Benício, identificamos outros oito diretores que se tornaram sesmeiros na região do Baixo Amazonas. Esses diretores, majoritariamente, solicitaram sesmarias depois de se tornarem administradores das vilas da região, alguns até mesmo após o ano de 1798, em que houve a abolição do Diretório, conforme mostra o quadro abaixo.

⁵⁶ Carta do diretor da vila de Outeiro, capitão Felipe Benício da Rocha, para o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Francisco de Souza Coutinho. Vila de Outeiro, 30 de abril de 1794. **APEP**, correspondências de diversos com o governo, cód. 506, doc sem número.

Quadro 2 - Diretores que receberam sesmarias no Baixo Amazonas, com exceção do diretor Antônio José Malcher.

Nome	Diretoria	Ano de atuação	Postos militares	Sesmarias
João da Gama Lobo	Santarém	1778-1780	Tenente da Infantaria Paga	Costa das Cueiras, rio Amazonas em 1786
		1784-1790	Capitão da vila de Santarém em 1784	
Antonio José Malcher	Monte Alegre	1776		Rio Acará concedidas em 1792
	Vila Franca	1780		
Mauricio José de Souza	Alenquer	1779		Vila de Óbidos concedidas em 1786
	Faro	1780		
	Boim	Janeiro de 1782		
	Pinhel	Abril de 1782		
João Pedro de Andrade	Alenquer	1789		Vila de Óbidos em 1804
José Cavalcante de Albuquerque	Vila Franca	1790	Capitão em 1799	Vila de Óbidos em 1801
				Vila Franca em 1805
Policarpo Antonio da Silva	Faro	1799		Lago Juruti concedidas em 1801
José Joaquim Pereira do Lago	Alter do Chão	1799	Capitão em 1801	Lago Ituqui concedia em 1804
				Lago Amupy concedia em 1810

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados AHU (Avulsos do Pará); APEP; ABAPP.

Neste tópico, mesmo dispondo de poucas fontes, tenho como objetivo analisar alguns diretores das vilas do Baixo Amazonas que se utilizaram da função de administradores para se estabelecerem como lavradores. Assim, compunham sujeitos importantes dentro da elite local das vilas do Baixo Amazonas em finais do século XVIII. É importante ressaltarmos que

optamos por nos debruçar sobre a trajetória desses administradores para entender a dinâmica e benefícios que se tinham ao ocupar tal cargo que era tido como basilar para o funcionamento das vilas.

De acordo com a lei do Diretório dos Índios (1757-1798), os diretores tinham como função a tutela dos indígenas em suas determinadas vilas e lugares, como foi exposto no capítulo anterior. De acordo com a dita lei, o diretor deveria ser “dotado de bons costumes, zelo, prudência, verdade, ciência da língua e de todos os mais requisitos necessários”. Assim, a responsabilidade dos diretores estava ligada a uma tutela sem violência contra os novos vassallos, ou seja, os indígenas. Além disso, o diretor possuía como função calcular e arrecadar os dízimos dos moradores, ajudar no controle e distribuição dos trabalhadores indígenas, remunerá-los e receber o pagamento dos moradores que se utilizavam do trabalho indígena. Para além disso, tinham que administrar as necessidades da povoação, como a construção de casas, câmaras e cadeias públicas. Assim, como fruto do seu trabalho, ganhariam em troca receber a sexta parte de gêneros não comestíveis que foram extraídos e cultivados pelos indígenas.⁵⁷

Para além de servirem como diretores de suas ditas povoações, parte desses sujeitos também estava envolvida em outras instituições, como nos serviços militares e camarários, além de muitos deles terem recebidos mercês e sesmarias. Na região do Baixo Amazonas, uma parcela dos administradores que passaram pela região já possuía títulos militares ou os adquiriram durante a sua atuação como diretor. De acordo com José Alves de Souza Júnior, militares portugueses que atuavam nos regimentos do Grão-Pará e Maranhão eram geralmente requisitados para ocuparem o cargo de Diretor, e quando havia falta de tais oficiais portugueses, eram nomeados os “filhos da terra”, ou seja, nascidos no Grão-Pará para ocupar a administração das povoações, apesar de não serem bem-vistos para atuarem no cargo.⁵⁸

Apesar da preferência por diretores militares portugueses, uma importante parcela de nascidos na conquista participou da administração das vilas no Baixo Amazonas, como Antonio José Malcher que foi diretor da vila de Monte Alegre e anos depois foi nomeado diretor de Vila Franca. Apesar de não ser oriundo da esfera militar, era casado com uma mulher abastada de Belém, além de que sua irmã era casada com um importante militar e que também foi diretor

⁵⁷ COELHO, Mauro; MELO, Vinicius. Nem heróis, nem vilões: o lugar dos diretores de povoações nas dinâmicas de transgressão à lei do Diretório dos Índios (1757-1798). *Revista de História*, [S. l.], n. 174, 2016. p. 101-129,

⁵⁸ SOUZA JUNIOR, *Tramas do Cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos. Um estudo sobre a Companhia de Jesus e a política pombalina*, p. 249.

de Santarém, João da Gama Lobo.⁵⁹ Mauricio José de Souza, sem vínculo militar, foi diretor de quatro vilas na região: Alenquer, Faro, Boim e Pinhel.⁶⁰ Estes são somente alguns exemplos de civis que ocuparam a administração das vilas.

Já referente a militares que ocuparam a administração das vilas, podemos nomear o tenente da infantaria paga João da Gama Lobo que foi diretor da vila de Santarém, de origem marroquina e do capitão da infantaria auxiliar Nuno Alves da Cunha,⁶¹ que foi diretor da vila e Faro e da vila de Monte Alegre, e o tenente Manuel Antonio da Costa Souto Maior, que foi diretor de Santarém. Havia uma preferência por militares na administração das vilas de Santarém e Óbidos, já que nestas vilas havia duas importantes fortificações; logo ao serem nomeados para administrar essas vilas eram também nomeados para serem comandantes de seus respectivos fortes que serviam como importantes mecanismos de defesa e entreposto comercial. Barbara Sommer assinala que além dos diretores-comandantes de Santarém e Óbidos, o mesmo acontecia com os diretores de Gurupá e Macapá que também eram designados responsáveis pelas fortificações destas vilas.⁶²

Desta forma, observou-se por meio da documentação analisada que alguns dos diretores que assumiram a função de administrar as vilas no Baixo Amazonas possuíam títulos militares. Porém, essa não era uma característica exclusiva da região compreendida entre o rio Tapajós e o rio Amazonas. De acordo com Vinicius Zúniga Melo, era uma característica bastante comum no Grão-Pará durante o período do Diretório, em que houve uma significativa quantidade de diretores que ocupavam as tropas militares em diferentes graus hierárquicos.⁶³ É importante ressaltar que aqui irei focar nos diretores que se estabeleceram como sesmeiros, apesar de que alguns dos que foram identificados como lavradores também ocupavam postos militares.

Pode-se afirmar que, ao se estabelecer na função de diretor, esses sujeitos usufruíam de benefícios econômicos e de status dentro da elite em que se firmavam. O controle que eles

⁵⁹ HARRIS, *Rebelião na Amazônia: cabanagem, raça e cultura popular no Norte do Brasil, 1798-1840*, p. 105.

⁶⁰ Relação da nomeação de diretores e patentes entre 1780 e 1794. *APEP*, cód. 368.

⁶¹ Relação da nomeação de diretores e patentes entre 1780 e 1794. *APEP*, cód. 368.

⁶² SOMMER, Barbara Ann. *Negotiated settlements: native Amazonians and Portuguese policy in Pará, Brazil, 1758-1798*. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Novo México, Albuquerque, 2000, p. 97.

⁶³ MELO, Vinicius Zuniga. *Os Diretores de Povoações: serviços e transgressões no Grão-Pará do Diretório dos Índios (1757-1798)*, Dissertação (Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Universidade Federal do Pará, Belém, 2016, p. 73.

tinham da mão de obra indígena, dos dízimos dos moradores e da povoação de um modo geral, facilitava o acesso aos diversos recursos que lhes traria capital econômico e social no interior de suas vilas. Barbara Sommer aponta que muitos diretores das vilas praticavam abusos e violências contra os moradores indígenas e brancos dentro de suas vilas, e que esses abusos eram a causa da falha do Diretório. Muitos desses relatos provinham de moradores indígenas, que eram tratados de forma violenta e eram utilizados ilegalmente para trabalho nas roças e plantações dos moradores e dos diretores.

O ato de cometer transgressões era uma atitude bastante comum durante o período do Diretório (1757-1798), como aponta Vinicius Zúniga Melo, quando afirma que a transgressão às leis do Diretório coexistia com os serviços à Coroa Portuguesa, e que tais atitudes dos diretores, por mais que fossem denunciadas e houvesse tentativas de combate de tais infrações pela Coroa, ainda assim eram constantemente praticadas por esses homens. Como afirma Melo, estas atitudes eram tidas como estratégicas para os seus interesses pessoais, porém, mesmo cometendo esses desvios e com diversas críticas dos moradores muitos ainda eram recompensados com mercês.⁶⁴ Os diretores que atuaram na região do Baixo Amazonas não fugiram à regra de cometer transgressões com o objetivo de ter ganhos pessoais. Para isso, buscaremos mostrar a trajetória desses diretores e suas atuações como proprietários de terras, além de suas estratégias para obter ganhos pessoais.

Um dos sujeitos que aparece constantemente em correspondências enquanto ocupava o cargo de comandante e no cargo de diretor de Santarém é o marroquino João da Gama Lobo, um homem provindo de uma família de migrantes de Mazagão exerceu alguns cargos importantes na esfera administrativa na região de Santarém. Tornou-se diretor em 1778 e comandante da Fortaleza do Tapajós, assim acumulando cargos públicos e privilégios que lhe facilitaram acumular bens, assim como propriedades de terra, tornando-se um produtor de cacau. Em sua viagem pela região do rio Amazonas, o porta-bandeira Francisco Barata descreve alguns cacauais comandados por importantes lavradores, e um deles é a o cacauai de João da Gama Lobo.

Depois de minha partida desta vila, e entrando pelo braço que faz comunicável as águas deste rio com as do Amazonas, saí neste quase às dez horas, e

⁶⁴ *Ibid.*, p. 6-7.

continuando por ele com vento favorável, cheguei ao cacau de João da Gama Lobo pelas nove horas da noite.⁶⁵

Esse notável comandante-diretor-lavrador foi irmão de uma importante figura de finais do período colonial, o antigo governador do rio Negro, Manuel da Gama Lobo, que nos anos de 1770 também foi governador da Praça de São José de Macapá, lugar em que a família dos irmãos aportou depois de sair de Mazagão.⁶⁶ Portanto, João da Gama Lobo provinha de uma família privilegiada com propósitos de assumir cargos militares e administrativos no Grão-Pará. A administração de Gama Lobo foi composta por ambiguidades, em que houve diversas denúncias movidas pela população, assim como relatos aprovando a sua atuação.

A primeira denúncia movida contra João da Gama Lobo é de Manuel Teixeira, morador e lavrador de cacau na vila de Santarém, já em 1778, primeiro ano em que João da Gama Lobo ocupou a administração da vila de Santarém. No ofício, o morador solicita proteção régia para a rainha D. Maria I. As acusações de Manuel Teixeira são de que João da Gama Lobo o agredira com coronhadas de bengala na casa de outro morador da vila, José Ferreira, por não ter lhe dado boa noite.⁶⁷ Em outro ofício de 1779, é solicitado pelo Conselho Ultramarino que se mande averiguar os excessos de violência e roubo cometidos pelos comandantes das vilas de Santarém, no rio Tapajós e da vila de Borba, no rio Madeira. Na carta consta que tanto moradores brancos, como indígenas e soldados eram violentados e atormentados pelo comandante-tenente João da Gama Lobo na vila de Santarém. O ofício não especifica quais violências foram praticadas, porém o Conselho pede ao governador que faça uma devassa contra o comandante, pois os indígenas deviam ser bem tratados, já que eram importantes para a “conservação do Estado”.⁶⁸

⁶⁵ BARATA, Diário da viagem que fez à colônia holandesa de Suriname o porta bandeira da sétima Companhia do regimento da cidade do Pará pelo sertão, p. 16.

⁶⁶ REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Lobo d’Almada: um estadista colonial**. Manaus: [s.n], 1940, p. 8.

⁶⁷ Requerimento de Manuel Teixeira para a rainha D.Maria, solicitando a proteção régia contra os vexames e injúrias praticadas contra si na vila de Santarém, onde é morador, no Estado do Pará, pelo comandante daquela vila, o tenente de Infantaria João da Gama Lobo. Vila de Santarém, 24 de julho de 1778. AHU, avulsos do Pará, cx. 80, doc. 6611.

⁶⁸ Consulta do Conselho Ultramarino para a rainha D. Maria, sobre os requerimentos apresentados pelos moradores, índios, brancos e soldados das vilas de Santarém do rio Tapajós e de Borba, solicitando que se mande averiguar os excessos e roubos de todos os comandantes que serviram e servem naquelas vilas. Lisboa, 15 de abril de 1779. AHU, avulsos do Pará, cx.82, doc.6754.

No final de 1780, o tenente João da Gama Lobo deixa a administração de Santarém para administrar a vila de Olivença no rio Solimões,⁶⁹ e seu lugar é ocupado pelo alferes da infantaria do regimento de Macapá, Joaquim Manoel da Maia de Melo.⁷⁰ A sua saída para administrar uma vila na capitania do Rio Negro pode estar atrelada às denúncias das violências contra os moradores da região; porém, no ano de 1785, ele retorna para o comando da vila de Santarém e provavelmente fica até a nomeação do tenente Pedro Miguel Aires, que assume como comandante e diretor da vila de Santarém em agosto de 1790.⁷¹

Não se tem documentação específica sobre a produção cacaueira de João da Gama Lobo, porém sabe-se que ele possuía sesmaria na vila de Monte Alegre, na boca do lago Catariary, no rio Amazonas, que fora concedida em 1786, com a justificativa de que tinha uma significativa quantidade de escravos e tinha como objetivo utilizá-los na lavoura.⁷² Segundo consta no mapa de família de 1778, possuía oito pessoas escravizadas, majoritariamente mulheres.

Em sua atuação como lavrador fora acusado pelo governador Dom Francisco de Souza Coutinho de empregar muitos trabalhadores indígenas para o serviço nas suas plantações e não lhes pagar devidamente os seus salários, razão pela qual pedia que o então diretor e comandante da vila de Santarém, o tenente Pedro Miguel Aires, fizesse uma relação com os valores que o capitão devia para os indígenas.⁷³ Já em outro ofício de um ano depois, Souza Coutinho solicita ao comandante de Santarém para aprontar quatro homens e cinco mulheres indígenas vindos das vilas de Santarém, vila Franca e Monte Alegre para o trabalho de três meses nos cacauais do capitão e pede ao comandante que obrigue o procurador do capitão que retorne os referidos

⁶⁹ Carta de João da Gama Lobo para o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, José de Nápoles de Telo e Menezes. Vila de Santarém, 6 de outubro de 1780. **APEP**, correspondências de diversos com o governo, código 344, doc. 9.

⁷⁰ Carta do diretor da vila de Santarém, Joaquim Manuel da Maia e Melo para o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, José de Nápoles de Telo e Menezes. Vila de Santarém, 4 de outubro de 1781. **APEP**, correspondências de diversos com o governo, código 344, doc. 14.

⁷¹ Relação da nomeação de diretores e patentes entre 1780 e 1794. **APEP**, código 368.

⁷² Requerimento do capitão de Infantaria Paga da cidade de Santa Maria de Belém do Pará, João da Gama Lobo, para a rainha D. Maria I, solicitando a confirmação da carta de e sesmaria no distrito da vila de Monte Alegre, na foz do lago Catavary-pava, no rio Amazonas. Pará, 13 de março de 1789. **AHU**, avulsos do Pará, cx. 98, doc. 7808.

⁷³ Carta de Francisco de Souza Coutinho, governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, para o tenente Pedro Miguel Aires, comandante-diretor da Vila de Santarém. Pará, 14 de março de 1791. **APEP**, correspondências do governo com diversos, código 466, doc.34

indígenas a suas povoações depois de terminado o serviço.⁷⁴ Apesar de, nesse período, João da Gama Lobo não estar mais na administração da vila, as acusações feitas por Francisco de Souza Coutinho estão relacionadas ao período em que o antigo diretor estava atuando na administração da vila, assim cometendo um grave transgressão, o que pode ter sido um dos motivos para a sua saída da diretoria de Santarém.

Uma prática comum entre os diretores, era o sequestro da produção dos comuns para benefício próprio, como fora acusado o diretor de Vila Franca, Antonio José Malcher nomeado em 1780.⁷⁵ Além de vila Franca, na década anterior, também administrara a vila de Monte Alegre. Apesar de ter administrado vilas localizadas no Baixo Amazonas, Antonio era dono de terras na região do rio Acará, que lhe foram concedidas em 1792.⁷⁶ De acordo com Mark Harris, Antonio José Malcher, enquanto diretor de vila Franca, se apropriou dos gêneros produzidos do comum, e vendeu os gêneros para o próprio enriquecimento, caso dos bens que foram apreendidos em um posto de fiscalização na vila de Gurupá.⁷⁷ Em carta para o diretor de Santarém, Pedro Miguel Aires, o governador Souza Coutinho exige que Malcher seja expulso, sem poder ir a qualquer outra vila da região, e que fosse diretamente para Belém para sofrer as consequências do seu “tráfico”.⁷⁸ De fato, Malcher foi expulso, porém conseguiu se estabelecer como sesmeiro no rio Acará, nas terras concedidas pelo mesmo que lhe expulsou do cargo de diretor, Francisco de Souza Coutinho.

O diretor de vila Franca de 1790 a 1793, José Cavalcante Albuquerque, recebeu sesmarias no rio Amazonas, mais especificamente na vila de Óbidos, em 1801 e em 1805, na região do Lago Grande. Ao ocupar o cargo de diretor de vila Franca em 1790, substituiu o então diretor Antonio José Malcher pelas transgressões cometidas em vila Franca. O governador Francisco de Souza Coutinho pontua sobre a responsabilidade de administrar vila Franca por

⁷⁴ Carta do governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Francisco de Souza Coutinho, para o comandante da Vila de Santarém. Pará, 10 de setembro de 1790. **APEP**, correspondências do governo com diversos, cód. 466, doc. 217.

⁷⁵ Relação da nomeação de diretores e patentes entre 1780 e 1794. **APEP**, códice 368.

⁷⁶ ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. Cartas de datas de sesmarias: uma leitura dos componentes mão-de-obra e sistema agroextrativista do vale do Tocantins colonial. Paper do Naea, Belém, n. 151. 2000, p.85.

⁷⁷ HARRIS, Mark. O Lobisomem entre Índios e Brancos: o Trabalho do Imaginário no Grão-Pará no final do século XVIII. **Revista IEB (Instituto de Estudos Brasileiros -USP)**, São Paulo, 47, setembro de 2008b. p. 38.

⁷⁸ Carta do governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Francisco de Souza Coutinho, para o diretor de Santarém, Pedro Miguel Aires. Pará, 9 de setembro de 1790. **APEP**, correspondências do governo com diversos, cód. 466, doc. 33.

ser “uma das mais populosas povoações deste Estado”.⁷⁹ De fato, vila Franca segundo consta no “*Mapa da população dos índios aldeados no primeiro de janeiro de 1792*” com uma população indígena de 531 homens e 624 mulheres, sendo assim a vila com o maior número habitantes do Baixo Amazonas, maior até mesmo que as principais vilas como Santarém, Óbidos e Monte Alegre, o que seria um grande desafio para o novo diretor.⁸⁰

José Cavalcante foi denunciado por alguns moradores da vila de Óbidos, que o acusaram em “demasiar-se em bebidas” e “livre demonstração de seu vício” e que sua conduta implicava no desinteresse, zelo e cuidado da povoação. A acusação dos moradores contra o diretor também estava ligada ao fato de que um dos motivos do diretor ir a vila Franca era para passar maior parte do tempo no cacau que estava plantando, e que também seu maior interesse em ir à vila que era de sua responsabilidade administrar seria para cuidar dos seus interesses. O dito “vício” de José Cavalcante de Albuquerque fez com que até mesmo os indígenas o chamassem de lobisomem por sua conduta em Vila Franca.⁸¹

O auto de justificativa do referido diretor é um tanto peculiar pelas acusações que vinha sofrendo, pois foi movido pelos moradores da vila de Óbidos, lugar onde viria a receber sesmarias. A transgressão cometida pelo diretor José Cavalcante estava ligada ao fato de ir para vila Franca para cuidar dos seus interesses pessoais, ou seja, cuidar da sua lavoura de cacau, e não para cuidar dos indígenas que estavam sob a sua tutela. De acordo com Mark Harris, José Cavalcante era obrigado a passar bastante tempo no seu cacau por conta das más relações que tinha com os moradores da vila e as acusações que vinha sofrendo, podendo assim não ter cometido tais acusações, já que boa parte das testemunhas o inocentaram das queixas que vinha sofrendo.⁸² Podemos aqui inferir que a acusação que vinha sofrendo poderia ter relação com a sua prosperidade com seu cacau, já que na acusação apontam o grande interesse na sua plantação, e também não podemos descartar que haveria uma possibilidade de não tutelar os indígenas como deveria, o que era uma prática bem recorrente entre os diretores.

⁷⁹ Carta do governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Francisco de Souza Coutinho, para José Cavalcante de Albuquerque, diretor de Vila Franca. Pará, 10 de setembro de 1790. **APEP**, correspondências do governo com diversos, cód. 466, doc.35.

⁸⁰ FERREIRA, J.A Pinto. Mappa geral da população dos índios aldeados em todas as povoações das capitâneas do Estado do Gram-Pará e S. Jozé do Rio Negro no primeiro de janeiro de 1792. In: **Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros**. Coimbra [s.n], 1964, p.281-286.

⁸¹ Auto de justificação de José Cavalcante de Albuquerque. Vila de Óbidos, 18 de março de 1793. **APEP**, correspondências de diversos com o governo, cód. 501, sem número.

⁸² HARRIS, Mark. O Lobisomem entre Índios e Brancos: o Trabalho do Imaginário no Grão-Pará no final do século XVIII. **Revista IEB (Instituto de Estudos Brasileiros -USP)**, São Paulo, 47, setembro de 2008b. p. 41.

As transgressões cometidas por esses dois diretores são apenas alguns exemplos das diversas acusações que houve durante o período do diretório no Grão-Pará. Como aponta Vinicius Zuniga de Melo, essas atitudes visavam o benefício próprio, como a mão de obra indígena para os serviços em seus cacauais e apropriação dos gêneros extrativos e agrícolas. Apesar de que era de direito deles receber a sexta parte da produção dessas atividades, a facilidade e a ambição de enriquecer fazia com que estas autoridades cometessem tais atos. O fim do diretório em 1799, instituído por Francisco de Souza Coutinho, segundo as suas justificativas, se deu por conta da “preguiça” dos indígenas e pela postura dos diretores que cometiam estas transgressões, e dos oficiais que atuavam junto com os diretores.

Conclusão

A elite proprietária no Baixo Amazonas estava intrinsecamente caracterizada por três elementos: sesmarias, cargos militares e cargos públicos. Essas mercês concedidas pela Coroa Portuguesa foram o fator principal para a diferenciação desses sujeitos para com o resto dos outros grupos, como brancos pobres, trabalhadores indígenas e negros escravizados. Ao ocuparem esses espaços de poder, esses indivíduos beneficiavam-se de tais cargos para negociar as suas vontades e nisso conseguir privilégios, sobretudo se apropriando do trabalho indígena para aumentar seus bens.

O poder desses sujeitos que ocupavam essas esferas de poder facilitava os benefícios sobre o comércio dos gêneros do sertão, e sobretudo com relação ao cacau, já que esta elite possuía lavouras para a produção deste gênero. Além disso, a contribuição econômica destes sujeitos foi deveras importante para a economia do Grão-Pará. Não é à toa que Dauril Alden afirmou ter havido um “corredor de cacau” entre Santarém e Óbidos, sendo os moradores responsáveis por uma significativa produção de cacau em finais do século XVIII. Apesar das escassas informações sobre a produção dos colonos, foi possível rastrear a produção de alguns desses sujeitos e ter alguma noção da sua produção de cacau e do cotidiano de suas plantações.

Com a implantação do Diretório dos Índios, uma parcela dos diretores também se tornou donos de plantações de cacau, o que facilitou a apoderamento de mão de obra indígena para o trabalho em seus cacauais, mesmo considerado uma grave transgressão por parte dos representantes da Coroa Portuguesa, pois ia contra os princípios do Diretório.

Capítulo 3 - “Ociosos e vadios jamais quero que estejam os índios desta povoação”. Trabalho indígena no Baixo Amazonas

Não se descuide de promover a cultura assim nas roças do comum como nas dos índios e em despedir para o sertão as canoas de negócio em tempo próprio, devendo v. mercê entender que eu jamais quero os índios ociosos e por esta causa deve em todo o tempo ter em que os empregue para utilidade deles, ou seja em fatura de canoas que não sendo necessárias para o serviço da povoação com utilidade dela se podem vender nesta tesouraria ou em pescarias, ou em quaisquer outros serviços a que estou certo os mesmo índios não hão de repugnar quando vejam prontos e avultados pagamentos em lugar de violentos e tiranos castigos, que só recebiam em prêmio dos seus trabalhos.¹

Em ofício datado de 27 de janeiro de 1790, o governador do Estado do Grão Pará e Rio Negro, Francisco de Souza Coutinho discorria em carta para o comandante da vila de Santarém sobre a importância de promover a cultura dos gêneros tanto nas roças como para as expedições em busca das drogas do sertão na região. Para além da sua preocupação com progresso da exploração dos gêneros do sertão, Souza Coutinho demonstrou receio com relação à principal mão de obra utilizada no Estado do Grão-Pará e Rio Negro: a indígena. A preocupação de Souza Coutinho estava associada à “ociosidade” da qual os indígenas não poderiam dispor, pois tal conduta iria contra o ideal civilizacional imposto pela política do Diretório dos Índios, além de que implicava no desenvolvimento econômico que a Metrópole tanto prezava, logo o governador destacava a necessidade de estarem sempre empregados nos serviços reais e particulares, além dos serviços para o seu próprio sustento.

A ociosidade da qual os indígenas eram acusados era uma retórica comum e que já fazia parte dos discursos das autoridades coloniais, dos particulares e dos religiosos que atuavam na região. Indo na contramão à retórica da preguiça, que acusava as populações indígenas, neste capítulo iremos mostrar a constante participação desses sujeitos na agricultura e na coleta das drogas do sertão, além do cotidiano do trabalho compulsório e do trabalho em suas roças. Ou seja, trata-se ir além da atuação das elites coloniais e expor a principal força de trabalho que atuou no Grão-Pará e, sobretudo, no Baixo Amazonas.

A opção por uma análise mais acentuada da contribuição do trabalho indígena no Baixo Amazonas, em detrimento do trabalho dos africanos escravizados que aportaram na

¹ Carta do governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Francisco de Souza Coutinho, para o comandante de Santarém. Pará, 27 de outubro de 1790. **APEP**, correspondências do governo com diversos, código 466, doc. 83.

região, não significa que a contribuição destes últimos não foi de grande relevância para a região, já que estes também foram empregados nas plantações de cacau e na pecuária. Segundo Daniel Barroso, estimativas indicam que mesmo com a dissolução da CGGPM em 1778, o número de cativos que entraram no Pará permaneceu significativo; entre 1751 e 1841, foram introduzidos mais de 40 mil de negros escravizados, sendo a maior parte deles provindos continente africano.²

Eurípedes Funes aponta que, além da região de Belém, as áreas do Baixo Tocantins e do Baixo Amazonas também se destacaram pela presença significativa de negros escravizados, especialmente no Baixo Amazonas, onde esse grupo foi empregado principalmente nos serviços da lavoura cacauceira, na agricultura de subsistência e na pecuária, o autor também ressalta que os negros foram introduzidos no serviço doméstico.³ Na segunda metade do século XIX, já no período imperial, devido a produção de cacau e borracha, o município de Santarém e Óbidos estavam entre os municípios com uma grande população escrava no Pará, e a maior do Baixo Amazonas.⁴

Na análise dos inventários post-mortem do século XIX para a região do Baixo Amazonas, observou-se que a maioria dos plantéis concentrava uma quantidade reduzida de escravizados, variando entre 1 e 10 indivíduos. Esse número representava 65,8% das propriedades na primeira metade do século XIX e 73,2% na segunda metade. Esse padrão reflete a realidade econômica da região, com proprietários de menor poder aquisitivo, vivendo em áreas periféricas como o Baixo Amazonas. O autor também destaca que, por meio da análise dos documentos, foi possível identificar as nações de origem de muitos desses africanos.⁵

No caso do Baixo Amazonas, muitos provinham da Guiné, conforme registrado nos casamentos do século XVIII. Posteriormente, predominou o registro de africanos originários da região congo-angolana. Contudo, logo depois, houve uma queda no número de africanos, refletindo a diminuição das importações. Funes ainda aponta que havia uma quantidade de

² BARROSO, Daniel Souza. **Coletando o cacau “bravo”, plantando o cacau “manso” e outros gêneros: um estudo sobre a estrutura da posse de cativos no Baixo Tocantins (Grão-Pará, 1810-1850)**. XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em São Pedro, 2014. P. 4

³ FUNES, Eurípedes Antônio. Relações de trabalho e resistência escrava no Baixo Amazonas - século XIX, *in*: ARENZ, Karl Heinz; LAURINDO JUNIOR, Luiz Carlos; GOIS, Diego Marinho de (Orgs.), **Baixo Amazonas: Histórias entre rios, várzea e terra firme**, São Paulo: Intermeios, 2022, p. 137.

⁴ LAURINDO JUNIOR, Luiz Carlos. “Propriedade imoral, mas garantida pela constituição do Império”: população, economia e tráfico de escravos no Baixo Amazonas(segunda metade do século XIX), *in*: ARENZ, Karl Heinz; LAURINDO JUNIOR, Luiz Carlos; GOIS, Diego Marinho de (Orgs.), **Baixo Amazonas: Histórias entre rios, várzea e terra firme**, São Paulo: Intermeios, 2022, p. 165.

⁵ FUNES, Relações de trabalho e resistência escrava no Baixo Amazonas - século XIX, p. 138.

2.938 negros escravizados presentes nos inventários post-mortem ao longo do século XIX, 1.223 tinham origens declaradas e 319 eram de origem africana.⁶

Apesar da importante relevância e presença dos negros africanos, nesta dissertação, iremos nos ater ao trabalho indígena e a sua contribuição, já que além de ser a principal mão de obra, há uma quantidade maior documentação disponível que também deve ser analisada.

Como já pontuamos nesta dissertação, o principal instrumento jurídico que predomina no período proposto por esta pesquisa é o Diretório dos Índios estabelecido no ano de 1757 e que durou até 1798, revogado pelo então governador Francisco Mauricio de Souza Coutinho com a instituição da Carta Régia de 1798, por conta das adversidades ocorridas durante o seu funcionamento. Dentre uma das justificativas apontadas pelo então governador para a sua extinção, estavam as transgressões cometidas pelos diretores das vilas.⁷

Neste dispositivo, encontravam-se regras que norteavam o processo de utilização do trabalho indígena nos mais diversos setores. Apesar da importância das diretrizes e do funcionamento do Diretório, iremos principalmente nos debruçar sobre duas atividades que se destacaram não só para a economia da região do Baixo Amazonas, mas para o Estado do Grão Pará e Rio Negro: a agricultura e as drogas do sertão.

Portanto, o objetivo deste capítulo é analisar como o trabalho indígena foi fundamental para a economia do Baixo Amazonas entre o final do século XVIII e o início do XIX. Para isso, vamos investigar o impacto da organização do trabalho indígena promovida pelo Diretório dos Índios, análise que nos permitirá compreender melhor o papel dos indígenas na dinâmica econômica da região.

3.1. O trabalho indígena sob a organização do “Diretório dos Índios” e a Carta Régia de 1798.

Neste item, iremos analisar a organização do trabalho indígena sob a política do Diretório dos Índios, com o objetivo de entender como foram estruturadas as atividades de coleta de drogas do sertão e de cultivo agrícola. A base econômica prevista pelo Diretório dependia essencialmente dessas duas atividades, utilizando a força de trabalho indígena como a principal mão de obra. Essa análise nos permitirá compreender melhor o impacto dessas

⁶ *Ibid.*, p. 139.

⁷ Para melhor entender a questão do fim do Diretório dos Índios e a promulgação da Carta Régia de 1798 instituída pelo governador Francisco Mauricio de Souza Coutinho ler os trabalhos de Patricia Melo Sampaio, Mauro Cezar Coelho entre outros

políticas nas dinâmicas econômicas da região do Baixo Amazonas e suas consequências para o trabalho indígena.

De acordo com Patrícia Melo, não havia como certificar a liberdade dos indígenas com a chamada “Lei de liberdades”, de 1755, sem conceder um plano que assegurasse a disponibilidade de mão de obra indígena para os particulares, já que a oferta de africanos escravizados para o trabalho estava em baixa e havia a dependência dos colonos do trabalho compulsório dos indígenas. Tal fato, segundo a historiadora, culminou para a demora de quase dois anos para a efetivação da “Lei de Liberdades”.⁸

Portanto, no ano de 1757, foi instituído o *Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão*, uma lei que faz parte de um conjunto de três instrumentos jurídicos: A Lei de Liberdades, de 6 de junho de 1755; a Lei de 7 de junho, do mesmo ano; e a Lei do Diretório dos Índios, de 1757. Mauro Cezar Coelho define o objetivo de cada uma respectivamente como:

A primeira lei concedia liberdade aos índios, tornando ilegal qualquer iniciativa com vistas a sua escravização. A segunda dava fim à autoridade temporal que os missionários gozavam em relação às populações indígenas e que os fazia administradores das aldeias e beneficiários de seus dividendos –, mas os mantinha como autoridades religiosas, nas mesmas aldeias que antes comandavam. Depostos os missionários, a lei estabelecia que as populações indígenas fossem administradas pelas próprias chefias – os Principais. A terceira lei regulava a liberdade e dispunha sobre a administração temporal e religiosa das populações indígenas em termos muito distantes do estabelecido pelas duas leis que lhe antecederam.⁹

Devido à crescente preocupação com os interesses dos colonos, que poderia comprometer a relação entre os moradores e a Coroa Portuguesa quanto ao interesse econômico de ambas as partes, o conhecido como “Diretório dos Índios” surgiu como uma extensão da Lei das Liberdades. Mauro Cezar Coelho afirma que a nova lei foi criada em resposta às demandas coloniais e tinha como objetivo cumprir não só os propósitos coloniais, mas também as demandas metropolitanas com o intuito de regulamentar e organizar o trabalho indígena.¹⁰

⁸ SAMPAIO, *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*, p. 137.

⁹ COELHO, Mauro Cezar. A construção de uma lei: O Diretório dos Índios. *Revista do Instituto. Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro. A. 168 (437), 2007, p.30.

¹⁰ COELHO, *Do Sertão para o Mar. Um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos Índios (1750-1798)*, p. 176.

No período anterior à instauração do Diretório, o padrão de repartição da mão de obra indígena estava dividido entre moradores, missionários e as atividades internas nas povoações. O advento da Lei do Diretório dos Índios, em 1757, como instrumento regulador da liberdade concedida aos indígenas tinha como objetivo reordenar a utilização da mão de obra indígena, que anteriormente era regida pelo Regimento das Missões (1686), que tinha o propósito de controlar o uso da força de trabalho indígena entre missionários, colonos, militares e funcionários da Coroa, sendo denominado como uma das leis indigenistas de maior duração do período colonial.¹¹

O Regimento das Missões se diferenciava por dispor mão de obra indígena para os missionários, além de deixar sob o comando deles os aldeamentos que continham os indígenas para os trabalhos. De acordo com Karl Arenz e Rafael Chamboleyron, a substituição do Regimento das Missões pelo Diretório dos Índios é caracterizada como a imposição de uma versão “laicizada” da lei anterior e com maiores especificidades, porém, com o mesmo objetivo de associar catequese e o trabalho. Entretanto, a lei de 1686 buscava o fortalecimento da instituição que controlava os aldeamentos, sem o propósito de colocar o indígena como um sujeito com direitos. Logo, os autores apontam que há uma mudança de foco, em que há a substituição de uma concepção filosófico-teológica que prevaleceu durante os séculos XVI e início do XVII, para uma concepção técnico-jurídica, característica da segunda metade do século XVIII.¹²

Portanto, a concepção técnico-jurídica reproduzida nas 95 ordenações que compunham o Diretório dos Índios tinha como objetivo principal “racionalizar” a regulação do trabalho indígena, que antes era regida pelos missionários e agora estava sob a tutela dos diretores. Ainda que por meio dessa lei um dos objetivos fosse o de transformar o indígena em colono, por meio de sua inserção no mundo colonial com sua participação ativa como colono e trabalhador assalariado, estes ainda estavam submetidos à tutela do diretor que tinha o papel de administrar e fiscalizar o trabalho indígena para os diversos serviços dos quais eram requisitados.

Com a retirada do poder temporal dos regulares sobre os indígenas, devido ao conflito de interesses entre colonos e a Coroa com os religiosos, foi estabelecido por meio do Diretório a repartição entre dois grupos: o “Real Serviço”, que atendia aos interesses da metrópole, os

¹¹ ARENZ, Karl Heinz; CHAMBOULEYRON, Rafael. Um compromisso frágil: A Companhia de Jesus e o Regimento das Missões no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1648-1688), **Dimensões**, n. 50, 2023, p. 110.

¹² *Ibid.*, p. 125.

“Serviços Particulares”, que correspondiam ao interesse dos colonos. O “Real Serviço” correspondia ao serviço público em prol da Coroa Portuguesa; de acordo com José Alves de Souza Júnior, os serviços reais não correspondiam somente aos serviços na construção de fortalezas e nas fábricas, mas também em outras atividades como o trabalho no Pesqueiro, arrecadação de dízimos, corte de madeiras, pescadores para as mais diversas autoridades coloniais, como diretores, oficiais das povoações e vigários, além de funções como prático da Barra.¹³

Além dessas atividades, as expedições científicas também faziam parte dos serviços reais, nos quais muitos indígenas do Baixo Amazonas eram arregimentados para compor os grupos que encabeçavam essas jornadas. Em Vila Franca, o diretor Antonio José Malcher relatou a passagem do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira pela região do Baixo Amazonas no ano de 1784. Na ocasião, foram concedidos doze indígenas em um primeiro momento, e logo depois foram mandados mais seis da vila de Óbidos, apesar de três deles terem desertado.¹⁴ A função destes indígenas poderia ser de remadores ou guias, já que muitos tinham um vasto conhecimento sobre os rios da região; em meio às expedições, muitos conseguiam fugir ou desertar, devido às constantes violências sofridas, ou pelo desejo de não participar das longas jornadas.

O Serviço dos Particulares, também chamado de serviço dos moradores consistia na arregimentação de indígenas para o trabalho em benefício dos colonos. Esse serviço envolvia muitas vezes o trabalho de indígenas nas viagens de coleta em busca das “drogas do sertão” em prol dos moradores, nas vezes em que estes não estavam trabalhando para si próprios, e no trabalho nas plantações dos moradores, não só de cacau, que era o mais importante produto para o comércio, mas também das plantações de algodão, tabaco, cana de açúcar e de outros gêneros. O Diretório estabeleceu que os moradores apresentassem “portarias” assinadas pelo governador do estado, para que fosse autorizada a concessão de indígenas em um período de até seis meses, além da obrigação do pagamento pelos serviços prestados que se definia pela terça parte, sendo o restante destinado para os cofres da povoação.¹⁵

¹³ SOUZA JUNIOR, *Tramas do Cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos. Um estudo sobre a Companhia de Jesus e a política pombalina*, p. 311.

¹⁴ Carta do diretor de Vila Franca, Antonio José Malcher. Vila Franca. 8 de março de 1785. *APEP*, correspondências de diversos com o governo, código 344, documento 20.

¹⁵ ALMEIDA, Rita Heloisa de. *O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997, p. 214.

Com relação ao comércio do sertão, as nomas definidas pelo Diretório para o trabalho tiveram como objetivo estabelecer um padrão de envio das canoas de coleta nas povoações indígenas e instituir regras para a atuação dos indígenas nas expedições de coletas e o pagamento pelo trabalho daqueles que participaram das viagens, além de ter como objetivo reduzir o contrabando e os trabalhos ilegais, que foram bastante presentes no período em que os missionários tinham controle sob a tutela dos indígenas.¹⁶

Os diretores ainda tinham como papel fiscalizar as canoas que aportavam nas povoações para verificar possíveis infrações do “cabo de canoa”, além de registrar os produtos vindo nas cargas no importante “livro do comércio” tanto na presença dos índios que participaram das jornadas ao sertão como na presença dos oficiais da câmara. Além das cargas que chegavam na povoação, o diretor tinha o papel de elaborar as guias com as informações dos gêneros coletados em cada povoação e mandar para o responsável pela “Tesouraria Geral do Comércio dos Índios”, ou seja, o tesoureiro responsável por conferir as cargas, avaliar o preço dos gêneros para a venda e a sua comercialização.¹⁷

De maneira mais detalhada, a Tesouraria Geral do Comércio dos Índios (TGCI) tinha como objetivo controlar e fiscalizar a produção indígena, no que dizia a respeito dos produtos que eram extraídos nas viagens ao sertão amazônico e dos produtos cultivados, além de arrecadar os dízimos dos indígenas. De acordo com Oziane Mota, a Tesouraria Geral dos Índios foi um dispositivo que surgiu como desdobramento da centralização e controle fiscal para o aprimoramento das finanças e ordenamento da economia no reinado de D. José. Assim, essa instituição tinha um importante papel que inclusive atuava acima da autoridade dos diretores das povoações, ou seja, estavam fora do controle administrativo dos diretores, tendo um administração própria.¹⁸

Nos artigos 55, 56 e 57 do Diretório dos Índios há especificações sobre as obrigações do Tesoureiro Geral dos Índios, cargo este que não deveria ser ocupado por uma pessoa indígena, pois apesar de terem se tornado cidadãos da Coroa Portuguesa, ainda eram vistos como sujeitos sem capacidade para lidar com tais negócios já que eram caracterizados pela sua “rusticidade”. De acordo com o artigo 58, o controle fiscal seria de obrigação do Tesoureiro

¹⁶ ROLLER, Expedições coloniais de coleta e a busca por oportunidades no sertão amazônico c. 1750-1800, p. 206–207.

¹⁷ ALMEIDA, **O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII**, p. 211.

¹⁸ MOTA, Oziane de Jesus de Lima. **Trabalho Indígena na Economia do Grão-Pará e Rio Negro (segunda metade do século XVIII)**, Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História., São Paulo, 2018, p. 66.

Geral do Comércio pela “notória incapacidade que têm [os indígenas] ainda agora de o administrarem ao seu arbítrio”; logo, o Tesoureiro estaria apto a receber dízimos e fazer o pagamento daqueles que estavam inseridos na coleta das “drogas do sertão”.¹⁹

Em relação aos missionários, estes não possuíam mais a tutela dos indígenas, porém ainda tinham um papel importante dentro dos antigos aldeamentos, já que o Diretório dos Índios fazia questão de manter a evangelização como um dos meios de civilização. De acordo com Rita Heloísa de Almeida, os missionários não foram completamente excluídos do sistema promulgado pelo Diretório, uma vez que, em várias das vilas e lugares criados nos anos 1750, ainda lhes cabia a função evangelizadora dos indígenas, representada pelos párocos.²⁰

Além dos serviços direcionados ao Estado e aos moradores, o Diretório também estabeleceu que indígenas produzissem alimentos tanto para a subsistência como para servir aos destacamentos militares, fomentando a agricultura e o trabalho, tido como um dos meios para a civilização planejada pela Coroa Portuguesa. O parágrafo 19 designou a distribuição de terras entre as populações indígenas descidas, para que pudessem produzir os seus “sustentos”, no caso, plantações e lavouras. Além disso, as unidades agrícolas comuns, as chamadas Roças do Comum tinham como objetivo a produção de gêneros, principalmente a produção de farinha, a qual deveria suprir as necessidades das tropas que compunham o exército e das expedições com destino ao sertão. Além da farinha, eram produzidos outros gêneros, como arroz e feijão, porém em sua maior parte a farinha de mandioca era o principal gênero produzido.

O fato de a legislação do Diretório dos Índios estabelecer um novo papel para os indígenas como agricultores evidencia o papel de transição da agricultura que ocupava um lugar mais evidente em que caberia como instrumento de valor para o progresso em que tiraria o indígena da “barbárie”. Agora a agricultura servia como um instrumento de civilização apoiado nas bases do Iluminismo e como uma estratégia para atender a demanda de fazer os povos indígenas produzirem recursos para a Metrópole.

Assim, o Diretório foi um importante instrumento legal que materializou a tutela dos indígenas de forma laica, além de ter como principal objetivo a organização do trabalho indígena. Essa legislação não somente tinha como meta o fomento da economia por meio da agricultura de exportação e da coleta das drogas do sertão, mas também tinha como objetivo

¹⁹ Directorio, que se deve observar nas povoaçoens dos indios do Pará, e Maranhão: em quanto Sua Magestade não mandar o contrario, *in*: ALMEIDA, Rita Heloísa de. **O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII**, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997, p. 24–25.

²⁰ ALMEIDA, **O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII**, p. 211.

viabilizar a imposição das ideias civilizatórias europeias e incorporar essas populações por meio dessas políticas.

Sampaio destaca um aspecto fundamental sobre como os conceitos de trabalho e civilização eram compreendidos na visão europeia sob influência do Iluminismo em meados do século XVIII: “Trabalho e civilização são conceitos complementares neste século XVIII, e o ócio, a vadiagem são tratados com o rigor de uma falta criminosa”.²¹ Esta afirmação reflete a preocupação das autoridades coloniais, sobretudo daqueles que ocupavam o cargo na governança; como foi exposto logo no início deste capítulo, a aflição do governador Souza Coutinho em relação ao combate à ociosidade e a promoção do trabalho em uma importante região econômica como a vila de Santarém não estava atrelada somente ao sucesso econômico, mas também ao fato de essas ideias estarem circulando entre os letrados do período, como Souza Coutinho.

Como defende Mauro Cezar Coelho, o trabalho seria o principal meio estabelecido pela Coroa Portuguesa como forma de transformar o indígena em uma peça útil para a Coroa Portuguesa. Por isso, um dos principais aspectos que se observa no chamado “Diretório dos Índios” está relacionado à organização da força de trabalho indígena que levaria ao seu desenvolvimento econômico.

Dessa forma, o historiador defende que a adoção dos costumes europeus tem um objetivo principal: a manutenção do Estado como forma de gerar riquezas. Coelho ainda aponta que o trabalho e o comércio foram condicionantes para o surgimento do Diretório, pois geravam recursos econômicos para o Estado Português. Do mesmo modo que o Diretório determinava a necessidade de haver mão de obra disponível para os moradores, havia a preocupação em estimular a distribuição de indígenas para as lavouras familiares, com objetivo da produção de gêneros para a subsistência e de excedentes, pois não teria como não pensar no comércio.

Dentre os procedimentos que se instaurou por meio do Diretório dos Índios, como forma de regulamentar e fiscalizar a mão de obra indígena disponível que seria destinada aos serviços, estavam as relações nominais contendo os nomes de indígenas de 13 a 60 anos capazes de serviço. Um exemplo que ilustra tal circunstância é o ofício do diretor da vila de Santarém Joaquim Manuel Maia e Mello, no ano de 1781, remetido para o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, José de Nápoles de Tello e Menezes; essa relação continha o nome de oficiais e de todos os indígenas capazes de serviço dos 13 aos 60 anos que residiam na vila de

²¹ SAMPAIO, *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*, p. 137.

Santarém.²² A relação foi organizada logo após tomar posse do cargo de diretor da dita vila, com a saída do antigo diretor João da Gama Lobo.

O diretor Joaquim Mello, que também ocupava o cargo de alferes e comandante da Fortaleza do Tapajós, dividiu os oficiais indígenas e os demais em cinco categorias. Em primeiro lugar a nobreza indígena em que tinha como cargo de Principal, Tiago da Fonseca, depois aqueles que trabalhavam para o serviço real, os que trabalhavam para os moradores, os que iriam para a canoa do negócio e por último os pescadores do vigário e do diretor.

Os oficiais indígenas que constam no topo da lista formulada pelo diretor compõem, além do Principal, o número de cinco capitães indígenas, um sargento e um alferes. Esses oficiais de origem indígena faziam parte de uma categoria privilegiada da comunidade indígena que surgiu com o advento do Diretório dos Índios. Pois, com a expulsão dos missionários, eles ficaram encarregados, juntamente com os vereadores, juizes ordinários e oficiais de justiça, de administrar as vilas e lugares.²³ De acordo com Rafael Ale Rocha, a função dos oficiais era de mediar as exigências dos colonos e das autoridades coloniais e as demandas dos demais indígenas, ou seja, dos trabalhadores indígenas e aqueles que viviam nas vilas e lugares. Assim, tinham um papel importante na negociação dos interesses de ambos os grupos.

Apesar da importância dos oficiais indígenas, o restante dos indígenas que não dispunha de cargos oficiais ocupa um extenso espaço nas relações nominais, como a que me referi acima; por seguinte, desempenhavam um importante papel nas plantações e na coleta das drogas do sertão; eram aqueles sem muitos privilégios e que provinham dos antigos aldeamentos administrados pelos missionários e que compunham a mão de obra do lugar.

Na relação organizada pelo diretor Joaquim Mello, podemos ter a dimensão da quantidade e de quem eram esses homens capazes de serviço que residiam em Santarém, já com seus nomes portugueses devido à política do Diretório, como João Pedro, Eugenio da Fonseca, Bernardo de Braga, Custódio de Santos e entre outros.²⁴

²² Relação dos oficiais e de todos os mais índios de 13 a 60 anos de idade capazes de serviço que existem nesta freguesia de Nossa Senhora da Conceição. Vila de Santarém. 4 de outubro de 1781. APEP, correspondências de diversos com o governo, cód. 344, documento 14.

²³ ROCHA, Rafael Ale. **Os oficiais índios na Amazônia pombalina: Sociedade, hierarquia e resistência (1751-1798)**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009, p. 22.

²⁴ Relação dos oficiais e de todos os mais índios de 13 a 60 anos de idade capazes de serviço que existem nesta freguesia de Nossa Senhora da Conceição. Vila de Santarém. 4 de outubro de 1781. APEP, correspondências de diversos com o governo, códice 344, documento 14.

A referida lista que contém o número de 68 indígenas arregimentados para os mais diversos serviços fazia parte do sistema de organização institucionalizado pelo Diretório dos Índios. De acordo com os artigos, 64, 65 e 66 demandava-se que se “matriculem índios capazes de trabalho” entre idades de 13 e 60 anos, sob a responsabilidade de seus respectivos diretores de remeterem listas todos os anos para o governador do Estado.²⁵ As listas nominiais, assim como outros mecanismos de fiscalização e regulamentação do trabalho indígena faziam parte de inúmeras especificações de como os diretores deveriam atuar para assegurar a “civilidade” e combater a “ociosidade” dos indígenas e transformá-los em vassallos da Coroa Portuguesa.

Como vimos, Mauro Cezar Coelho aponta que o Diretório dos Índios considerava o trabalho como o principal artifício de transformação do indígena o que certamente traria benesses para o Império português, diferentemente das políticas de incentivo aos casamentos interétnicos e a introdução da Língua Portuguesa como idioma obrigatório a ser falado, que sem dúvida possuíam uma importância política, porém não trariam um valor econômico para a Coroa Portuguesa.

A regulamentação do trabalho indígena como instrumento civilizatório receberia bem mais atenção pelo valor econômico no qual estava agregado, e que traria frutos para o desenvolvimento da colônia portuguesa.²⁶ O autor ainda ressalta que não era a primeira vez que o trabalho era utilizado como forma de disciplinar o indígena, pois quando estes estavam sob tutela dos missionários, o trabalho nas roças e na coleta das drogas do sertão também se fez presente como aparato pedagógico e de catequização dos indígenas.

Por meio do Diretório dos Índios, buscava-se regulamentar o uso da mão de obra indígena a fim de que todos os homens capazes de serviço estivessem empregados nos mais diversos trabalhos, como as viagens para o negócio das drogas do sertão, o trabalho nas roças do comum, os serviços reais e nos serviços particulares, com exceção da elite indígena formada pelo Principal e outros oficiais indígenas.

A instituição do Diretório dos Índios não só racionalizou o uso da mão de obra indígena, mas também instituiu instrumentos que racionalizam o comércio e as finanças da coleta. A racionalização da agricultura e do extrativismo foram pontos importantes durante a

²⁵ DIRECTORIO que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrário. In: ALMEIDA, Rita Heloísa de. **O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII**. Brasília: Universidade de Brasília, 1997, p. 27-28.

²⁶ COELHO, **Do Sertão para o Mar. Um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos Índios (1750-1798)**, p. 188.

implantação do Diretório dos Índios e que impactou significativamente a economia do Baixo Amazonas.

Com a promulgação da Carta Régia de 12 de maio de 1798, foi suspenso o funcionamento do Diretório dos Índios. Com isso, a tutela dos indígenas nas vilas e aldeias, que antes era exercida pelos diretores, foi extinta, e os indígenas passaram a estar legalmente livres das ordens desses administradores. Manuela Carneiro da Cunha, aponta que o período entre 1798 e a promulgação do *Regulamento acerca das Missões de Catequese e Civilização dos Índios* no ano de 1845 foi caracterizado por um “vácuo legal”, pois havia a ausência de uma legislação geral com vistas a administrar os indígenas.²⁷ No entanto, a autora afirma que mesmo com o fim do Diretório, em alguns lugares esta legislação ainda era utilizada de forma não oficial devido à falta de diretrizes para a tutela indígena. Ao mesmo tempo denomina esse período entre 1798 e 1845 como de “autogoverno” dos indígenas, porém esse sistema de autogoverno não se aplicava aos indígenas não aldeados que, segundo as instruções de D. Maria I, podiam ser contratados pelos particulares para servi-los com o propósito de “educar, instruir e pagar”, assim sendo concedido o privilégio de órfãos.²⁸

Maria Regina Celestino de Almeida também afirma que mesmo a extinção do Diretório dos Índios pela Carta Régia de 1798, não impediu que muitas das suas diretrizes continuassem funcionando ao longo do século XIX, que, segundo a historiadora, “foram mantidas e acentuadas, dando sequência às propostas lançadas por Pombal”.²⁹

Já Patrícia Melo mostra as nuances por meio de uma investigação detalhada da Carta Régia de 1798. Por meio da análise deste documento nos mostra uma preocupação com a disponibilidade de trabalhadores indígenas e aponta que houve uma preocupação com esta questão, da qual surgiu a organização dos Corpos de Milícias e, a partir deles, de um Corpo Efetivo de Índios. O Corpo Efetivo de Índios tinha como papel estabelecer trabalho para os indígenas apenas em um determinado período do ano, e a outra parte deveria permanecer nos seus distritos para se dedicarem aos “negócios de sua família”.³⁰

²⁷ CUNHA, Manuela Carneira da. Política indigenista no século XIX, *in*: CUNHA, Manuela Carneira da (Org.), **História dos índios no Brasil**, 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 138.

²⁸ *Ibid.*, p. 147.

²⁹ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os Índios na História do Brasil**, Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 141.

³⁰ SAMPAIO, Patrícia Melo. Fronteiras da liberdade. Tutela indígena no Diretório Pombalino e na Carta Régia de 1798, *in*: LIMA, Antonio Carlos de Souza (Org.), **Tutela: formação de Estado e tradições de gestão no Brasil**, 1. ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2014, p. 44.

Segundo a historiadora, os Corpos de Milícias eram formados com base em listas censitárias que incluíam todos os homens válidos do distrito, exceto aqueles que possuíam propriedades. Esses corpos eram controlados pelos Juízes e pelas Câmaras. Também conhecidos como “Corpos de Ligeiros”, eram requisitados para diversos serviços. A autora destaca que foram criados nove corpos, cada um composto por dez Companhias, sendo que a responsabilidade pela designação dos oficiais das Companhias cabia às Câmaras, que escolhiam entre os moradores brancos, “principais” e os oficiais indígenas das povoações. As reuniões dos corpos ocorriam semestralmente para avaliação, com o objetivo de identificar os que se recusavam a servir. Para os recalcitrantes, a pena era o recrutamento obrigatório no Corpo de Índios ou em outro serviço determinado pela autoridade. Além disso, aqueles que se opusessem de forma violenta ou desordeira eram excluídos das atividades e sujeitos a punições mais severas. A autora aponta que os indivíduos penalizados poderiam ser forçados a pagar pelos serviços não prestados, exceto em casos nos quais os trabalhos realizados gerassem compensações.³¹

Além de ser possível recrutar trabalhadores por meio das Câmaras, os moradores também podiam se dirigir aos seus distritos para contratá-los sendo recomendado não usar a violência e fazer alianças com os indígenas, além de ajustes nos contratos para que assim tenham o interesse de trabalhar.³²

Com relação aos indígenas não aldeados, a Carta Régia de 1798 concedeu-lhes o “privilégio de órfãos”, introduzindo assim a tutela particular e individual. Esse modelo era caracterizado pelo “descimento particular” e pelo “recrutamento direto das populações não aldeadas”. Outra característica importante era que o responsável pelo descimento deveria se dirigir à câmara local para registrar os nomes, etnias e idades dos indígenas que foram incluídos nesse processo, com o objetivo de utilizar seus serviços para fins particulares, conforme regulamentado pelos “Termos de Educação e Instrução”. Dessa forma, o responsável pela tutela tinha o compromisso de batizar e educar os indígenas sob sua responsabilidade enquanto estes prestassem serviços a ele, sendo obrigatório, ao final do período de trabalho, o pagamento dos salários devidos.³³

A análise de Patrícia Melo se opõe à visão de que a Carta Régia de 1798 não apresentou novas soluções e de que repetia as fórmulas passadas; a autora reconhece que, comparada ao

³¹ *Ibid.*

³² *Ibid.*

³³ *Ibid.*, p. 45.

Diretório dos Índios, houve uma extensão do estatuto tutela, porém de forma individual e particular.³⁴ A noção de comunidade estabelecida pelo Diretório dos Índios, da qual um grupo de pessoas poderia se dirigir aos Principais e utilizar os Bens do Comum das vilas, foi extinguida, assim percebe-se o aumento de poder das Câmaras locais, em que os indígenas aldeados não eram mais lidos como grupos separados, e sim como vassalos.³⁵ Com isso, a Carta Régia de 1798 acelerou o processo de individualização dos habitantes indígenas das vilas coloniais, enquanto, por outro lado, um grupo de indígenas não aldeados passou a ser submetido a um sistema de tutela e incorporado aos serviços demandados.

No tópico seguinte, examinaremos de maneira mais detalhada o desdobramento das políticas de regulamentação do trabalho indígena uma vez que esta política encontrou problemas em sua execução. Problemas que refletiam as dinâmicas da produção agrícola e de produção extrativista, principalmente com relação à distribuição de trabalhadores indígenas. Trata-se também de mostrar que não houve mudanças imediata nas diretrizes do Diretório, com sua abolição, em relação ao trabalho indígena. Além disso, abordaremos o desenvolvimento do cotidiano e a contribuição do trabalho indígena nessas duas atividades da lavoura e das drogas do sertão.

3.2. Trabalho indígena e agricultura

Em 1784, durante seu percurso pela região do Baixo Amazonas, o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira destacou a produção do *cacau manso* na vila de Óbidos. Como grande entusiasta de um projeto civilizador por meio da agricultura, Ferreira defendeu em seus escritos a importância da agricultura e do cultivo do cacau. Diferentemente de outros lugares do Grão-Pará, o naturalista afirmava que tanto na vila de Óbidos como na vila de Cametá, os moradores tiveram a percepção de investir na cultura do cacau devido à fertilidade de suas terras, que segundo ele, permitia ter plantações que equivaliam na qualidade e na quantidade daqueles que eram encontrados no sertão.³⁶

Esta mesma narrativa já estava presente no discurso do padre João Daniel, cronista da Companhia de Jesus, que viveu na Amazônia entre os anos de 1741 e 1757, décadas antes da

³⁴ *Ibid.*, p. 49.

³⁵ *Ibid.*

³⁶ FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro com a informação do estado presente**, disponível em: <http://www.filologia.org.br/pereira/textos/diario_do_rio_negro_1.pdf>. acesso em: 20 jun. 2024, p. 118.

vinda de Ferreira para a Amazônia, período em que atuou como missionário. O religioso afirmava em seus escritos sobre o solo fértil para promover plantações em torno do rio Amazonas, e que além de poder coletar os gêneros do sertão facilmente também poderia cultivar cacauais, cafezais, cravo, salsa, além de outros gêneros. Apesar da importância de outras espécies que poderiam se cultivar, o religioso destacou a importância do cacau, café, cravo e salsa para a exportação para o mercado europeu.³⁷

Ainda que a diferença de períodos separe essas duas obras, encontra-se nelas a defesa de um projeto de colonização civilizadora apoiado no fomento às práticas agrícolas tanto como uma forma de civilizar os indígenas, pois estimularia a ocupação da terra e o trabalho, mas também como uma forma de aumentar a produção para o mercado europeu, como o próprio João Daniel afirmava. Ainda com o notável lucro que se tinha com a coleta dos gêneros vindo dos sertões, tanto o padre João Daniel como o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira consideravam a atividade extrativista como sendo a razão pela qual a agricultura não se desenvolvia tanto. João Daniel criticava a larga quantidade de indígenas empregados para o trabalho na coleta das drogas do sertão e propunha que para o sucesso do povoamento da região seria necessário investir no cultivo da terra, ou seja, a agricultura.³⁸ Além disso, o religioso culpava a ganância dos moradores pelo investimento na coleta dos gêneros como um dos motivos para que a agricultura não se desenvolvesse.

Já Alexandre Rodrigues Ferreira, a mando da Coroa Portuguesa, tinha o objetivo de investigar a aplicação do Diretório dos Índios e o seu progresso nas vilas e lugares da região amazônica; a partir do seu conhecimento de caráter ilustrado, Ferreira considerava a agricultura como a principal fonte de “riqueza” e de “virtude” da sociedade. O discurso de Ferreira sobre a “decadência”, termo que ele utilizava para caracterizar o momento em que a agricultura no Grão-Pará se encontrava, estava ligado à falta de mão de obra indígena, à falta de instrumentos e máquinas agrícolas, à grande concentração de esforços para a coleta das drogas do sertão e, por último, à falta de conhecimento das práticas agrícolas.³⁹ A análise negativa de Ferreira partia principalmente da grande concentração de indígenas nos trabalhos de coleta, que, segundo ele, impedia o avanço da agricultura no Grão-Pará.

³⁷ DANIEL, João. **Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas**. Rio de Janeiro: Contraponto. Belém: Prefeitura Municipal de Belém, 2004 [1776], v. 2, p. 250

³⁸ *Ibid.*, p. 139.

³⁹ PATACA, Ermelinda Moutinho. Observações e experiências de Alexandre Rodrigues Ferreira sobre agricultura no Pará (1784). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 81, abr. 2022, p. 56.

Para além de analisarmos os problemas com a disponibilidade de trabalhadores indígenas no Baixo Amazonas, que como ilustrou tanto Alexandre Rodrigues Ferreira como o padre João Daniel eram um entrave para o desenvolvimento da agricultura, neste item iremos abordar o cotidiano e a contribuição indígena para o desenvolvimento da agricultura tanto nos serviços dos moradores como dos produtos agrícolas produzidos pelos indígenas por meio dos Mapas de Rendimento da Tesouraria Geral do Comércio dos Índios.

É importante lembrar que, no contexto de finais do século XVIII e princípios do século XIX, o Estado do Grão Pará e Rio Negro colhia os impactos das políticas econômicas implantadas pela Coroa portuguesa que tinham como objetivo promover o crescimento econômico da região. Sob o comando de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, a economia e a agricultura da Amazônia portuguesa passaram por diversas transformações entre 1751 e 1759. As medidas firmadas pelo governo português foram amplas, como a introdução de projetos para desenvolver as atividades agrícolas, por meio da produção por meio do cultivo em larga escala tendo como principal produto o cacau, transformação dos indígenas em colonos, trabalho indígena assalariado e a criação de latifúndios.⁴⁰

Nesse projeto agrário, segundo Maria de Nazaré Ângelo Menezes, houve mudanças significativas na forma de explorar o meio ambiente amazônico com a introdução de novas técnicas de produção, sem levar em conta as peculiaridades da Amazônia e seu ecossistema.⁴¹ Ou seja, técnicas de cultivo provindas da Europa e que promoveram o novo tipo de sistema agrário na região que tiveram como base a organização produtiva dos aldeamentos missionários, porém agregados à sabedoria milenar indígena sobre solo, florestas, rios e os gêneros que poderiam ser cultivados.

O arado de aiveca, segundo Angelo-Menezes, é um exemplo da introdução de instrumentos usados nas colheitas da Europa para serem utilizados no cultivo de gêneros na Amazônia, no caso para o cultivo do trigo no rio Xingu em 1710, com o intuito de produzir para a agricultura comercial.⁴² O naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira relatou outras ferramentas de origem europeia, utilizadas não só para agricultura comercial, mas também para

⁴⁰ SOUZA JUNIOR, *Tramas do Cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos. Um estudo sobre a Companhia de Jesus e a política pombalina*, p. 100.

⁴¹ ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. Sistema Agrário do Vale do Tocantins Colonial: agricultura para consumo e para exportação, *Revista Projeto História: Espaço e Cultura*, 1999, p. 238.

⁴² *Ibid.*

a agricultura de subsistência, como machados, martelos, foices, ferro de covas e facões durante a sua viagem pelas vilas.⁴³

A introdução de técnicas e ferramentas oriundas da Europa juntamente com o conhecimento indígena milenar, impulsionados pelo projeto agrícola e civilizacional formulado em meados do século XVIII, na visão de Francisco de Assis Costa, foi propício para a formação de um campesinato indígena em que por meio da miscigenação de indígenas e colonos promoveu a reprodução do conhecimento dos povos originários sobre o meio ambiente agregado aos valores europeus.⁴⁴ Logo, formaram-se famílias que possuíam condições de viver fora do sistema do Diretório, ou seja, poderiam produzir e viver dentro de um sistema de campesinato praticado pelo trabalho familiar.

É importante sinalizar que a política projetada pelo Diretório dos Índios, de acordo com Mauro Cezar Coelho, tinha como prioridade a atividade econômica da coleta das drogas do sertão, por ser uma atividade mais rentável, o que explicaria a larga quantidade de indígenas empregados neste serviço.⁴⁵ Isso não anulava a importância da agricultura, especialmente do cultivo do cacau voltado para o comércio, pois tanto a agricultura como o extrativismo seriam as bases econômicas daquela sociedade e que eram praticados juntamente.

O porta bandeira Francisco José Rodrigues Barata, em sua passagem pela vila de Monte Alegre, no ano de 1798, observou a presença de ambas as atividades pelos moradores de Monte Alegre, tanto a agricultura como a ida para os sertões em busca de produtos. Segundo Barata: “Tem alguns moradores brancos que se aplicam à agricultura do cacau, e outros à extração das drogas do sertão, salsa, cravo”.⁴⁶

Apesar de ambas as atividades serem praticadas e determinadas como base econômica da sociedade colonial, a economia extrativista ainda dominava a economia; um dos motivos seria a concentração de trabalhadores nesta atividade, pela predominância da rentabilidade da coleta das drogas do sertão, o que implicava na falta de mão de obra para o trabalho agrícola.

⁴³ FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro com a informação do estado presente**, disponível em: <http://www.filologia.org.br/pereira/textos/diario_do_rio_negro_1.pdf>. acesso em: 20 jun. 2024, p. 87.

⁴⁴ COSTA, Francisco de Assis. **Formação Rural Extrativista na Amazônia: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720- 1970)**, Belém: NAEA/UFPA, 2012, p. 56–57.

⁴⁵ COELHO, **Do Sertão para o Mar: Um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos Índios (1750-1798)**, p. 234.

⁴⁶ BARATA, **Diário da viagem que fez à colônia holandesa de Suriname o porta bandeira da sétima Companhia do regimento da cidade do Pará pelos sertão**, p. 28.

A documentação mostra algumas reclamações sobre a falta de trabalhadores nas plantações de cacau dos moradores, que necessitavam regularmente da mão de obra indígena. Um exemplo que ilustra tal situação é do morador Manuel de Jesus Piedade que manifestou a falta de auxílio que tinha para o trabalho na sua fazenda de cacau, por ter em sua posse somente um negro escravizado, sendo assim não tinha trabalhadores suficientes para o trabalho na sua fazenda; apesar de possuir uma extensa família formada principalmente por mulheres, ele reclamava da falta de apoio para o trabalho na sua fazenda.⁴⁷ O sucesso comercial do cacau era um motivo para que houvesse certa facilidade para que os particulares tivessem acesso à mão de obra indígena, porém a falta de trabalhadores indígenas nas fazendas de cacau ainda era notável.

A reclamação de Manuel Piedade e de outros moradores possuía uma justificativa, a lavoura do cacau requeria um número significativo de trabalhadores, pois exigia uma demanda maior devido ao plantio e à colheita. Além disso, a plantação do cacau chamava a atenção dos moradores que produziam já que o cacau cultivado também conhecido como “cacau manso” poderia ser produzido em duas colheitas no ano, a primeira conhecida como a colheita do “verão”, ou também chamada de colheita dos “macacos”, pois o gênero atraía a presença destes para o seu consumo nas épocas de janeiro e fevereiro, prosseguindo até o final de março ou de início de abril.⁴⁸ Apesar do benefício da colheita duas vezes ao ano, o cacau cultivado somente começava a produzir frutos e permitir a colheita a partir do quinto ano após o plantio.⁴⁹

O conflito de interesses para a disponibilidade de indígenas para o trabalho nas roças era evidente, e em alguns casos isso se dava devido à maior atenção dos diretores para a disponibilidade de indígenas para o comércio das drogas do sertão. O interesse dos diretores com a ida de indígenas para o sertão estava relacionado ao lucro que eles obteriam nas canoas do comércio. Tanto o diretor como o capitão-mor, pelo Diretório, tinham autorização para mandar quatro indígenas para a coleta das drogas do sertão, porém, com a oportunidade de maior lucro, eles enviavam um maior número de indígenas para o trabalho nos sertões, o que prejudicava e diminuía a mão de obra para o trabalho agrícola.

⁴⁷ Carta de Manuel de Jesus da Piedade para o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Francisco de Souza Coutinho. Vila de Óbidos. 13 de agosto de 1791. **APEP**, correspondências de diversos com o governo, códice 467, doc.8.

⁴⁸ ALDEN, **O Significado da Produção de Cacau na Região Amazônica**, p. 25.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 26.

Segundo Maria de Nazaré Ângelo-Menezes, mesmo com a redistribuição da mão de obra indígena entre as atividades agrícolas e extrativistas conforme estabelecido pelo Diretório, os diretores priorizavam o comércio das drogas do sertão, enquanto os “serviços reais” eram a prioridade da Coroa. Isso resultava na escassez de trabalhadores nas vilas e lugares para produtos de subsistência.⁵⁰

Certamente, o trabalho na lavoura de cacau e de outras plantações na região não teria sido possível sem o auxílio dos trabalhadores indígenas. Mark Harris argumenta que mesmo com o acesso limitado à mão de obra indígena, a família da fazenda que possuía status social e condições econômicas relativamente superiores tinha um maior acesso ao trabalho compulsório indígena, ao contrário da família camponesa que dependia dos familiares e das redes de parentesco para produzir.⁵¹

Apesar das reclamações de moradores com a falta de indígenas para o serviço em suas lavouras, as roças do comum e as próprias roças dos indígenas sofriam ainda mais com a falta de trabalhadores para se dedicarem ao cultivo. Em carta, o diretor da vila de Pinhel, Belchior Henrique de Weinholtz, relatou sobre a falta de indígenas na vila e argumentava que tal situação ocorria devido à maioria deles estarem empregados no Real Serviço e no serviço dos moradores que requeriam o trabalho dos indígenas por meio das portarias.⁵²

Os indígenas estabelecidos no Baixo Amazonas, não eram somente aptos para o trabalho dos moradores que moravam nos arredores; em muitos casos, estes iam para outras vilas distantes para prestar serviço aos colonos, como as dez mulheres indígenas de Santarém que foram fazer a colheita do arroz para os moradores da vila de Mazagão entre maio até dezembro de 1780.⁵³ Em 1781, o diretor de Santarém Joaquim Manuel de Maia e Mello sinaliza o envio de mais indígenas para a mesma área, as mulheres para o serviço de Mazagão e homens

⁵⁰ ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. Aspectos Conceituais do Sistema Agrário do Vale do Tocantins., **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 17, n. 1, p. 91–122, 2000, p. 110.

⁵¹ HARRIS, **Rebelião na Amazônia: cabanagem, raça e cultura popular no Norte do Brasil, 1798-1840**, p. 101.

⁵² Carta do diretor da vila de Pinhel, Belchior Henrique de Weinholtz para o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Francisco de Souza Coutinho. Vila de Pinhel, 25 de agosto de 1790. **APEP**, correspondências de diversos com o governo, código 465, doc. 17

⁵³ Relação das índias da vila de Santarém que vieram para a colheita do arroz dos moradores da vila de Mazagão em 26 de maio até dezembro e não pagas até 28 de dezembro de 1780. Vila de Santarém. **APEP**, correspondências de diversos com o governo, código 344, doc.sn.

para o serviço de Macapá.⁵⁴ Em outra carta do diretor correspondente ao mesmo ano, sinaliza a ordem de João Pereira Caldas para remeter cem homens com seus mantimentos e dois botes para o Mato Grosso.⁵⁵

Além de serem empregados nas plantações de cacau, muitos indígenas também eram empregados nos serviços de pesca para diretores, principais e oficiais da região, um dos motivos também pelos quais faltava mão de obra para o trabalho nas roças do comum e nas roças particulares dos indígenas, o que prejudicava a produção de subsistência para a população indígena.

Um dos motivos de Belchior Henrique culpar a falta de trabalhadores por estarem empregados no serviço real e no serviço particular pode estar atrelado também ao fato de que esses dois serviços não trariam um lucro direto para o diretor, tendo em vista que os administradores ganhariam sobre o que era coletado, além das constantes práticas de transgressão, por meio das quais os diretores se apossavam dos produtos extraídos do sertão.

Na vila de Santarém, a escassez de trabalhadores indígenas para o cultivo para os gêneros de subsistência se fazia presente. O diretor João da Gama Lobo, em carta, explicava a demora para a ida aos negócios do sertão sob o comando do cabo Raimundo Sanches. Tal situação decorria das constantes reclamações de indígenas que diziam estar há doze anos sem cuidar de suas roças particulares para o sustento de suas mulheres e filhos; com isso o diretor concedeu três semanas de licença para os indígenas condutores da canoa trabalharem em suas roças, motivo pelo qual a canoa do comércio não poderia partir brevemente.⁵⁶

Por outro lado, o cultivo do cacau pelos indígenas se fazia presente mesmo com as constantes reclamações de não conseguirem produzir em suas roças. No cacaual do comércio de Óbidos foi registrado a quantidade de pés de cacau pelo escrivão João Felix Marinho, de dois indígenas, Simas que possuía setecentos e trinta e seis pés frutíferos e João Lourenço que

⁵⁴ Carta do diretor da Vila de Santarém, Joaquim Manuel de Maia e Mello para o governador do Estado do Grão-Pará, José de Napoles Tello de Menezes. Vila de Santarém, 13 de junho de 1781. **APEP**, correspondências de diversos com o governo, código 344, doc. 12.

⁵⁵ Carta do diretor da Vila de Santarém, Joaquim Manuel de Maia e Mello para o governador do Estado do Grão-Pará, José de Napoles Tello de Menezes. Vila de Santarém, 17 de junho de 1781. **APEP**, correspondências de diversos com o governo, código 344, doc.13.

⁵⁶ Carta do diretor da Vila de Santarém, João da Gama Lobo para o governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Martinho de Souza e Albuquerque. Vila de Santarém, 31 de julho de 1785. **APEP**, correspondências de diversos com o governo, código 344, doc. 25

possuía trezentos e quatro pés de cacau quase todos frutíferos e novecentos e quarenta seis ainda infrutíferos.⁵⁷

Para entender melhor a distribuição de trabalhadores indígenas nos serviços e entender a razão pela qual muitos particulares acusavam o excessivo emprego de indígenas nos serviços reais analisaremos o *Mappa Geral da População dos Índios Aldeados em todas as povoações das Capitanias do Gram Pará e S. Jozé do Rio Negro no primeiro de Janeiro de 1792*, em que consta informações sobre o emprego de indígenas nos serviços reais e nos serviços particulares. A escolha por comparar a distribuição de indígenas nesses dois serviços está relacionado à alta demanda que se tinha desses sujeitos para os serviços nas obras públicas e às reclamações da falta de indígenas para os serviços particulares.

A tabela abaixo corresponde à distribuição de indígenas para os serviços reais e para o serviço dos particulares nas vilas do Baixo Amazonas foco de análise dessa pesquisa.

Tabela 2 - Relação de homens indígenas empregados nos serviços reais e nos serviços particulares em janeiro de 1792.

Vilas	Índios nos serviços reais	Índios nos serviços particulares	Total de índios nas vilas
Alenquer	4	6	141
Monte Alegre	15	23	507
Óbidos	7	10	183
Alter do Chão	22	14	207
Boim	9	0	179
Franca	42	20	531
Pinhel	10	11	138
Santarém	50	31	398
Faro	2	20	173

Fonte: FERREIRA, J.A Pinto. Mappa geral da população dos índios aldeados em todas as povoações das capitanias do Estado do Gram-Pará e S. Jozé do Rio Negro no primeiro de janeiro de 1792. In: Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros. Coimbra [s.n], 1964, p.281-286.

⁵⁷ Requerimento despacho supra no restabelecimento dos indios desta vila desde o tempo que o suplicante é diretor tendo visto e contado todos os pés de cacau e casas que eles possuem acompanhado das testemunhas Manoel Joaquim Libório Riberio de São Bento esta diz Thomé Ferreira. Vila de Santarém, 28 de junho de 1796. APEP, correspondências de diversos com o governo, código 539, doc. Sn.

Apesar de conter informações correspondentes apenas a um breve período, é possível observar, no mapa geral de janeiro de 1792, que a arregimentação de indígenas para o serviço dos particulares chegou a ser superior em algumas vilas da região, como Alenquer, Monte Alegre, Óbidos, Faro e Pinhel. Já nas vilas de Alter do Chão, Boim, Franca e Santarém houve uma maior distribuição de indígenas para o Real Serviço do que para o serviço particular. A maior quantidade de indígenas arregimentados para o serviço público nessas vilas estava relacionada principalmente às demandas para trabalhos na vila de Mazagão e para a capitania do Mato Grosso. De acordo com Oziane Mota, o Baixo Amazonas era um ponto estratégico e um dos principais redutos para a arregimentação e distribuição de indígenas para os mais variados trabalhos do Real Serviço.⁵⁸

Mesmo com as constantes reclamações dos moradores brancos da falta de indígenas para os seus serviços e até mesmo um número maior de indígenas no serviço real, ainda assim havia a presença e uma quantidade significativa de indígenas disponíveis para os moradores.

Em um caso relacionado à promulgação da Carta Régia de 1798, no contexto em que os particulares requisitavam trabalhadores às câmaras locais ou podiam negociar diretamente com os indígenas, ainda havia uma grande demanda para o trabalho nas plantações de cacau; em 1802, por exemplo, o juiz ordinário de Vila Franca, Alfonso de Souza, em carta solicitou que duas mulheres indígenas que estavam empregadas nos serviços do morador Narciso Ignácio fossem mandadas de volta para a vila para se destinarem aos serviços do cacau real de vila Franca a mando do administrador do cacau.⁵⁹ A solicitação para a volta dessas duas mulheres poderia estar relacionada ao longo tempo da ausência dos indígenas, uma vez que, em muitos casos moradores ultrapassavam o período estipulado, fazendo com que a autoridade local, que já não era mais o diretor, tomasse medidas para que pudesse ter os trabalhadores aptos a outros serviços. Essa situação remete a ocorrências no Diretório dos Índios, em que os diretores requisitavam novamente os indígenas após estes cumprirem um período de trabalho superior ao inicialmente previsto.

Em alguns casos, recomendavam-se mulheres e rapazes para o serviço nos cacauais, principalmente para as lavouras que estavam no começo do cultivo. No relato do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, indica-se que, para plantar cacauais em terras férteis, nos

⁵⁸ MOTA, Oziane de Jesus de Lima. **Trabalho indígena na economia do Grão-Pará e Rio Negro (segunda metade do século XVIII)**. 2018. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018, p.47.

⁵⁹ Ofício do juiz ordinário de Vila Franca, Alfonso de Souza para a cidade do Pará. Vila Franca, 25 de janeiro de 1802. **APEP**, correspondências de diversos com o governo, código 597 doc. 12.

primeiros anos de cultivo “poderiam ocupar as índias e rapazes, por ser o respectivo trabalho fácil àquele sexo e idade”.⁶⁰ O naturalista ainda defende que se estivessem empregados mais indígenas para o serviço da colheita do que a ida aos sertões, que custaria muitos gastos, tempo e perigos de vida, haveria maior opulência do cacau. O fato de grande parte dos homens estarem empregados nas viagens para coleta das drogas do sertão influenciava o emprego de mulheres e rapazes nos serviços da colheita, tendo em vista que estes concentravam-se no trabalho de coleta, o que pode configurar uma das justificativas para se empregarem mulheres nos cacauais.

O trabalho das mulheres indígenas na agricultura era bem requisitado por moradores e pelas autoridades. Segundo Barbara Sommer, de acordo com a divisão do trabalho entre homens e mulheres indígenas, o trabalho agrícola era destinado às mulheres, não somente pela alta demanda de homens que iam para os sertões ou para outros tipos de trabalho, mas pela própria divisão de trabalho estabelecida pelos indígenas; logo cabia às mulheres o trabalho nas roças do comum, em que se produzia principalmente farinha para o consumo das tropas e daqueles que iam para os serviços da Coroa, além das roças particulares em que produzia alimentos para a sua própria subsistência. Nas plantações de cacau elas estavam encarregadas de abrir as vagens e secar as sementes que iriam ser destinadas para a exportação.

Novamente recorremos ao mapa de janeiro de 1792 para nos auxiliar a entender o emprego de mulheres indígenas nos serviços particulares. Diferentemente do número de homens indígenas empregados nos Real Serviço, observou-se a ausência de mulheres no serviço real, podendo este ser definido como um trabalho para o gênero masculino; já em relação ao serviço particular notou-se uma quantidade menor de mulheres na maior parte das vilas do Baixo Amazonas, com exceção das vilas de Alter do Chão e Santarém que tinham uma quantidade notória de mulheres no serviço particular, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 3 – Relação de mulheres indígenas empregadas no serviço real e nos serviços particulares nas Vilas do Baixo Amazonas em janeiro de 1792.

Vilas	Índias no serviço real	Índias nos serviços particulares	Total de índias nas vilas
Alenquer	0	11	179
Monte Alegre	0	0	558

⁶⁰ FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro com a informação do estado presente*, p. 119.

Óbidos	0	7	260
Alter do Chão	0	48	227
Boim	0	0	238
Franca	0	2	624
Pinhel	0	0	146
Santarém	0	86	431
Faro	0	0	171

Fonte: FERREIRA, J.A Pinto. Mappa geral da população dos índios aldeados em todas as povoações das capitânicas do Estado do Gram-Pará e S. Jozé do Rio Negro no primeiro de janeiro de 1792. In: **Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros**. Coimbra [s.n], 1964, p.281-286.

Esta grande quantidade de trabalhadoras indígenas em Santarém e em Alter do Chão, nos mostra que estas duas vilas eram locais estratégicos para a arregimentação de mulheres para os serviços particulares, sendo um número bem maior do que o de homens arregimentados nestas vilas para o serviço particular na tabela anterior. A solicitação de mulheres indígenas para o serviço agrícola provindas de Santarém para outros lugares do Grão-Pará também se fez presente em ofício do diretor de Santarém Joaquim Manuel de Maia e Melo, quando sinalizou que 50 mulheres foram mandadas para cumprir serviços em Mazagão para o cultivo do arrozal.⁶¹

Além do cultivo do cacau, essas mulheres tinham um papel importante cultivo do arroz tanto para as roças dos moradores, como para as roças indígenas, pois este produto era utilizado tanto para o uso local como para a exportação. O diretor da vila de Santarém, João da Gama Lobo, além de mandar os indígenas cultivarem as roças do comum com a mandioca para a produção de farinha também incentivava a plantação de arrozais na região.⁶² O mesmo foi visto na vila de Monte Alegre pelo diretor Antonio Malcher que cumpria suas obrigações ao plantar roças e arrozais em sua administração na dita vila.⁶³ Na vila de Pinhel no ano de 1794 foram

⁶¹ Carta do diretor da vila de Santarém, Joaquim Manuel de Maia e Mello para o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, José de Napolés de Tello de Menezes. Vila de Santarém, 13 de junho de 1781. **APEP**, correspondências de diversos com o governo, código 344, documento 12.

⁶² Ofício do cabo de canoa Bernardo Fernandes Brazão para o Pará. Vila de Santarém 20 de outubro de 1780. **APEP**, correspondências de diversos com o governo, código 344, sem número.

⁶³ Ofício do cabo de canoa José de Oliveira Cunha sobre as ações do diretor Antonio Malcher. Vila de Monte Alegre, 8 de setembro de 1780. **APEP**, correspondências de diversos com o governo, código 354, doc. 71.

remetidos para Tesouraria Geral dos Índios 85 alqueires de arroz.⁶⁴ Nesse mesmo ano, porém na vila Boim foram listadas 22 mulheres interessadas na colheita do arroz.⁶⁵

As mulheres indígenas do Baixo Amazonas também trabalhavam como fiandeiras. De acordo com o diretor de Alenquer, João Pedro de Andrade, elas produziam panos de algodão e anualmente vendiam uma quantidade de 30 rolos de pano por um preço baixo. O diretor destacava que por não poderem ocupar os serviços de campo, no caso, as viagens para a coleta das drogas do sertão, as filhas dos principais e dos oficiais também poderiam ocupar função de fiandeiras e não estariam mais praticando o “ócio” e participariam da produção de panos da vila.⁶⁶

Nem só na produção de panos as mulheres indígenas estavam empregadas, já que também estavam presentes na colheita do algodão; de acordo com a lista feita pelo diretor Manoel Filipe Andrade de Figueiredo, 23 mulheres foram empregadas no serviço do algodão e do arroz na vila de Pinhel juntamente com 20 homens que também foram escalados para esse trabalho.⁶⁷ Na guia enviada para a Tesouraria Geral dos Índios constam 98 arrobas e 12 libras de algodão que foram colhidas na mesma vila no ano de 1794

Por meio do *Mappa das contas da tesouraria do comércio das povoações de índios*, que fornece dados sobre a produção econômica das povoações indígenas, realizaremos uma análise da produção agrícola desses grupos nos anos de 1780, 1781, 1788 e 1792. Esses mapas serão utilizados para ilustrar a produção agrícola nas vilas do Baixo Amazonas durante esses períodos, além de permitir uma comparação com outras regiões do interior da capitania do Pará e da capitania do Rio Negro.

É importante destacar que as informações contidas nesses mapas se referem exclusivamente à produção indígena, não incluindo os rendimentos de proprietários particulares ou das vilas de brancos. Essa análise nos permitirá entender melhor o papel dos indígenas na economia da época, além das dinâmicas comerciais entre as diferentes povoações.

⁶⁴ Relação dos feitos que vão remetido para a Tesouraria Geral dos Índios da vila de Pinhel. Vila de Pinhel, 22 de outubro de 1794. **APEP**, correspondências de diversos com o governo, código 507, doc. 2.

⁶⁵ Relação de índias interessadas na roça do arrozal neste ano de 1794. Vila de Boim, 20 de outubro de 1794. **APEP**, correspondências de diversos com o governo, código 507, doc. 58.

⁶⁶ Carta do diretor da Vila de Alenquer, João Pedro de Andrade para o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Francisco de Souza Coutinho. Vila de Alenquer, 10 de outubro de 1791. **APEP**, correspondências de diversos com o governo, código 465, doc. 107.

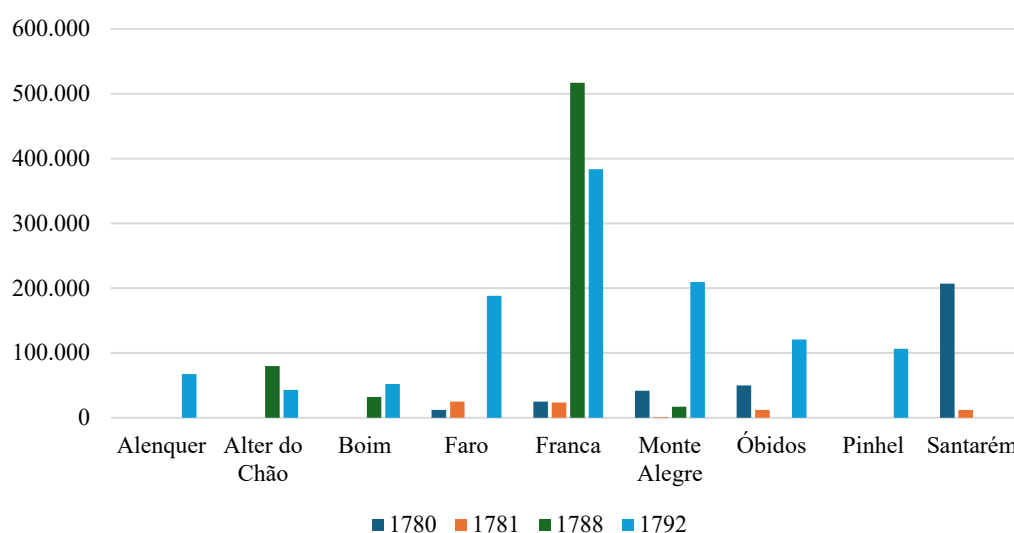
⁶⁷ Relação de índios e índias interessados na colheita do arroz e algodão na vila de Pinhel. Vila de Pinhel, 2 de março de 1794. **APEP**, correspondências de diversos com o governo, código 506, doc. 26.

O foco principal será a produção agrícola na região do Baixo Amazonas durante os anos em questão, oferecendo uma visão ampla do que foi produzido por estes trabalhadores, com o intuito de compreender a importância que esta região possuía nos rendimentos agrícolas do Estado do Grão-Pará e Rio Negro.

No Gráfico 1, constam os rendimentos agrícolas das vilas de Alenquer, Alter do Chão, Boim, Faro, Franca, Monte Alegre, Óbidos, Pinhel e Santarém nos ditos anos já citados. Observa-se que entre essas vilas a que mais se destacou na produção agrícola foi Vila Franca, a qual teve uma grande produção no ano de 1788 e 1792, que corresponde respectivamente ao valor de 517.120 e 383.607 réis. A Vila de Monte Alegre também se destacou no rendimento da agricultura, sendo a sua maior produção no ano de 1792 com um rendimento de 209.400 réis. Observou-se que tanto a Vila de Monte Alegre como Vila Franca tiveram rendimento em todos os anos da documentação citada, diferentemente das outras vilas que não tiveram rendimento em alguns dos anos citados.

A vila de Santarém teve sua maior produção na área agrícola no ano de 1780 e, apesar da significativa produção nesse ano, durante os anos de 1788 e 1792 não houve registro de rendimento nessa área. A Vila de Óbidos também teve uma produção importante no ano de 1792, sendo o único ano que não foi registrado rendimento em 1788. As vilas de Alenquer e Pinhel registraram rendimento na produção agrícola somente no ano de 1792, nos anteriores não se observou rendimento.

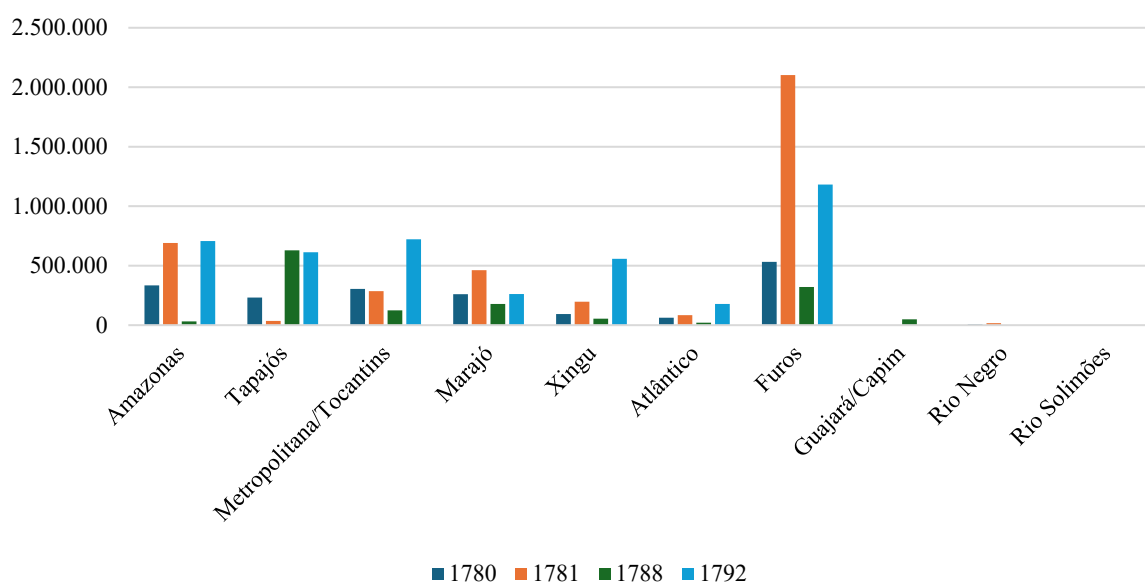
Gráfico 1 – Rendimento da agricultura das vilas do Baixo Amazonas (1780, 1781, 1788 e 1792, em réis)



Fonte: AHU, caixa 81, documento 6648; AHU, caixa 88, documento 7212, AHU, caixa 98, documento 7790; AHU, caixa 104, documento 8205.

No Gráfico 2, podemos compreender de forma mais geral o lugar que a produção agrícola das povoações indígenas e sobretudo da produção agrícola dos indígenas do Baixo Amazonas ocupava. É importante mencionar que esta divisão de regiões foi baseada na relação feita por Heather Roller que contém informações específicas como os nomes das vilas e lugares e a região dos rios que estavam localizadas.⁶⁸ Outro ponto importante a ser destacado é que as vilas analisadas nesta pesquisa pertencem a duas regiões distintas: a região do Amazonas, que inclui as vilas de Alenquer, Faro, Monte Alegre e Óbidos, e a região do Tapajós, que abrange as vilas de Alter do Chão, Boim, Pinhel, Santarém e Franca. No entanto, as informações apresentadas no gráfico abaixo sobre o rendimento agrícola da região do rio Amazonas incluem não apenas as vilas mencionadas, mas também outras que fazem parte dessa região, como Almeirim, Arraiolos, Esposende, Fragoso, Gurupá e Santana do Cajari. Iremos nos ater a este detalhe na análise do gráfico.

Gráfico 2 - Rendimento da agricultura dividido por regiões do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, 1780, 1781, 1788 e 1792 (em réis).



Fonte: AHU, caixa 81, documento 6648; AHU, caixa 88, documento 7212, AHU, caixa 98, documento 7790; AHU, caixa 104, documento 8205.

⁶⁸ ROLLER, Heather Flynn. **Amazonian Routes. Indigenous Mobility and Colonial Communities in Northern Brazil**, Palo Alto: Stanford University Press, 2014, p. 213–216.

O gráfico acima retrata o rendimento agrícola das regiões às quais pertenciam as povoações de indígenas; percebe-se que a região que mais se destacou na produção agrícola foi a região dos Furos, principalmente no ano de 1781 com um total de 2.102.603 réis, da qual fazem parte as localidades de Melgaço, Oeiras e Portel. A vila de Portel se destacou no rendimento agrícola com um resultado de 1.717.242 réis, sendo assim o maior rendimento entre todas as povoações de indígenas nos anos analisados. As regiões do Amazonas e do Tapajós tiveram uma contribuição importante quando comparadas às outras regiões da capitania do Pará e da capitania do Rio Negro. O Amazonas teve seu maior rendimento no ano de 1792 com um total de 707.654 réis e o Tapajós no ano de 1788 com um total de 628.860 réis. A região do Xingu aparece como uma área que participou ativamente da produção agrícola, tal como as povoações indígenas mais próximas de Belém como a área Metropolitana/Tocantins e Marajó também tiveram um papel importante no rendimento agrícola, diferentemente da região do Guajará/Capim que quase não teve rendimentos. As regiões pertencentes à capitania do Rio Negro não tiveram rendimentos na agricultura.

É importante destacar que comparado ao rendimento do negócio das drogas do sertão o rendimento da agricultura foi inferior, como iremos mostrar no próximo tópico. Apesar disso, podemos perceber pelas informações que os indígenas das vilas do Baixo Amazonas tiveram um papel ativo na agricultura, consistindo, assim, uma região que se destacou nesta atividade, mesmo com a falta de trabalhadores neste serviço, pois os diretores e a Coroa Portuguesa destinavam a grande parte desses trabalhadores para as viagens em busca da coleta das drogas do sertão ou para o Real Serviço.

3.3. Trabalho indígena e a coleta das drogas do sertão

Rafael Chambouleyron afirma que é a partir da segunda metade do século XVII que as especiarias provindas do sertão amazônico começam a se tornar mais conhecidas pela Coroa Portuguesa, o que ensejou uma série de jornadas para investigar o território amazônico à procura desses produtos. No decorrer do século XVII, o autor aponta que a procura por esses gêneros é a grande motivação para o desbravamento dos sertões amazônicos, já havendo conhecimento sobre alguns produtos ou que ainda estavam em processo de descoberta para os europeus, como o cacau, o cravo de casca, a salsaparrilha, a copaíba e andiroba e produtos tintórios. É a partir do contexto de buscas por essas especiarias que a mão de obra indígena se consolida como a principal força de trabalho para a coleta das drogas do sertão; ao adentrar no interior das matas para explorar as drogas do sertão ocorriam descimentos de indígenas livres

para as aldeias missionárias, a promoção de guerras e de expedições para o resgate de indígenas escravizados.⁶⁹

No ano de 1796, a câmara de Santarém registrou uma quantidade significativa de arrobas de cacau extraída do mato; o cálculo feito pelos moradores constatou um número de 30 mil arrobas de cacau, fora a manteiga de tartaruga, peixe e outras drogas do sertão que os moradores da Vila de Pinhel e da Vila de Monte Alegre extraíram com seus filhos e negros escravizados. Para dar conta da quantidade de gêneros extraídos, a câmara de Santarém solicitava ao governador Souza Coutinho, um número de quinze canoas, pois ainda que algumas canoas da localidade dessem contam de 3 mil, a maior parte das canoas não daria conta de carregar duas mil arrobas.⁷⁰

Esta significativa quantidade de arrobas de cacau só foi possível de ser coletada mediante um custoso trabalho daqueles que se dedicavam à ida aos sertões para a coleta. De acordo com Alden, as canoas que se dirigiam ao interior saíam de diferentes portos entre dezembro e janeiro, usualmente de porte grande para que se pudesse transportar de 300 a 500 arrobas de mercadoria.

Em algumas listas de indígenas interessados no negócio do sertão de vilas do Baixo Amazonas encontrou-se os respectivos meses que esses sujeitos se dirigiram para o sertão. No ano de 1780, saíram da vila de Santarém em janeiro e se recolheram em agosto do mesmo ano;⁷¹ na vila de Pinhel, no ano de 1790, estes sujeitos saíram em fevereiro e voltaram em julho do mesmo ano;⁷² em Alter do Chão, no ano de 1794, saíram em fevereiro e se recolheram em agosto do mesmo ano.⁷³ Apesar da pouca quantidade de listas encontradas para o período de finais do século XVIII, somente uma lista corresponde à afirmação de Alden, o que mostra que havia oscilação de períodos para a ida de canoas para o sertão. André Pompeu aponta que havia a necessidade de as canoas voltarem até agosto, informação encontrada na documentação, em

⁶⁹ CHAMBOULEYRON, Rafael. O Estado do Maranhão e Pará: territorialidade e ocupação (séculos XVII e XVIII). In: José Vicente Serrão (org.). **A terra num império ultramarino**. Lisboa: **Imprensa de Ciências Sociais**, p. 9

⁷⁰ Ofício da Câmara de Santarém para o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Francisco de Souza Coutinho. Vila de Santarém, 17 de setembro de 1796. **APEP**, Correspondências de diversos com o governo, código 524, doc. 46.

⁷¹ Relação dos índios que foram na canoa desta povoação as drogas do sertão. Vila de Santarém, **APEP**, correspondências de diversos com o governo, código 344, doc. 8.

⁷² Relação dos índios interessados no negócio desta vila de Pinhel no ano de 1790. Vila de Pinhel. **APEP**, correspondências de diversos com o governo, código 465, doc. 17.

⁷³ Relação dos índios interessados da vila de Alter do Chão. **APEP**, correspondências de diversos com o governo, código 507, doc. 79

razão de se evitar problemas com o período de partida das embarcações que saíam de Belém para Portugal.⁷⁴

O responsável pela canoa era o cabo, que poderia ser branco ou mestiço, que comandava por volta de uma a duas dúzias de remadores indígenas. Após a viagem de barco, erguiam uma cabana de palha para a secagem e armazenamento do cacau, assim o grupo entrava nas matas ou permanecia nas várzeas para a coleta dos frutos. Alden discorre ainda que no período de seis a oito dias voltavam para descarregar os gêneros coletados e assim retornavam para a coleta. Em março, se a colheita tivesse sido bem-sucedida poderiam voltar para coletar mais cacau, caso não conseguissem uma quantidade que agradasse o cabo, coletavam outros gêneros, como cravo ou salsaparrilha. Depois de finalizado, voltavam para suas habitações nos meses de junho e julho para serem pagos. O cabo da canoa usualmente recebia 20% da carga.⁷⁵

No final do século XVIII, apesar da expansão da agricultura promovida pela política do Diretório dos Índios, as regiões do Amazonas, Xingu e Tapajós continuavam a desempenhar um papel crucial na movimentação das drogas do sertão, especialmente no que diz respeito às drogas que eram enviadas para o porto de Belém.⁷⁶ Um ofício da Câmara de Santarém, mencionado anteriormente, destacou a quantidade significativa de gêneros extraídos das canoas que partiam de Santarém e das vilas adjacentes. A demanda por mais canoas para transportar essas mercadorias para Belém evidencia a importância dessa região nos negócios do sertão, mesmo em um contexto de declínio nos investimentos destinados à coleta.

As dificuldades enfrentadas para a realização dessas viagens eram evidentes, resultantes da significativa diminuição do número de canoas e da escassez de trabalhadores indígenas disponíveis para as atividades extrativistas. Essa situação se agravava não apenas pelas fugas e deserções, mas também pelas epidemias que dizimavam a população local. Além disso, muitos indígenas foram recrutados para atender às demandas dos serviços reais. A situação se tornou ainda mais crítica em 1780, quando o governador José de Nápoles de Telo de Menezes emitiu uma ordem que suspendia a ida de trabalhadores indígenas para a coleta, priorizando, em vez disso, o recrutamento de mão de obra para as necessidades do Estado. Esta

⁷⁴ POMPEU, *As drogas do sertão e a Amazônia colonial (1677-1777)*, p. 112.

⁷⁵ ALDEN, *O Significado da Produção de Cacau na Região Amazônica*, p. 116.

⁷⁶ SOMMER, Barbara. “A quem quiser colher”: As drogas do sertão e o Diretório dos Índios, Grão-Pará, 1757-1798, in: *As drogas do Sertão e a Amazônia colonial portuguesa*, Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2023, p. 169.

medida que visava a prioridade com os serviços destinados a Coroa Portuguesa, implicava ainda mais a logística das atividades extrativistas na região.⁷⁷

A arregimentação de indígenas do Baixo Amazonas para o serviço real foi significativa para a falta de trabalhadores na coleta das drogas, o que ensejou que os diretores encontrassem estratégias para realocar indígenas para a coleta das drogas do sertão ao invés de os destinarem para o serviço real. Tal situação ocorreu em Monte Alegre, quando o diretor Manoel Correia de Loureiro notificou ao governador Souza Coutinho que, dos doze indígenas que eram obrigados a serem disponibilizados pela Vila de Monte Alegre, para o serviço da ribeira, seis não poderiam ir porque o cabo da canoa já os tinha colocado para participar da viagem ao sertão. Como justificativa, o diretor dizia que já tinha disponibilizado indígenas para outros trabalhos do serviço real, como as expedições para o Mato Grosso e para a condução de cedros.⁷⁸ Importante ressaltar que havia um interesse dos sujeitos que ocupavam o papel de diretor em priorizar a ida de indígenas para o trabalho na coleta das drogas do sertão tendo em vista que eles recebiam a sexta parte dos gêneros extraídos pelos indígenas, além da constante prática de diretores de se apossarem dos produtos extraídos.

Na última década do século XVIII, de acordo com Colin MacLachlan, ocorreu uma grande diminuição da mão de obra indígena, tanto no serviço público como para o serviço particular, pois muitos indígenas foram arregimentados para o serviço militar devido à invasão francesa em Caiena.⁷⁹ No Baixo Amazonas, uma considerável quantidade de indígenas foi recrutada para servir nas companhias do distrito,⁸⁰ que não só recrutou indígenas, mas também afetou a disponibilidade de canoas das povoações, as quais militares pediam para a realização de tais serviços,⁸¹ o que conseqüentemente implicava na disponibilidade de canoas destinadas para o negócio do sertão.

⁷⁷ MACLACHLAN, Colin M. The Indian labor structure in the Portuguese Amazon, 1700-1800. In: ALDEN, Dauril (Ed.). **Colonial roots of modern Brazil: paper of the Newberry Library Conference**. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1973. p.216.

⁷⁸ Carta de Manoel Correia Loureiro para o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Francisco de Souza Coutinho. Vila de Monte de Alegre, 6 de março de 1797. **APEP**, correspondências de diversos com o governo, código 539, doc .35.

⁷⁹ MACLACHLAN, Colin. The Indian Labor Structure in the Amazon, p.222

⁸⁰ Carta do Tenente Coronel capitão geral José Antonio Salgado para o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Francisco de Souza Coutinho. Vila de Santarém. 5 de fevereiro de 1799. **APEP**, correspondência de diversos com o governo, código 561, documento 17.

⁸¹ Carta do Comandante da Fortaleza de Santarém, Manuel da Costa Sotto Maior para o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Francisco de Souza Coutinho 16. Vila de Santarém, 14 de fevereiro de 1799, **APEP**, correspondências de diversos com o governo, código 561, doc. 16.

Em sua tese de doutorado, Siméia Lopes analisou os circuitos mercantis no Grão-Pará entre 1790-1830. A autora disserta sobre os negociantes que faziam de sua ocupação o negócio das drogas do sertão e a venda de mercadorias para as carregações de canoas destinadas ao sertão. Estes homens se dirigiam ao interior, compravam e/ou vendiam os gêneros extraídos e voltavam para o porto de Belém para vender. Ao longo de sua pesquisa, Lopes pontua a importância do Baixo Amazonas para o trabalho desses negociantes, principalmente as vilas de Santarém e Óbidos, onde havia uma grande circulação desses homens e de mercadorias provindas tanto do sertão como das lavouras. O que demonstra que, mesmo com o avanço agrícola, o baixo investimento, as fugas, as mortes por doenças e os perigos durante a execução do trabalho, o negócio das drogas do sertão ainda era uma atividade rentável para moradores e para o Estado.

Apesar da diminuição de canoas e trabalhadores indígenas havia esforços das autoridades coloniais para que o comércio do sertão ainda estivesse plenamente ativo na região. Em carta para os comandantes de Gurupá e Santarém no ano de 1791, o governador Souza Coutinho alertava para que, mesmo aqueles que tivessem mandado uma só canoa para o sertão, organizassem esforços e mandassem canoas pequenas com o maior número de indígenas possível para as margens de rios ou igarapés para colher ainda que em pequenas porções a salsa, o cravo, o cacau, o breu e estopa, e qualquer outro gênero que encontrassem pelo caminho até juntarem uma quantidade considerável.⁸²

A preocupação de Souza Coutinho estava relacionada a dois pontos: a falta de canoas para ida aos sertões, fazendo com que recorressem a canoas pequenas para dar seguimento às atividades extrativistas, além da falta de indígenas para a execução da coleta. As expedições em direção ao sertão requeriam uma larga quantidade de indígenas. De acordo com Heather Roller, cerca de um terço dos homens provindo das povoações participavam das expedições.⁸³ Algumas relações feitas pelos diretores das vilas com informações sobre indígenas que foram para a coleta das drogas do sertão, nos ajudam a ter a dimensão da quantidade de homens que participavam das viagens e da quantidade de gêneros coletados em finais do século XVIII.

Em janeiro de 1780, saíram da Vila de Santarém um total de 49 homens para a coleta. Os trabalhadores foram divididos em quatro categorias, vinte e cinco homens estavam

⁸² Ofício do governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Dom Francisco de Souza Coutinho para os comandantes de Santarém e Gurupá. Pará, 14 de janeiro de 1791. **APEP**, correspondências do governo com diversos, código 466, doc.164.

⁸³ ROLLER, Expedições coloniais de coleta e a busca por oportunidades no sertão amazônico c. 1750-1800, p. 207.

trabalhando para si próprios, sete estavam trabalhando para o praça, quatro estavam trabalhando para o principal, dois para o capitão-mor, outros dois para o sargento-mor, um para o capitão Domingos Jorge e um para o alferes Lazaro da Silva, além de outros seis rapazes que foram também listados. O artigo 46 do Diretório dos Índios determinava que “entre todos os ramos de negócio de que se constitui o comércio deste Estado, nenhum mais é mais importante ou mais útil que o do Sertão”. Agora na posição de vassalos, os indígenas não só trabalhavam na coleta para os particulares ou outras autoridades, mas também trabalhavam para si. Depois de longos oito meses, eles voltaram para Santarém em agosto do mesmo ano; dessa viagem foram levados para a Tesouraria Geral dos Negócios dos Índios uma quantidade de 523 arrobas de cacau, 212 arrobas de breu, 22 arrobas de estopa, 24 paneiros de castanha e 46 potes de manteiga de tartaruga.⁸⁴

Nas vilas menores da região, onde encontravam-se menos indígenas e um pequeno número de canoas, a atividade extrativista tinha dificuldades para reunir indígenas. Em 1798, na Vila Boim, saíram 23 homens para a ida aos sertões com o cabo Ignácio José da Costa no mês de fevereiro, voltando em junho; desses indivíduos, dois estavam trabalhando para o alferes Paulino Rodrigues e o resto estava trabalhando para si próprio. Nesta viagem foram coletadas 99 arrobas de cravo fino líquido.⁸⁵ Em Alter do chão em 1798, 29 homens se destinaram para o negócio do cravo da vila, além de quatro rapazes, sob comando do cabo João Francisco de Castro; foram coletados 103 feixes de cravo fino com o peso de 103 arrobas e 10 libras, que foram remetidos pela canoa de Vila Boim.⁸⁶

Na vila de Santarém, concentrava-se a maior população indígena do Baixo Amazonas, motivo pelo qual se arregimentavam mais indígenas para os serviços. O cacau bravo destacava-se como um produto bastante coletado, seguido por outros gêneros como breu, utilizado para calafetar as embarcações, assim como a estopa que tinha a mesma função e que vinha da árvore da castanha, da qual se obtiveram 24 paneiros; também se obtinha a manteiga da tartaruga consumida pelos indígenas e pelos colonos.

⁸⁴ Carta do diretor da Vila de Santarém, João da Gama Lobo para o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, José de Napoles Tello de Menezes. Vila de Santarém, 29 de setembro de 1780. **APEP**, correspondências de diversos com o governo, código 344, doc. 8.

⁸⁵ Relação dos índios que foram na canoa do sertão no ano de 1798 com cabo Ignácio José da Costa organizado pelo diretor Fernando José de Castro Mello. Vila Boim, 12 de janeiro de 1799. **APEP**, correspondências de diversos com o governo, código 561 doc. 4.

⁸⁶ Relação dos índios interessados nos negócios do cravo no ano de 1798 com o cabo João Francisco de Castro organizada pelo diretor José Joaquim Pereira do Lago. Vila de Alter do Chão, 27 de dezembro de 1798. **APEP**, correspondências de diversos com o governo, código 561, doc. 5.

Nas vilas de Boim e Alter do Chão já para finais do século XVIII, percebe-se a ausência do cacau bravo nas coletas, porém uma quantidade significativa de cravo fino foi coletada em ambos os lugares. A extração do cravo fino requeria um maior tempo para a extração e uma maior técnica, pois usava-se fogo para tirar a casca, logo depois entrava em contato com a água e raspava-se a parte essencial. Depois desse processo era reaquecido para ser enrolado em canudos de três palmos de comprimento e duas e meia a três polegadas de grossura, atados com grande seguridade com a corda feita da casca; havia a necessidade de, a cada noite, pelo período de seis dias, o cravo fino ser reaquecido e enrolados de novo os canudos.⁸⁷

O mapa geral de 1792, que foi utilizado para analisar a distribuição de indígenas no Real Serviço e nos serviços particulares, possui informações que ajudam a entender a distribuição de indígenas que foram destinados para o negócio das drogas do sertão.

Tabela 4- Relação de indígenas nas canoas de comércio do ano de janeiro de 1792

Vilas	Indígenas nas canoas do comércio
Alenquer	21
Monte Alegre	30
Óbidos	42
Alter do Chão	36
Boim	25
Franca	95
Pinhel	17
Santarém	73
Faro	11
Total	350

FERREIRA, J.A Pinto. Mappa geral da população dos índios aldeados em todas as povoações das capitanias do Estado do Gram-Pará e S. Jozé do Rio Negro no primeiro de janeiro de 1792. In: *Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros*. Coimbra [s.n], 1964, p.281-286.

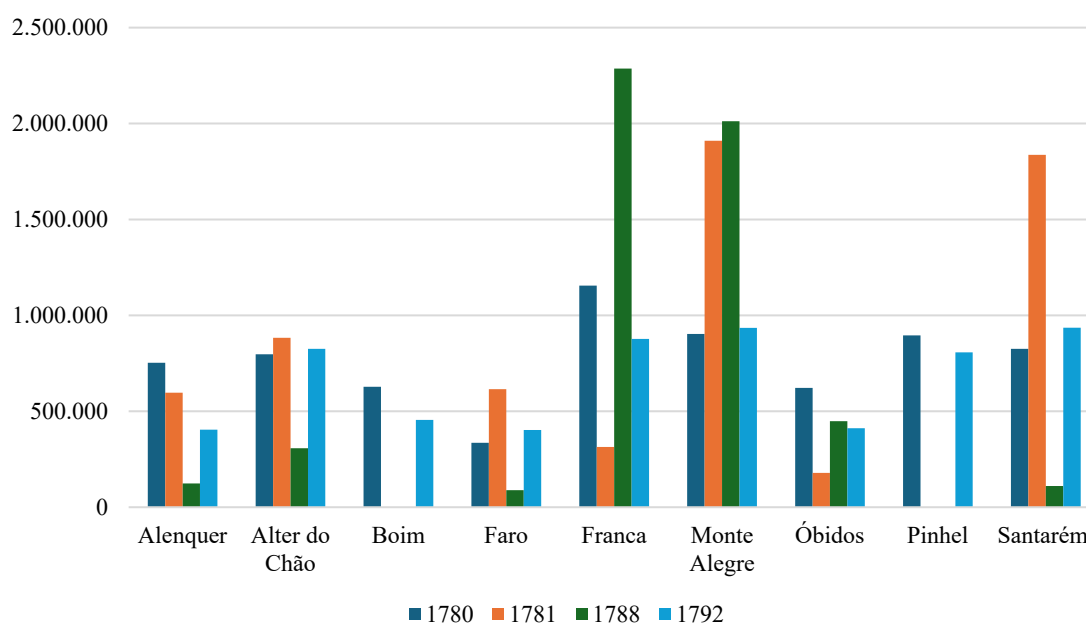
Apesar de encontrar pouca quantidade de relações com indígenas que iam para os sertões (juntamente com o resultado da coleta dos gêneros da floresta), verifica-se a plena atividade do trabalho indígena e o destaque na arrecadação dos gêneros. Além da vila de Santarém como foi visto na relação anterior, na tabela observa-se a Vila Franca com uma grande

⁸⁷ SOMMER, “A quem quiser colher”: As drogas do serrão e o Diretório dos Índios, Grão-Pará, 1757-1798, p. 173.

quantidade de indígenas destinados ao negócio das drogas do sertão, seguido por Santarém e logo depois Óbidos.

Para entender melhor a atuação dos indígenas nas atividades extrativistas as informações contidas no *Mappa das contas da tesouraria do commercio das povoações de Indios* de rendimento do ano de 1780, 1781, 1788 e 1792 que foram utilizados para analisar o rendimento da agricultura no tópico anterior nos dão um melhor direcionamento para compreender o rendimento das drogas do sertão coletado pelos indígenas durante o final do século XVIII nas vilas do Baixo Amazonas. Apesar de não ser possível identificar o rendimento de cada gênero extraído, as informações que constam são valiosas para entender de modo geral o que foi coletado pelos indígenas da região, além de ser possível comparar a atuação destas vilas em relação a outras áreas da capitania do Pará e do Rio Negro.

Gráfico 3 – Rendimento da coleta das drogas do sertão nas Vilas do Baixo Amazonas 1780, 1781, 1788 e 1792 (em réis).



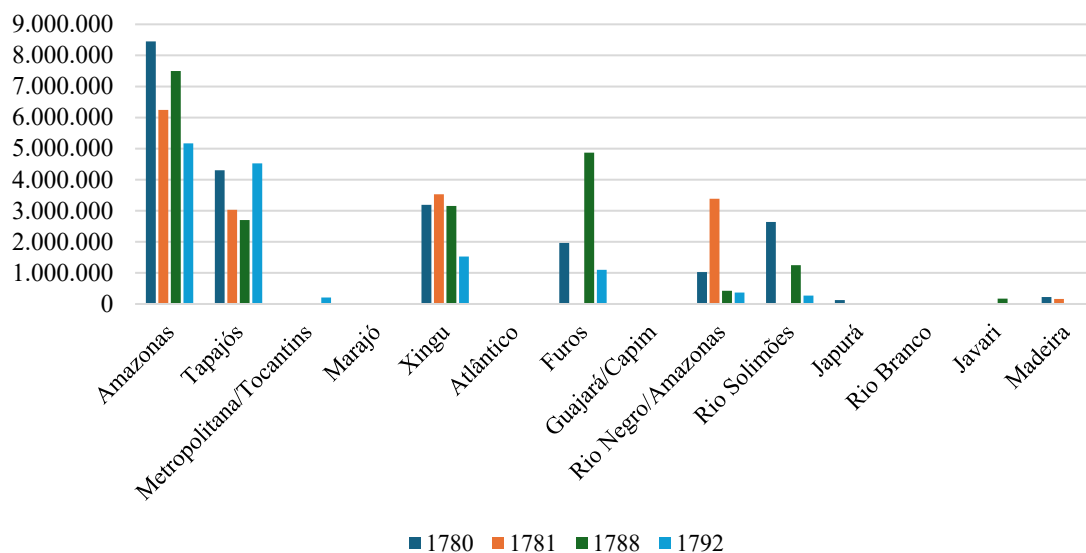
O Gráfico 3 mostra o rendimento das vilas do Baixo Amazonas e o desempenho de cada vila da região no negócio das drogas do sertão. As vilas de Franca, Monte Alegre e Santarém se destacaram na atividade extrativista em relação as outras vilas da região.

O ano de 1788 foi o ano de maior desempenho de Vila Franca em que foi registrado pela Tesouraria dos Índios, um rendimento do negócio do sertão de 2.286.340 réis, sendo assim o maior rendimento registrado entre as vilas do Baixo Amazonas nos anos analisados. Em seguida consta a Vila de Monte Alegre no ano de 1788, com um rendimento de 2.011.880 réis

e em 1781 com 1.910.587 réis, logo depois a vila de Santarém em 1781 com sua maior produção montando o valor de 1.836.675 réis. Percebe-se pelas informações que a atividade extrativista nas vilas do Baixo Amazonas era evidente na região, observando-se rendimento da coleta na maior parte dos anos analisados, com exceção da vila de Boim e da vila de Pinhel que não tiveram rendimento no ano de 1781. Além disso, o rendimento das drogas do sertão nessas vilas, em todos os anos analisados, comparado ao rendimento da agricultura, foi significativamente maior, o que nos mostra que a atividade mais lucrativa nesta região estava relacionada aos negócios do sertão.

No Gráfico 4, observa-se que grande parte do que era coletado nas povoações de índios que constam nos registros da Tesouraria Geral dos Índios provinha da região do Amazonas, composta pelas vilas de Alenquer, Almeirim, Arraiolos, Esposende, Faro, Frágoso, Gurupá, Monte Alegre, Óbidos, Outeiro e Santana do Mutuáca, pertencentes à capitania do Pará, da qual Alenquer, Faro, Monte Alegre e Óbidos fazem parte da região do Baixo Amazonas, juntamente com a região do Tapajós composto pelas vilas de Alter do Chão, Boim, Franca, Pinhel e Santarém.

Gráfico 4 – Rendimento da coleta das drogas do sertão separados por regiões da capitania do Pará e da capitania do Rio Negro 1780, 1781, 1788 e 1792 (em réis).



Como mostra o gráfico acima, as áreas que compreendem as regiões do rio Amazonas e do rio Tapajós foram as que mais se destacaram na Tesouraria Geral do Comércio dos Índios no ramo das drogas do sertão na somatória dos anos analisados, seguido pela região do Xingu, Furos e do Rio Negro/Amazonas. As povoações de índios próximas de Belém tiveram uma baixa contribuição nas drogas do sertão juntamente com o Marajó e a região do Atlântico que

não possuíam rendimento nas atividades extrativistas. Por outro lado, estas regiões possuíam participação nas atividades agrícolas como foi apontado no tópico anterior, além de terem participação na atividade de pesca.

O gráfico demonstra que a presença da extração das drogas do sertão ainda era bastante evidente, mesmo com o avanço da agricultura sobretudo na região do Baixo Amazonas. Barbara Sommer reforça tal tese de que, em finais do século XVIII, as localidades próximas de Belém não coletavam tanto as drogas do sertão, ocupando-se de outras atividades como a pesca, extração de madeira, produção de sal e cal; ou seja, a grande produção para a exportação provinha das regiões distantes de Belém, como no caso do Baixo Amazonas.

O corredor de cacau bravo entre Santarém e Óbidos, assim nomeado por Dauril Alden tornou-se um importante local para a ida de indígenas para o trabalho na coleta do fruto.⁸⁸ Em visita à vila de Santarém, frei Caetano Brandão descreveu que “Todo este espaço de Santarém até Óbidos vai semeados de ilhas cobertas de um pequeno mato viçoso, e não muito cerrado, e alguns cacauais, que formam um espetáculo bem agradável à vista”.⁸⁹

Segundo Robin Anderson, nos anos de 1788 e 1789, houve uma menor ênfase na extração dos produtos do mato, sendo dada mais atenção à agricultura em algumas regiões como Monte Alegre, Óbidos, Boim e Pinhel; porém, no mapa geral de 1792 consta que ainda a maioria dos indígenas estava sendo destinada aos sertões para a coleta das drogas. De acordo com Barbara Sommer, o contexto da economia das drogas do sertão, em finais do século XVIII, não estava na prioridade do governador Francisco de Souza Coutinho que priorizava o cultivo dos gêneros que poderiam ser encontrados no sertão. Porém, tal prioridade do governador não diminuía a importância e o sucesso comercial que ainda se encontrava no comércio das drogas do sertão. Mesmo com a distribuição de sesmarias e o aumento da produtividade agrícola, as drogas do sertão ainda ocupavam o posto de principal atividade econômica, seguida do cultivo do cacau.

Conclusão

Em finais do século XVIII, as políticas de ensejo à agricultura instauradas por meio do Diretório dos Índios impactaram veemente a produção agrícola do Baixo Amazonas. Por meio

⁸⁸ ALDEN, Dauril. The significance of cacao production in the Amazon region during the late colonial period. *Proceedings of the American Philosophical Society*, 120 (2), abr. 1976, p. 126

⁸⁹ BRANDÃO, Frei Caetano. Memórias para a história da vida do venerável arcebispo de Braga, p. 323.

da documentação se observou uma atuação de grande importância dos trabalhadores indígenas para rendimento agrícola da região. Apesar do crescimento da agricultura, as drogas do sertão ainda ocupavam o lugar de principal atividade econômica do Grão-Pará, da qual as vilas do Baixo Amazonas ocupavam uma posição primordial na coleta desses produtos; mesmo enfrentando a falta de trabalhadores, essa região ainda estava fortemente vinculada à produção extrativista.

Portanto, os trabalhadores indígenas tiveram um papel primordial tanto na produção agrícola, na qual eram empregados nos serviços particulares e agora na posição de “camponeses” também produziam para si próprios, assim como produziam para as roças do comum. Mesmo passando grande parte do tempo nas longas viagens para coleta dos gêneros, ainda requeriam para as autoridades, um maior tempo para trabalharem em suas roças. O trabalho das mulheres indígenas das vilas do Baixo Amazonas foi essencial para a agricultura na qual participavam nos serviços particulares, das roças individuais e das roças do comum, com um importante papel na produção de cacau, arroz e algodão, em muitos casos, indo também para outras vilas para servirem na colheita dos gêneros.

Enquanto isso, a maior parte dos homens indígenas estava empregada nas longas viagens para a coleta das drogas do sertão, sendo a vila de Santarém, um importante ponto de saída desses homens para a coleta, contribuindo para a região se tornar um dos principais rendimentos de drogas do sertão em finais do século XVIII, mesmo com o avanço agrícola.

Considerações finais

A colonização das áreas ao longo do rio Tapajós e de parte do rio Amazonas, que configura a atual região do Baixo Amazonas, foi marcada por um processo significativo e complexo, em parte impulsionado pela Coroa Portuguesa. Nesse contexto, missionários e colonos exerceram grande influência na região, enxergando o território como estratégico tanto devido à presença de importantes populações indígenas quanto pelo interesse nas riquezas da floresta e sua localização geopolítica.

No final do século XVIII, as políticas voltadas ao incentivo à agricultura, implementadas por meio do Diretório dos Índios, tiveram um grande impacto na produção agrícola do Baixo Amazonas. A documentação destaca o papel essencial dos trabalhadores indígenas na economia agrícola local. Embora o cultivo tenha se expandido, a extração das drogas do sertão ainda era a principal atividade econômica do Grão-Pará, com as vilas do Baixo Amazonas desempenhando papel crucial na coleta desses produtos, mesmo enfrentando escassez de mão de obra.

De fato, a região ainda estava fortemente vinculada ao extrativismo, como mostram os mapas com a produção da coleta e das drogas para finais do século XVIII; ainda havia a predominância do extrativismo, apesar do fortalecimento da agricultura. Devido à importância da ida aos sertões, a maioria dos homens indígenas estava envolvida nas viagens para a coleta das drogas do sertão, com a vila de Santarém se destacando como um ponto estratégico para esse processo, que desempenhou um papel crucial na produção das drogas do sertão no final do século XVIII, mesmo com o crescimento da agricultura local.

Os indígenas desempenhavam um papel vital tanto na agricultura, onde trabalhavam em roças particulares e coletivas, como nas viagens para a coleta dos produtos. Embora passassem boa parte do tempo nessas longas expedições, os indígenas ainda precisavam de mais tempo para dedicar ao cultivo de suas próprias roças. As mulheres indígenas das vilas do Baixo Amazonas tiveram grande importância nesse contexto, atuando nas lavouras particulares e coletivas, com destaque para a produção de cacau, arroz e algodão.

Por outro lado, a elite proprietária do Baixo Amazonas foi o grupo que mais se beneficiou da larga quantidade de trabalhadores indígenas que, quando não estavam trabalhando para si, nos sertões, estavam trabalhando para oficiais ou moradores, assim como estavam trabalhando em suas plantações. A ascensão dessa elite leal se deu por três fatores: as sesmarias, os cargos militares e os cargos públicos. Essas benesses concedidas pela Coroa

foram fundamentais para distinguir essa elite dos outros grupos, como os brancos pobres, os trabalhadores indígenas e os negros escravizados. Ao ocuparem posições de poder, esses indivíduos podiam negociar seus interesses e garantir privilégios, principalmente ao se apropriarem da mão de obra indígena para aumentar seus bens.

O poder dessa elite facilitava sua atuação no comércio de produtos como as drogas do sertão e, sobretudo, o cacau, um produto de grande valor econômico. A contribuição desses sujeitos para a economia do Grão-Pará foi central; apesar da escassez de informações sobre a produção dos colonos, foi possível rastrear a produção de alguns desses indivíduos e compreender um pouco sobre a dinâmica de suas plantações.

Contudo, foram os trabalhadores indígenas que atuaram no Baixo Amazonas o grupo essencial para o sucesso do comércio do cultivo e da coleta das drogas do sertão, que chamou a atenção das autoridades coloniais para o fomento dessas atividades econômicas na região. Mesmo sofrendo com a violência dos diretores e das grandes demandas por trabalho dos moradores e das autoridades coloniais, além das mortes por epidemias, os indígenas foram fundamentais para os interesses da Coroa Portuguesa e das próprias elites locais no comércio do cacau e das drogas do sertão, colocando o Baixo Amazonas como uma importante região de exploração dessas atividades econômicas.

Fontes

Fontes manuscritas

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)

- Ofício do governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro 8º conde dos Arcos D. Marcos de Noronha e Brito, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar visconde de Anadia D. João Rodrigues de Sá e Melo, sobre a necessidade de se realizar uma relação individual dos distritos e de vilas notáveis do Estado do Pará, pela falta de juizes de Fora e de actividades culturais e comerciais nas populações, nomeadamente nas vilas de Santarém e Cameté e na ilha de Marajó. Pará, 29 de novembro de 1803. Avulsos do Pará, cx 128, doc. 9799.
- Consulta do Conselho Ultramarino para a rainha D.Maria I, sobre os requerimentos apresentados pelos moradores, índios, brancos e soldados das vilas de Santarém do rio Tapajós e de Borba, solicitando que se mande averiguar os excessos e roubos de todos os comandantes que serviram e servem naquelas vilas. Lisboa, 15 de abril de 1779. Avulsos do Pará, cx. 82, doc. 6754.
- Requerimento de Manuel Teixeira para a rainha D.Maria I solicitando a proteção régia contra os vexames e injúrias praticadas contra si na vila de Santarém, onde é morador, no Estado do Pará, pelo comandante daquela vila, o tenente de Infantaria João da Gama Lobo. Post, 24 de julho de 1778. Avulsos do Pará, cx.80, doc. 6611
- Requerimento do capitão de Infantaria Paga da cidade de Santa Maria de Belém do Pará, João da Gama Lobo, para a rainha D. Maria I, solicitando a confirmação da carta de e sesmaria no distrito da vila de Monte Alegre, na foz do lago Catavary-pava, no rio Amazonas. Pará, 13 de março de 1789. Avulsos do Pará, cx. 98, doc. 7808.
- Mappa das contas da tezouraria do commercio das povoações de Indios...*” AHU, caixa 81, documento 6648; AHU, caixa 88, documento 7212, AHU, caixa 98, documento 7790. Avulsos do Pará, caixa 104, documento 8205.
- Requerimento de Manuel Correia Picanço, morador na vila de Santarém no Estado do Pará, para o rei D. José I, solicitando confirmação de carta de data e sesmaria de terras localizadas na ilha que corta o igarapé chamado Araparitapera, no rio das Amazonas e distrito de Vila Franca. 17 de fevereiro de 1761. Avulsos do Pará, cx, 48, doc. 4414.
- Requerimento do procurador das dependências dos moradores da capitania do Macapá, Sebastião Correia Picanço, natural da Ilha Graciosa e estabelecido no Pará, para o rei D. José I, solicitando para não ser expulso da capitania do Macapá, apesar das acusações do governador e capitão general do Estado do Pará, Maranhão e Rio Negro, Fernando da Costa de Ataíde Teive Sousa Coutinho]. Pará, 4 de fevereiro de 1765. Avulsos do Pará, cx. 58 doc.5192.
- Ofício do governador de Armas da província do Pará, brigadeiro José Maria de Moura, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Manuel Inácio da Costa Quintela, sobre a

necessidade do destacamento de novas tropas militares na província, que garantam a segurança das capitanias do Maranhão e do Pará. Pará, 24 de maio de 1823. Avulsos do Pará, cx, 160, doc, 12186.

Carta do governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para a rainha D.Maria I, em resposta a provisão de 28 de Junho de 1777, sobre o requerimento de Sebastião Correia Picanço, solicitando a sua permanência e da sua família na cidade de Belém do Pará. Pará, 13 de outubro de 1777. Avulsos do Pará, cx.78, doc.6467.

Requerimento do advogado José Pedro Angelo Mendes Costa ao príncipe regente D. João, em que solicita a nomeação de seu filho, Joaquim Maria Mendes Costa, para o posto de cadete de um dos regimentos da guarnição da cidade de São Luís do Maranhão, como meio de castigar pelos abusos e desacatos provocados na vila de Santarém, na capitania do Pará, onde se encontra preso. Maranhão, 12 de dezembro de 1801. Avulsos do Maranhão, cx. 119, doc. 9150.

Requerimento de Constantino Manuel Marinho ao rei D. José, solicitando confirmação da carta de sesmaria junto ao rio Surubiu. Maranhão, 4 de abril de 1772. Avulsos do Maranhão, cx 45, doc. 4464.

Mappa das familias, que, à excepção das dos indios aldeados, se achavão existindo em cada huma da mayor parte das freguesias de ambas as capitanias do Estado do Grão-Pará, e da sua possibilidade, e applicação no anno de 1778 (...)”, assinado pelo governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas. Em anexo ao officio do governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. Avulsos do Pará, caixa 94, documento 7509.

Requerimento de Manuel Rodrigues, morador da vila de Santarém, para a rainha, solicitando a confirmação e sesmaria de terras localizadas próximas ao igarapé Pixuna, no distrito daquela vila. Pará, 13 de janeiro de 1779. Avulsos do Pará, cx. 81, doc. 6704.

Arquivo do Estado do Pará (APEP)

Officio do diretor da Vila de Santarém, Manuel Antonio da Costa Sotto Maior para o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Francisco de Souza Coutinho. Vila de Santarém, 8 de janeiro de 1799. Correspondências de diversos com o governo, códice 561, doc. 2.

Carta do comandante de Santarém Antonio da Costa Sotto Maior para o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Francisco de Souza Coutinho. Vila de Santarém, 19 de janeiro de 1799, Correspondências de diversos com o governo. Códice 561, doc.6.

Carta do diretor da Vila de Santarém, João da Gama Lobo para o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, José de Nápoles Telo de Meneses. Vila de Santarém. 1 de agosto de 1780. Correspondências de diversos com o governo, cód. 344, documento 3.

Guia do que vai na canoa de Santarém e negócio dos interessados do ano de 1782. Vila de Santarém, 23 de outubro de 1782. Correspondências de diversos com o governo, cód. 344, doc. 62

- Relação dos novos alistados”, capitão Joaquim Francisco Printes ao governador Francisco de Souza Coutinho, Vila de Santarém, 24 de abril de 1799, Cod. 561, doc. 34.
- Carta do capitão Manuel Correia Picanço, para o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas. Vila de Santarém, 20 de janeiro de 1776. Correspondências de diversos com o governo, cód. 298, doc.26.
- Carta do diretor da vila de Alenquer, Mauricio José de Souza para o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas. Vila de Alenquer, ano de 1779. Correspondências de diversos com o governo, cód. 346, doc. 17.
- Guia do que vai na canoa de Santarém e negócio dos interessados do ano de 1782. Vila de Santarém, 23 de outubro de 1782. Correspondências de diversos com o governo, cód. 344, doc. 62.
- Carta de Constantino Manuel Marinho para o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Francisco de Souza Coutinho. Vila de Óbidos, 23 de julho de 1792. Correspondências de diversos com o governo, cód. 484, doc. 89.
- Guia do que vai na canoa de Santarém e negócio dos interessados do ano de 1782. Vila de Santarém, 23 de outubro de 1782. Correspondências de diversos com o governo, cód. 344, doc. 62.
- Carta de Lourenço Xavier de Souza e Silva e João Caetano de Souza e Silva para o senado. 12 de setembro de 1798. 12 de setembro de 1798. Correspondências de diversos com o governo, cód. 550, doc. 13.
- Carta do diretor da vila de Santarém, João da Gama Lobo, para o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Martinho de Souza e Albuquerque. Vila de Santarém, 8 de setembro de 1788. Correspondências de diversos com o governo, cód. 344, doc. 61.
- Relacao dos novos alistados”, capitao Joaquim Francisco Printes ao governador Francisco de Souza Coutinho, Santarem, 24 de abril de 1799, Cod. 561, doc 65.
- Carta do diretor da vila de Outeiro, capitão Felipe Benicio da Rocha, para o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Francisco de Souza Coutinho. Vila de Outeiro, 30 de abril de 1794. Correspondências de diversos com o governo, cód. 506, doc sem número.
- Relação da nomeação de diretores e patentes entre 1780 e 1794. Cód. 368.
- Carta de João da Gama Lobo para o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, José de Nápoles de Telo e Menezes. Vila de Santarém, 6 de outubro de 1780. Correspondências de diversos com o governo, cód. 344, doc. 9.
- Carta do diretor da vila de Santarém, Joaquim Manuel da Maia e Melo para o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, José de Nápoles de Telo e Menezes. Vila de Santarém, 4 de outubro de 1781. Correspondências de diversos com o governo, cód. 344, doc. 14.
- Carta de Francisco de Souza Coutinho, governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, para o tenente Pedro Miguel Aires, comandante-diretor da Vila de Santarém. Pará, 14 de março de 1791. Correspondências do governo com diversos, cód. 466, doc.34

- Carta do governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Francisco de Souza Coutinho, para o comandante da Vila de Santarém. Pará, 10 de setembro de 1790. Correspondências do governo com diversos, cód. 466, doc. 217.
- Carta do governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Francisco de Souza Coutinho, para o diretor de Santarém, Pedro Miguel Aires. Pará, 9 de setembro de 1790. Correspondências do governo com diversos, cód. 466, doc. 33.
- Carta do governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Francisco de Souza Coutinho, para José Cavalcante de Albuquerque, diretor de Vila Franca. Pará, 10 de setembro de 1790. Correspondências do governo com diversos, cód. 466, doc.35.
- Auto de justificação de José Cavalcante de Albuquerque. Vila de Óbidos, 18 de março de 1793. Correspondências de diversos com o governo, cód. 501, sem número.
- Carta do governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Francisco de Souza Coutinho, para o comandante de Santarém. Pará, 27 de outubro de 1790. Correspondências do governo com diversos, cód. 466, doc. 83.
- Carta do diretor de Vila Franca, Antonio José Malcher. Vila Franca. 8 de março de 1785. Correspondências de diversos com o governo, cód. 344, documento 20.
- Relação dos oficiais e de todos os mais índios de 13 a 60 anos de idade capazes de serviço que existem nesta freguesia de Nossa Senhora da Conceição. Vila de Santarém. 4 de outubro de 1781. Correspondências de diversos com o governo, cód. 344, documento 14.
- Relação dos oficiais e de todos os mais índios de 13 a 60 anos de idade capazes de serviço que existem nesta freguesia de Nossa Senhora da Conceição. Vila de Santarém. 4 de outubro de 1781. Correspondências de diversos com o governo, cód. 344, documento 14.
- Carta de Manuel de Jesus da Piedade para o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Francisco de Souza Coutinho. Vila de Óbidos. 13 de agosto de 1791. Correspondências de diversos com o governo, cód. 467, documento 8.
- Carta do diretor da vila de Pinhel, Belchior Henrique de Weinholtz para o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Francisco de Souza Coutinho. Vila de Pinhel, 25 de agosto de 1790. Correspondências de diversos com o governo. Códice 465. Doc. 17
- Relação das índias da vila de Santarém que vieram para a colheita do arroz dos moradores da vila de Mazagão em 26 de maio até dezembro e não pagas até 28 de dezembro de 1780. Vila de Santarém. Correspondências de diversos com o governo. Códice 344, doc.sn.
- Carta do diretor da Vila de Santarém, Joaquim Manuel de Maia e Mello para o governador do Estado do Grão-Pará, José de Nápoles Tello de Menezes. Vila de Santarém, 13 de junho de 1781. Correspondências de diversos com o governo. Códice 344, doc. 12.
- Carta do diretor da Vila de Santarém, Joaquim Manuel de Maia e Mello para o governador do Estado do Grão-Pará, José de Nápoles Tello de Menezes. Vila de Santarém, 17 de junho de 1781. Correspondências de diversos com o governo. Códice 344, doc.13.
- Carta do diretor da Vila de Santarém, João da Gama Lobo para o governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Martinho de Souza e Albuquerque. Vila de Santarém, 31 de julho de 1785. Correspondências de diversos com o governo. Códice 344, doc. 25.

- Requerimento despacho supra no restabelecimento dos índios desta vila desde o tempo que o suplicante é diretor tendo visto e contado todos os pés de cacau e casas que eles possuem acompanhado das testemunhas Manoel Joaquim Libório Riberio de São Bento esta diz Thomé Ferreira. Vila de Santarém, 28 de junho de 1796. Correspondências de diversos com o governo. Códice 539, doc. Sn.
- Ofício do juiz ordinário de Vila Franca, Alfonso de Souza para a cidade do Pará. Vila Franca, 25 de janeiro de 1802. Correspondências de diversos com o governo. Códice 597 doc. 12.
- Carta do diretor da vila de Santarém, Joaquim Manuel de Maia e Mello para o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, José de Nápoles de Tello de Menezes. Vila de Santarém, 13 de junho de 1781. Correspondências de diversos com o governo. Códice 344, documento 12.
- Ofício do cabo de canoa José de Oliveira Cunha sobre as ações do diretor Antonio Malcher. Vila de Monte Alegre, 8 de setembro de 1780. Correspondências de diversos com o governo, Códice 354, doc. 71.
- Relação dos feitos que vão remetido para a Tesouraria Geral dos Índios da vila de Pinhel. Vila de Pinhel, 22 de outubro de 1794. Correspondências de diversos com o governo, Códice 507, doc. 2.
- Relação de índias interessadas na roça do arrozal neste ano de 1794. Vila de Boim, 20 de outubro de 1794. Correspondências de diversos com o governo, Códice 507, doc. 58.
- Carta do diretor da Vila de Alenquer, João Pedro de Andrade para o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Francisco de Souza Coutinho. Vila de Alenquer, 10 de outubro de 1791. Correspondências de diversos com o governo, Códice 465, doc. 107.
- Relação de índios e índias interessados na colheita do arroz e algodão na vila de Pinhel. 2 de março de 1794. Códice 506, doc. 26.
- Ofício da Câmara de Santarém para o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Francisco de Souza Coutinho. Vila de Santarém, 17 de setembro de 1796. Correspondências de diversos com o governo. Códice 524, doc. 46.
- Relação dos índios que foram na canoa desta povoação as drogas do sertão. Vila de Santarém, Correspondências de diversos com o governo. Códice 344, doc. 8.
- Relação dos índios interessados no negócio desta vila de Pinhel no ano de 1790. Vila de Pinhel. Correspondências de diversos com o governo. Códice 465, doc. 17.
- Relação dos índios interessados da vila de Alter do Chão. Correspondências de diversos com o governo. Códice 507, doc. 79
- Carta do Tenente Coronel capitão geral José Antonio Salgado para o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Francisco de Souza Coutinho. Vila de Santarém. 5 de fevereiro de 1799. Correspondência de diversos com o governo. Códice 561, documento 17.
- Carta do Comandante da Fortaleza de Santarém, Manuel da Costa Sotto Maior para o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Francisco de Souza Coutinho 16. Vila de Santarém, 14 de fevereiro de 1799, Correspondências de diversos com o governo. Códice 561, doc. 16.

Ofício do governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Dom Francisco de Souza Coutinho para os comandantes de Santarém e Gurupá. Pará, 14 de janeiro de 1791. Correspondências do governo com diversos, código 466, doc.164.

Carta do diretor da Vila de Santarém, João da Gama Lobo para o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, José de Napoles Tello de Menezes. Vila de Santarém, 29 de setembro de 1780. Correspondências de diversos com o governo, código 344, doc. 8.

Relação dos índios que foram na canoa do sertão no ano de 1798 com cabo Ignácio José da Costa organizado pelo diretor Fernando José de Castro Mello. Vila Boim, 12 de janeiro de 1799. Correspondências de diversos com o governo, Código 561 doc. 4.

Relação dos índios interessados nos negócios do cravo no ano de 1798 com o cabo João Francisco de Castro organizada pelo diretor José Joaquim Pereira do Lago. Vila de Alter do Chão, 27 de dezembro de 1798. Correspondências de diversos com o governo, código 561, doc. 5.

Fontes impressas

- AZEVEDO, João de Sousa. Notícia da viagem de João de Sousa Azevedo. *In*: FONSECA, João Severino da (Ed.). **Viagem ao Redor do Brasil (1875-1878)**. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C, 1880, v. 1.
- BARATA, Francisco José Rodrigues. Diário da viagem que fez à colônia holandesa de Suriname o porta bandeira da sétima Companhia do regimento da cidade do Pará pelossertão. Disponível em: <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=13718>. Acesso em: 22 jun. 2022
- BETTENDORFF, João Felipe. **Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão**. 1. ed. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2010.
- BRANDÃO, Frei Caetano. Diários das visitas Pastorais no Pará. **Jornal de Coimbra**, v. 4, n. 17, 1813.
- _____. Diários das visitas Pastorais no Pará. **Jornal de Coimbra**, v. 4, n. 20, 1813.
- COUTINHO, José Joaquim da Cunha Azeredo. **Ensaio econômico sobre o comercio de Portugal e suas colônias**. Lisboa: Banco de Portugal, 1992.
- DANIEL, João. **Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- Directorio, que se deve observar nas povoaçoens dos indios do Pará, e Maranhão: em quanto Sua Magestade não mandar o contrario. *In*: **O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII**. Trad. Rita Heloisa de ALMEIDA. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro com a informação do estado presente**. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/pereira/textos/diario_do_rio_negro_1.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2024.
- FONSECA, José Gonçalves. Da navegação feita da cidade do Gram Pará até a bocca do rio da madeira pela escolta que por este rio subio às minas do Mato Grosso por ordem mui recomendada de Sua Magestade Fidelissima no anno de 1749, escripta por José Gonçalves da Fonseca no mesmo anno [1749]. **Collecção de Noticias Para a Historia e Geografia das Nações Ultramarinas, que vivem nos dominios portuguezes, ou lhes são visinhas: publicada pela Academia Real das Sciencias**, v. Tomo IV, n. Num.1, 1826.
- NORONHA, José Monteiro. **Roteiro da Viagem da Cidade do Pará até as ultimas colônias do Sertão da Província. Escrito na Vila de Barcelos pelo Vigário Geral do Rio Negro, o padre Drº José Monteiro de Noronha no anno de 1768**. Pará: Typographia de Santos & irmãos, 1862.
- QUEIROZ, Bispo João de São José. Viagem e visita do sertão em o Bispado do Gram-Pará em 1762 e 1763. **Revista do Instituto Histórico de Geográfico Brasileiro**, v. 9, 1847.

SERRA, Ricardo Franco de Almeida. Navegação do Rio Tapajós para o Pará pelo tenente coronel Ricardo Franco de Almeida Serra, escripta em 1779, sendo governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro. **Revista trimestral de História e Geographia**, v. Tomo IX, n. 2, 1869.

SPIX, Friedrich; MARTIUS, Johann Baptist von. **Viagem pelo Brasil (1817-1820) Vol.3**. Brasília: Senado Federal: conselho editorial, 2017.

Referências bibliográficas

- ACEVEDO, Rosa; CASTRO, Edna. **Negros do Trombetas: guardiães de matas e rios**. 2. ed. Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 1998.
- _____. Camponeses, donos de engenhos e escravos na região do Acará nos séculos XVIII e XIX. **Papers do NAEA**, n. 153, 2000.
- ALDEN, Dauril. **O Significado da Produção de Cacau na Região Amazônica**. Belém: NAEA/UFPA, 1974.
- ALMEIDA, André Ferrand. A viagem de José Gonçalves da Fonseca e a cartografia do rio Madeira (1749-1752). **Anais do Museu Paulista**, v. 17, n. 2, p. 215–235, 2009.
- ALMEIDA, Maria Celestino de. Política indigenista e políticas indígenas no tempo das reformas pombalinas. *In*: FALCON, Francisco; RODRIGUES, Cláudia (Orgs.). **A “Época pombalina” no mundo luso-brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2015.
- _____. Os Índios na História do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- ALMEIDA, Rita Heloisa de. **O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.
- ALONSO, José Luís Ruiz-Peinado; CHAMBOULEYRON, Rafael (Orgs.). **T(r)ópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)**. Belém: Açai/Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (UFPA)/ Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010.
- ALVES, Daiana Travassos. Alimentação na Amazônia pré-colonial: um estudo sobre a produção e o consumo de alimentos entre os Tapajós. *In*: ARENZ, Karl Heinz; LAURINDO JUNIOR, Luiz Carlos; GOIS, Diego Marinho de (Orgs.). **Baixo Amazonas: Histórias entre rios, várzea e terra firme**. 1. ed. São Paulo: Intermeios, 2022, p. 442.
- ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. Aspectos Conceituais do Sistema Agrário do Vale do Tocantins. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 17, n. 1, p. 91–122, 2000.
- _____. Sistema Agrário do Vale do Tocantins Colonial: agricultura para consumo e para exportação. **Revista Projeto História: Espaço e Cultura**, 1999.
- ARAÚJO, Renata Malcher. **As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão**. Porto: FAUP, 1998.
- ARENZ, Karl Heinz. “Uma porta de entrada para muitas nações”: As missões jesuíticas no vale do Tapajós (séculos XVII-XVIII). *In*: ARENZ, Karl Heinz; LAURINDO JUNIOR, Luiz Carlos; GOIS, Diego Marinho de (Orgs.). **Baixo Amazonas: Histórias entre rios, várzea e terra firme**. São Paulo: Intermeios, 2022.
- _____; CHAMBOULEYRON, Rafael. Um compromisso frágil: A Companhia de Jesus e o Regimento das Missões no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1648-1688). **Dimensões**, n. 50, 2023.

- ARMITAGE, David; GULDI, Jo. Le retour de la longue durée: une perspective anglo-américaine. *Annales. Histoire, Science Sociales, Paris*, v. 70, n. 2, p. 189–318, 2015.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Fontes documentais: Uso e mau uso dos arquivos. *In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Ensaio corográfico sobre a província do Pará**. Brasília: Senado Federal, 2004.
- BARNABÉ, Israel Roberto. Elite, classe social e poder local. *Estudos de Sociologia*, v. 4, n. 7, p. 1–16, 1999.
- BATISTA, Luciana Marinho. Os Rodrigues Martins: notas sobre trajetórias e estratégias de uma das famílias mais “distintas em qualidade e riqueza” no Grão-Pará (de meados do século XVIII a fins do XIX). *In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (Orgs.). Conquistadores e negociantes : histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos : América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- BELIK, Daniel. **Indigenous Routes: interfluves and interpreters in the upper Tapajós river (c.1750 to c. 1950)**. University of St Andrews, St Andrews, 2018.
- BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão Negra no Pará; (séculos XVII – XIX)**. 2. ed. Belém: Paka-tatu, 2012.
- BICALHO, Maria Fernanda. Elites coloniais: a nobreza da terra e o governo das conquistas. *In: MONTEIRO, Nuno; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda S da (Orgs.). Optima Pars. Elites ibero-americanas no Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005.
- CARDOSO, Alírio. A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626). *Revista Brasileira de História*, v. 31, n. 61, p. 317–338, 2011.
- CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. **Índios cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1643-1769)**. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de Campinas, Campinas, 2005.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. A prática dos sertões na Amazônia colonial (século XVII)”. **Outros Tempos: Pesquisa Em Foco - História**, v. 10, n. 15, 2013.
- _____. **Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)**. Belém: Açai, 2010.
- COELHO, Mauro Cezar. **Do Sertão para o Mar. Um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos Índios (1750-1798)**. Tese (Doutorado em História Social), Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- _____. ; MELO, Vinicius Zuniga. A lei do diretório dos índios (1757-1798)”. *In: ARENZ, Karl Heinz; HENRIQUE, Márcio Couto (Orgs.). Em linhas tortas: os regimentos tutelares e os indígenas amazônicos (séculos XVII - XIX)*. Ananindeua: Editora Cabana, 2021.
- COSTA, Francisco de Assis. **Formação Rural Extrativista na Amazônia: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720- 1970)**. Belém: NAEA/UFPA, 2012.

- COSTA, Graciete da Costa. **Fortes portugueses na Amazônia brasileira**. tese (pós doutorado), Instituto de Relações Internacionais, Programa de Pesquisa e Pós Graduação em Relações Internacionais. Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- COUTINHO, José Joaquim da Cunha Azeredo. **Ensaio econômico sobre o comercio de Portugal e suas colônias**. Lisboa: Banco de Portugal, 1992.
- CUNHA, Manuela Carneira da. Política indigenista no século XIX. In: CUNHA, Manuela Carneira da (Org.). **História dos índios no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- DOLZANI, Luiz [SOUSA, Herculano Inglês de]. **O cacaolista (Scenas da vida do Amazonas. santos: Dias dos Santos Editor, 1876.**
- FERREIRA, Maria Delfina do Rio. **Das Minas Gerais a Mato Grosso. Gênese, Evolução e Consolidação de uma Capitania. A acção de Caetano Pinto de Miranda Montenegro**. Dissertação (mestrado), Faculdade de Letras. Universidade do Porto, Porto, 1996.
- FOLHES, Ricardo Theophilo. **O Lago Grande do Curuai: história fundiária, usos da terra e relações de poder numa área de transição várzea-terra firme na Amazônia**. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Pará, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais; Université Paris 3 Sorbonne Nouvelle, Institut des Hautes Etudes de L'Amérique Latine, Ecole Doctorale 122, Belém/Paris, 2016.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Elites econômicas em finais do século XVIII: mercado e política no Centro-Sul da América lusa. Notas de uma pesquisa. In: JANCSÓ, István (Org.). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: HUCITEC, 2005.
- FUNES, Eurípedes Antônio. **Nasci nas matas, nunca tive senhor: História e Memória dos mocambos do Baixo Amazonas**. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.
- _____. Relações de trabalho e resistência escrava no Baixo Amazonas - século XIX. In: ARENZ, Karl Heinz; LAURINDO JUNIOR, Luiz Carlos; GOIS, Diego Marinho de (Orgs.). **Baixo Amazonas: Histórias entre rios, várzea e terra firme**. São Paulo: Intermeios, 2022.
- HAESBAERT, Rogério. Por outra regionalização: a região como artefato. In: **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- HARRIS, Mark. **Rebelião na Amazônia: cabanagem, raça e cultura popular no Norte do Brasil, 1798-1840**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2017.
- _____. Sistemas regionais, relações interétnicas e movimentos territoriais: os Tapajó e além na história ameríndia. **Revista de Antropologia**, v. 58, n. 1, p. 33–68, 2015.
- HEINZ, Flávio M. O historiador e as elites - à guisa de introdução. In: HEINZ, Flávio M. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 224.
- HESPANHA, António Manuel. Governo, elites e competência social: sugestão para um entendimento renovado da história das elites. In: **Caleidoscópio do Antigo Regime**. São Paulo: Alameda, 2012.

- HOBBSAWM, Eric. **Sobre História: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LAURINDO JUNIOR, Luiz Carlos. “Propriedade imoral, mas garantida pela constituição do Império”: população, economia e tráfico de escravos no Baixo Amazonas(segunda metade do século XIX). In: ARENZ, Karl Heinz; LAURINDO JUNIOR, Luiz Carlos; GOIS, Diego Marinho de (Orgs.). **Baixo Amazonas: Histórias entre rios, várzea e terra firme**. São Paulo: Intermeios, 2022.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- LEITE, Serafim. Baixo Amazonas. In: **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945, v. Tomo III.
- _____. Rio Tapajós. In: **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1943, v. Tomo III.
- LOPES, Siméia de Nazaré. **As rotas do comércio do Grão-Pará: negociantes e relações mercantis (c.1790 a c. 1830)**. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História Social, Rio de Janeiro, 2013.
- MATOS, Frederiki Luiz Andrade. **Os “Frades Del Rei” nos sertões amazônicos: os Capuchos da Piedade na Amazônia Colonial (1693-1759)**. Dissertação (mestrado), Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programas de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2014.
- MCGRATH, David G; CARDOSO, Alcilene; ALMEIDA, Oriana T; *et al.* Políticas e Instituições: Uma abordagem Ecosistêmica de Manejo de Várzea no Baixo Amazonas. **Papers do NAEA**, n. 243, 2009.
- MELO, Vanice Siqueira de. **Caminhos fluviais e mobilidade: os rios Guaporé, Mamoré e Madeira e a rota entre o Mato Grosso e o Grão-Pará (séculos XVII e XVIII)**. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programas de Pós-Graduação em História, Belém, 2022.
- MELO, Vinicius Zuniga. **Os Diretores de Povoações: serviços e transgressões no Grão-Pará do Diretório dos Índios (1757-1798)**. Dissertação (Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.
- MENÉNDEZ, Miguel. A área Madeira-Tapajós: situação de contato e relações entre colonizador e indígenas. In: CUNHA, Manuela Carneiro (Org.). **História dos índios no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- _____. Uma contribuição para a Etno-História da área Tapajós-Madeira. **Revista do Museu Paulista**, v. XXVIII, 1981.
- MORAES, José. **História da Companhia de Jesus na extinta Província do Maranhão e Pará pelo Padre José de Moraes da mesma companhia**. Rio de Janeiro: Typographia do Commercio de Brito & Braga, 1860.
- MOTA, Oziane de Jesus de Lima. **Trabalho Indígena na Economia do Grão-Pará e Rio Negro (segunda metade do século XVIII)**. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História., São Paulo, 2018.

- MOTTA, Marcia Maria Menendes. The Semarias in Brazil: colonial Land Policies In The Late Eighteenth-Century. **E-journal of Portuguese History**, v. 3, n. 2, p. 1–12, 2005.
- MUNIZ, João Palma. Limites Municipais do Estado do Pará. **Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará**, v. t.9, 1916.
- NASCIMENTO, Silvio Melo. Real Forte Príncipe da Beira: História e estórias do imaginário popular no Vale do Guaporé. **Dossiê: “As questões no campo e as humanidades: um labirinto de problemas e possibilidades”**. **Revista Labirinto**, n. 18, 2013.
- PAQUETTE, Gabriel. **Imperial Portugal in the Age of Atlantic Revolutions: The Luso-Brazilian World, c. 1770-1850**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- POMPEU, André José Santos. **As drogas do sertão e a Amazônia colonial (1677-1777)**. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.
- RAPP PY DANIEL, Anne; ARENZ, Karl Heinz; MORAES, Claide P; *et al.* **Uma Santarém mais antiga sob o olhar da Arqueologia**. Belém: MPEG, 2017.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A conquista espiritual da Amazônia**. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1942.
- _____. **História de Óbidos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- _____. **Monte Alegre: aspectos de sua formação histórica**. Belém: [s.n.], 1949.
- _____. **Santarém: seu desenvolvimento histórico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- REZENDE, Tadeu Valdir Freitas. **A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras**. Tese (Doutorado em História Econômica), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História Econômica. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- ROLLER, Heather Flynn. **Amazonian Routes. Indigenous Mobility and Colonial Communities in Northern Brazil**. Palo Alto: Stanford University Press, 2014.
- _____. Expedições coloniais de coleta e a busca por oportunidades no sertão amazônico c. 1750-1800. **Revista de História**, n. 158, p. 201–243, 2013.
- SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. A economia do Império Português no período pombalino. *In*: FALCON, Francisco; RODRIGUES, Cláudia (Orgs.). **A “Época pombalina” no mundo luso-brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- SAMPAIO, Patricia Maria Melo. **Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2011.
- _____. Fronteiras da liberdade. Tutela indígena no Diretório Pombalino e na Carta Régia de 1798. *In*: LIMA, Antonio Carlos de Souza (Org.). **Tutela: formação de Estado e tradições de gestão no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2014, p. 31–52.

- SILVA, Felipe Wiliam dos Santos. **À imagem e semelhança da Metrópole: o cotidiano das gentes do Grão-Pará a partir de descrições de registros históricos (segunda metade do século XVIII)**. Monografia de Conclusão do Curso de Licenciatura em História, Faculdade de História. Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.
- SILVA, Leonardo Augusto Ramos. **Na “pátria das sublevações”: descontentamento e revoltas da gente de guerra no Rio Negro (1754-1777)**. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.
- SOMMER, Barbara. “A quem quiser colher”: As drogas do serrão e o Diretório dos Índios, Grão-Pará, 1757-1798. *In: As drogas do Sertão e a Amazônia colonial portuguesa*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2023.
- _____. Adquirindo e defendendo os privilégios concedidos pela coroa no norte do Brasil. *In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes; FEITLER, Bruno; CALAINHO, Daniela Buono; et al (Orgs.). Raízes do privilégio: Hierarquias sociais no mundo ibérico do Antigo Regime*. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- SOUSA, Enilson da Silva. **Uso integrado de dados de sensoriamento remoto para o estudo da geologia da área da foz do rio Tapajós, Santarém-PA**. Dissertação (mestrado), Instituto de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Geociências. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.
- SOUZA JUNIOR, José Alves. **Tramas do Cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos. Um estudo sobre a Companhia de Jesus e a política pombalina**. Tese (Doutorado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.
- VIANA, Wania Alexandrino. **Gente de guerra, fronteira e sertão: índios e soldados na Capitania do Pará (primeira metade do século XVIII)**. Tese de doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.
- WRIGHT, Robin M. Destruction, Resistance, and Transformation - Southern, Coastal and Northern Brazil (1580-1890). *In: The Cambridge History of the Native Peoples of the Americas*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, v. 3: South America.